



**Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Multidisciplinar
Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente**

**A PRESENÇA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NOS JORNAIS
ANAPOLINOS NOS ANOS DE 1920 E 1930 - UMA RELEITURA DE
FONTES HISTÓRICAS A PARTIR DOS APORTES TEÓRICOS DA
HISTÓRIA AMBIENTAL.**

GISÉLIA DOS SANTOS PEREIRA CARMO

ANÁPOLIS – GO

2011

GISÉLIA DOS SANTOS PEREIRA CARMO

**A PRESENÇA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NOS JORNAIS
ANAPOLINOS NOS ANOS DE 1920 E 1930 - UMA RELEITURA DE
FONTES HISTÓRICAS A PARTIR DOS APORTES TEÓRICOS DA
HISTÓRIA AMBIENTAL.**

Orientadora: Dr^a. MirzaSeabraToschi

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Linha de Pesquisa: Sociedade e Meio Ambiente.

ANÁPOLIS – GO

2011

C287p

Carmo, Gisélia dos Santos Pereira.

A presença das questões ambientais nos jornais anapolinos no anos de 1920 e 1930: uma releitura de fontes históricas a partir dos aportes teóricos da história ambiental. / Gisélia dos Santos Pereira Carmo. – Anápolis : Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2012.

Orientador: Prof. Mirza Seabra Toschi.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2012.

1. História ambiental nos jornais
2. Jornais e questões ambientais
3. História ambiental de Anápolis. I. Toschi, Mirza Seabra. II. Título.

CDU 504

Catálogo na Fonte

Elaborado por Hellen Lisboa de Souza CRB1/1570

GISÉLIA DOS SANTOS PEREIRA CARMO

A PRESENÇA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NOS JORNAIS
ANAPOLINOS NOS ANOS DE 1920 E 1930 - UMA RELEITURA DE FONTES
HISTÓRICAS A PARTIR DOS APORTES TEÓRICOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL.

Anápolis, agosto de 2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Mirza Seabra Toschi
Centro Universitário UniEVANGÉLICA – Anápolis
Orientadora

Professor Doutor Sandro Dutra
Centro Universitário UniEVANGÉLICA – Anápolis

Professor Doutor Revalino Antonio de Freitas
UFG – Universidade Federal de Goiás

Dedico esta dissertação aos meus pais (*in memoriam*) que foram muito importantes na minha vida na transmissão de valores éticos e morais. Ao meu marido, amor e amigo verdadeiro, que sempre me compreendeu, me incentivou nos momentos de desânimo. Aos meus amados filhos que em vários momentos ao longo dos meus trabalhos não puderam contar com minha presença. Com carinho especial a minha orientadora, Mirza S. Toschi, que com sabedoria e paciência me acompanhou durante os trabalhos tornando-se uma grande companheira.

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida.

Ao meu marido, pelo amor, carinho, compreensão, companheirismo e estímulo em todos os momentos de nossa vida.

Aos meus pais (*in memoriam*) que me deixaram amor e sólidos princípios éticos e morais.

Aos meus filhos que em diversos momentos não contaram com a minha presença, mas foram capazes de compreender com alegria minhas ausências como mãe.

A Edna Silvestre, coordenadora do Colégio Couto Magalhães, pelo apoio e incentivo.

A amiga Alessandra que ao longo dos anos tem compartilhado os momentos de luta e de alegria.

Os meus sinceros agradecimentos a minha orientadora doutora Mirza S. Toschi, pela competência, pela paciência e atenção que sempre demonstrou ao longo dos trabalhos.

Aos meus colegas de curso, pelos momentos de alegria e angústia compartilhados.

Ao professor doutor Roberto Prado, pelos conhecimentos repassados durante suas aulas. Por, em dado momento, juntamente com a doutora Mirza S. Toschi, me conduzirem a um projeto que estava de acordo com minhas competências e habilidades.

Aos professores Dr. Sandro Dutra e Dr. Revalino Antonio de Freitas pela disponibilidade e contribuição.

A Tiziano Mamede Chiarotti, diretor do Museu Histórico de Anápolis pela sua disponibilidade, solicitude, paciência e contribuição.

Aos colegas de trabalho Dôra, Hugo e Leonardo pelo apoio, auxílio e incentivo.

A todos que de maneira direta ou indireta, contribuíram e colaboraram para que este estudo fosse realizado.

RESUMO

O presente estudo tem como tema “A presença das questões ambientais nos jornais anapolinos nos anos de 1920 e 1930 - Uma releitura de fontes históricas a partir dos aportes teóricos da História Ambiental”. A História Ambiental objetiva aprofundar o entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e como o meio ambiente foi afetado pela presença e ingerência do homem (DRUMMOND, 1991). A partir dos aportes teóricos da História Ambiental (WORSTER, 1991) e motivados pelos dilemas ambientais (LEFF, 2002) pelos quais a sociedade tem passado nas últimas décadas, é que construímos o trabalho de pesquisa que ora se apresenta. Pádua (2010) chama a atenção para as origens da História Ambiental. De acordo com ele, as bases teóricas desse novo campo historiográfico, estão nos Estados Unidos já que foi lá que se desenvolveu os primeiros estudos e trabalhos voltados para esse tipo de investigação. Segundo Worster (1991), a ideia de História Ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Soffiati (2008) nos lembra de que a História Ambiental, na perspectiva de Worster, é a terceira revolução na historiografia. A História, por meio da História Ambiental, aprendeu a dialogar tanto com as ciências sociais como com as ciências da natureza, adotando uma postura interdisciplinar. Essa investigação tem como ponto de partida a seguinte problemática: é possível identificar nos jornais editados em Anápolis nos anos de 1920 e 1930, referências a questões ambientais? Partindo dessa problematização traçamos alguns objetivos. Primeiramente, o objetivo geral do trabalho é, por meio dos jornais, perceber como e quais as questões ambientais foram registradas nos jornais publicados em Anápolis nos anos de 1920 e 1930. Objetivou-se de forma específica, conhecer, compreender e analisar as principais concepções de meio ambiente que se fizeram conhecer ao longo da história narrada nas fontes históricas analisadas. De maneira sintética, a metodologia utilizada nessa investigação partiu, a priori, da seleção do espaço físico, no caso a cidade de Anápolis. Após a delimitação do espaço físico, viu-se a necessidade de realizar uma revisão da literatura. A seguir estabeleceu-se o evento histórico a ser pesquisado, definiu-se o período histórico, levantou-se as fontes primárias com a conseqüente crítica e análise documental, cotejamento entre as fontes primárias e secundárias, elencando a presença ou não das questões ambientais e, por fim, estabelecimento da narrativa histórica, fazendo a análise sobre as questões analisadas. Por fim, estabeleceram-se conclusões, interpretações e um diálogo entre passado e presente. O trabalho de pesquisa junto a estas fontes históricas, no caso os jornais, foi realizado no Museu Histórico de Anápolis. Selecionaram-se jornais referentes aos anos de 1920 e 1930 disponíveis no Museu. Após a leitura, elegeu-se as edições que continham algum tipo de alusão a questões ambientais e, só então distribuí o material encontrado por categorias, a saber: colonização, agricultura, saúde, aspectos urbanos e sociais e a construção da nova capital do estado de Goiás. Constatou-se, ao longo da pesquisa, que desde os primeiros anos da cidade, as questões ambientais já faziam parte do material que circulava na mídia escrita Anapolina. A preocupação com o desenvolvimento e com o progresso da cidade era uma constante na imprensa. Além disso, os jornais acabaram por se tornar um importante veículo não apenas de comunicação, mas, também de transmissão de valores, informações e de prestador de serviço público.

Palavras chave: História Ambiental nos jornais; Jornais e Questões Ambientais; História Ambiental de Anápolis.

ABSTRACT

The theme of this job is “The presence of environmental issues on Anápolis’ newspapers between 1920-1930 – A rereading of historical sources from Environmental History’s theoretical contributions”. The Environmental History has as goal to deepen the knowledge of how the human beings were, through the ages, affected by their natural ambient and how the environment was affected by the human presence and interference (DRUMMOND, 1991). From this theoretical elements from Environmental History (WORSTER, 1991) and motivated by environmental dilemmas (LEFF, 2002) that have been lived by society on last decades, we constructed the research job here presented. Pádua (2010) draws attention for the origins of Environmental History. For him, the theoretical bases of this new historical field are in the United States of America, because was there developed the initials studies oriented for this area. Accord to Worster (1991), the idea of Environmental History started on the 70’s, as the conferences about the global crises happened and the environmental movements grew between the citizens from different countries. Soffiati (2008) remembered us: the Environmental History, on Worster perspective, is the third revolution on historiography. The history, making use of Environmental History, learned to dialog with the social and natural sciences, adopting an interdisciplinary position. This investigation has as initial point the following issue: is it possible indentify on Anápolis’ newspaper from 1920 to 1930 references to environmental issues? Starting from this problematization we traced some goals. First, the general goal of this job is, through newspapers, realize how the environmental issues were registered on the newspapers edited in Anápolis between years of 1920 and 1930. As a specific goal, objectified to know, to understand and to analyses the main conceptions of environment that were been knowed along of the narrated history on the analyzed historical resources. On a concise way, the used methodology on this investigation started from the selection of the geographical space, the city of Anápolis. After this delimitation, have been saw the need of a literature review. In the following steps, settled the historical event to be researched, defining the historical period, listing the primary and second sources, listing the presence or not of the environmental issues and, by the end, establishing of the historical narrative, doing the analyses about the perceived questions. Finally, were elaborated conclusions, interpretations and a dialog between present and past. The research job about these historical sources, in this case newspapers, was done on the Historical Museum of Anápolis. Were selected newspapers from 1920 to 1930 available by the museum. After the reading, the founded material was distributed by categories, knowed as: colonization, agriculture, health, urban, social aspects and the construction of the new capital of the state of Goiás. Was perceived, during the research, since the first years of the city, the environmental issues were part of the material that was conveyed on the writing media of Anápolis. The worry about the development and progress of the city was always on the press. Furthermore, the newspapers turned on an important vehicle not only of communication, but were too of transmission of values, information from the provider of public service.

Key-words: Environmental History on newspapers; Newspapers and environmental issues; Environmental History of Anápolis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – A estação de Anápolis. Sem data – autor desconhecido – Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho – Anápolis, Goiás. 50
- Figura 2 – A estação, anos 1930. Autor desconhecido - Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho – Anápolis, Goiás. 50

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1 - Quantidade de estrangeiros em alguns municípios goianos em 1940	52
Tabela nº 2 – Evolução Populacional de Anápolis: 1870/2000.....	53
Tabela nº 3 - População de Anápolis entre 1910 – 1960.....	60
Tabela nº 4 - Os Jornais Anapolinos entre 1929 e 1959.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - HISTÓRIA AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA À EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	15
1.1 História Ambiental	15
1.2 Fontes da História Ambiental.....	26
CAPÍTULO II - UM BREVE OLHAR SOBRE ANÁPOLIS	40
2.1 Um breve olhar sobre a história de Anápolis -1870 a 1957	40
2.2 Aspectos geográficos do município de Anápolis	55
2.3 Os Jornais Anapolinos entre os anos 1870 – 1957	61
CAPÍTULO III - A PRESENÇA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NOS JORNAIS ANAPOLINOS DAS DÉCADAS DE 1920 E 1930	65
3.1 Os Jornais	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como ponto de partida um apreço especial pela História e pela História Ambiental. Apreço esse que começou primeiro pela História, durante a educação básica, e, posteriormente pela História Ambiental, ao longo do mestrado.

A História, como já dizia o pensador, é a grande “mestra da vida”. Não cabe aqui debater tal afirmação. Mas, seguindo, mesmo que de forma romântica este pensamento, ela, a História, é capaz de fazer com que o homem perceba a sua importância como agente transformador de sua própria existência e da sociedade. As grandes construções, os avanços técnicos, as teorias, a busca pela sobrevivência, enfim tudo o que o homem foi capaz de fazer ao longo do tempo para satisfazer suas necessidades dão conta de quão capaz é a humanidade. Ao mesmo tempo, a História mostra aos homens que o mesmo homem que é capaz de construir grandes coisas, é limitado. O meio ambiente, o tempo e em alguns momentos o próprio homem dão a humanidade limites que, por vezes, são intransponíveis.

“Tudo é História” (FEBVRE, 1989). A relação do homem com outro homem, a relação do homem com a natureza, a maneira com que o ser humano interfere no meio ambiente, as limitações e os desafios que o meio ambiente impõe aos seres humanos. “Tudo é História” (FEBVRE, 1989).

Essas relações ora expostas, conjugadas à caminhada acadêmica no Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente e a interlocução com alguns autores, em especial Drummond (1999), Pádua (2010), Worster (1991) despertaram em mim o desejo de compreender as relações homem-natureza dentro de uma perspectiva histórica.

Partindo desse íterim, temos como tema central do nosso estudo, a presença das questões ambientais nos jornais editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930.

No último século e início deste milênio, as questões ambientais têm ocupado um lugar de destaque nas mais diversas esferas da sociedade. Isso se dá porque há uma eminente ameaça de colapso dos recursos naturais. Essa situação teve início com o fato histórico denominado Revolução Industrial. A Revolução Industrial trouxe uma série de benefícios para a humanidade. Mas na contramão dos benefícios, iniciou-se um processo de degradação ambiental e intensificação do uso indiscriminado dos recursos naturais. Assim como afirma Hoffmann (1999), a Revolução Industrial serviu, em um segundo momento, para alavancar as condições de vida da população em muitas sociedades do hemisfério norte. Como

consequência desse desenvolvimento houve também uma grande aceleração no uso dos recursos naturais.

A preocupação com a exaustão dos recursos naturais e, por conseguinte, da própria manutenção da existência humana no planeta têm levado à tomada de algumas medidas com relação à preservação ambiental por parte dos governos e da sociedade civil organizada. Estudos acadêmicos, mudança da legislação, criação de reservas ecológicas são exemplos de como a Natureza está presente não apenas entre os cientistas (como o foi até a década de 1960), mas também entre os mais variados agentes que compõem a sociedade, criando uma verdadeira consciência ambiental. Nas palavras de Hoffmann (1999), a consciência ambiental tornou-se um dos princípios mais fundamentais do homem moderno.

A partir da década de 1970 uma série de acontecimentos como: ECO-72, em Estocolmo e a crise do petróleo em 1973 e 1978 (HOFFMANN, 1999) levaram essa década a ser um divisor de águas na relação do homem com a natureza. Os movimentos ambientalistas se desenvolveram e surgiram as primeiras legislações ambientais.

Dentro desse íterim, a História como ciência vem contribuir, por meio da História Ambiental, na busca por soluções para os problemas ambientais. De acordo com de Worster (1991), a História Ambiental é a terceira revolução na historiografia.

Segundo Worster (1991), a ideia de História Ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. A História Ambiental surge em um momento em que a própria sociedade passava por várias transformações e as questões ambientais se popularizavam ao lado de várias outras questões como o movimento feminista na década de 1960, a luta dos negros por direitos civis, os movimentos pacifistas do contexto da Guerra Fria, a corrida espacial, a independência das colônias africanas e asiáticas, enfim, o mundo passava por uma série de transformações culturais, políticas e econômicas decorrentes dos séculos XIX e do próprio século XX.

A cidade de Anápolis, nosso campo de empiria, têm suas origens na segunda metade do século XIX. Até 1907, ano da emancipação da cidade, Anápolis pertencia ao município de Pirenópolis. Depois da emancipação, o município passou por ciclos de crescimento urbano e desenvolvimento econômico. De acordo com Tiziano (2007), essas fases foram:

- 1- O primeiro, das origens, em 1870, até a primeira década do século XX, que corresponde à formação inicial do arraial até a elevação da Vila à categoria de Cidade;
- 2- De Cidade a Celeiro Regional: 1907-1935;

- 3- De Celeiro Regional a Distrito Agro - Industrial: 1935-1976;
- 4- De Distrito Agro - Industrial a Polo Universitário: 1976-2007.

Todos esses períodos foram investigados por vários historiadores e se tornaram importantes referências sobre a história da cidade. Entretanto, trabalhos focando as questões ambientais nos jornais editados em Anápolis não foram encontrados pela pesquisadora. Por isso, nossa investigação se mostra pertinente e original. Pertinente por que trata de um assunto de suma importância para a sociedade – meio ambiente. E original, por que nenhum trabalho de pesquisa foi desenvolvida a partir dos objetivos que o presente trabalho se propõe a fazer. E tendo como fontes de pesquisa as que propusemos a utilizar. Os jornais anapolinos constituem-se como uma importante fonte de informação para os historiadores que desejam conhecer a história de Anápolis nos primeiros anos do século XX e nos coloca em contato com as concepções de meio ambiente que permeava a sociedade anapolina da época.

Considerando a importância da contribuição da História Ambiental na tarefa de buscar soluções para os dilemas ambientais e dos jornais como fonte de informação sobre uma sociedade em uma determinada época, o presente projeto de pesquisa busca investigar “A presença das questões ambientais nos jornais anapolinos nos anos de 1920 e 1930 - Uma releitura de fontes históricas a partir dos aportes teóricos da história ambiental.”

Para dar conta dessa tarefa criamos e delineamos alguns questionamentos com fito de lançar luz sobre nossa pesquisa:

1. Quais os tipos de problemas e questões ambientais que mais aparecem nos jornais editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930?
2. Os jornais pesquisados (*O Anápolis*, *O Combatente*, *O Grêmio*, *O Operário*, *O Verbo e o X*), apontavam as causas dos problemas ambientais ou apenas os apresentavam?
3. Nos jornais anapolinos pesquisados, estão presentes soluções para os problemas ambientais?
4. Como as questões ambientais interferiram, de acordo com as fontes históricas, no desenvolvimento da cidade?
5. Qual (is) as concepção (s) de meio ambiente estavam presentes jornais anapolinos editados em Anápolis nos anos de 1920 e 1930?

O projeto que ora se apresenta, justifica-se por possuir uma relevância social e ambiental. Entender como os homens do passado relacionavam-se com o meio que os cercavam e como lidavam com as questões ambientais nos ajuda a compreender nossa realidade e como nossa mentalidade em relação ao meio ambiente foi sendo construída ao

longo do tempo. Isso é necessário para que não cometamos anacronismos em relação às medidas e decisões adotadas pelos anapolinos do passado.

É oportuno salientar que este estudo visa dois pontos importantes, a saber:

- ✓ Contribuir com as pesquisas na área da História Ambiental, colaborando para o enriquecimento dos debates acadêmicos acerca das contribuições da História à emergência da problemática ambiental;
- ✓ Realizar um resgate da história de Anápolis, oferecendo uma contribuição àqueles que desejam conhecer o passado da cidade, suas características geográficas e fatos interessantes que marcaram sua história.

Os objetivos do presente estudo são:

- 1- Identificar e analisar a presença das questões ambientais presentes nos jornais editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930. Esse objetivo nos reporta a três vias a serem trabalhadas. Primeiro, definir como a História, como ciência, poderá nos auxiliar nos estudos sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Para isso buscamos na História Ambiental uma ferramenta teórica para compreender as relações entre o homem e o meio ambiente ao longo do tempo. Esse conceito, segundo Worter (1991) surgiu na década de 1970, quando, em vários países aconteciam conferências para tratar de questões globais relacionadas ao meio ambiente e os movimentos ambientalistas ganhavam forma.
- 2- Verificar quais as questões ambientais mais recorrentes nos jornais investigados.
- 3- Conhecer, compreender e analisar as principais concepções de meio ambiente que se fizeram conhecer ao longo da história narrada nas fontes históricas analisadas.

De maneira sintética, a metodologia utilizada nessa investigação, isto é, as etapas a seguir esse projeto, compreenderão os seguintes passos:

1. Estabelecimento do evento histórico que nos propusemos a pesquisar;
2. Definição do período histórico abordado na investigação;
3. Levantamento das fontes primárias com a consequente crítica documental;
4. Análise documental;
5. Cotejamento entre fontes primárias e fontes secundárias, elencando a presença ou não das questões ambientais;
6. Estabelecimento da narrativa histórica, fazendo a análise histórica sobre as questões analisadas, colocando as conclusões, interpretações, realizando estimativas e estabelecendo um diálogo entre passado e presente.

Para viabilizar a pesquisa, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro apresenta um conjunto de reflexões acerca da História Ambiental. A origem da História Ambiental, seu campo de estudo e as fontes utilizadas pelos historiadores ambientais.

No segundo capítulo apresentamos um breve olhar sobre Anápolis. Apresentamos, de forma sintética, a história de Anápolis - 1870 à 1957, seus aspectos geográficos e os jornais anapolinos dos anos de 1920 e 1930.

O capítulo três apresenta a pesquisa realizada nos jornais, junto ao Museu Histórico de Anápolis. Dividimos o material selecionado em categorias e realizamos a transcrição dos trechos que contiam questões ambientais. As categorias selecionadas foram: colonização, agricultura, saúde, aspectos urbanos e sociais e a construção da nova capital do estado de Goiás.

CAPÍTULO I - HISTÓRIA AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA À EMERGÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

“Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.”

(Fernand Braudel apud Moore, 2003, p.431)

1.1 História Ambiental

Neste primeiro momento busco estabelecer uma reflexão e uma análise de uma correte historiográfica relativamente nova - A História Ambiental. Para isso, remeto-me à obra de Donald Worster como aporte teórico. Como não podemos analisar um fato histórico isolado, logo de início procuro traçar um contexto histórico que permita entender como e em que momento a História deitou olhares sobre as questões ambientais e qual o campo de estudo da História Ambiental, por meio da apresentação de seus principais teóricos e suas perspectivas. Por fim, situo a história da cidade de Anápolis no contexto regional.

A partir do século XVIII, com a chamada Revolução Industrial, o mundo passou por uma transformação sem precedentes em sua história. No final do século XVIII e no início do século XIX, a maioria dos observadores acreditava que uma nova era prenunciada pela Revolução Industrial (IANNONE, 1992). As estruturas de produção e as relações sociais se alteraram profundamente, a cidade ganhou importância em detrimento do campo. O sistema fabril passou a dominar o cenário da produção e as relações de trabalho adquiriram uma nova formatação.

Na visão de Marx e Engels (1998), expressa no Manifesto Comunista de 1848, o desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levaram o trabalhador a uma constante alienação tornando-se um simples acessório da máquina. A invenção de novos meios de transporte como o barco e o trem a vapor bem como a invenção do telégrafo fizeram com que as distâncias se encurtassem e o mundo, a partir então, se tornou cada vez menor e mais integrado.

Segundo Silva (2010), a Revolução Industrial vai além da ideia de grande desenvolvimento dos mecanismos tecnológicos aplicados à produção, na medida em que: consolidou o capitalismo; aumentou de forma rapidíssima a produtividade do trabalho;

originaram novos comportamentos sociais, novas formas de acumulação de capital, novos modelos políticos e uma nova visão do mundo; e talvez o mais importante, contribuiu de maneira decisiva para dividir a imensa maioria das sociedades humanas em duas classes sociais opostas e antagônicas: a burguesia capitalista e o proletariado (SILVA, 2010).

Outra característica marcante da Revolução Industrial foi a mudança na percepção a respeito do consumo, antes da era industrial, o homem, de maneira geral, consumia apenas o que lhe era necessário para a sobrevivência, com exceção de um pequeno grupo de pessoas que dispunham de condições econômicas, isto é, capital para adquirirem bens que não fossem necessários às suas necessidades imediatas. Mas essa lógica mudou, com o avanço contínuo da técnica e o crescimento do processo de industrialização, a produção em massa gerou consumo de massa (IANNONE, 1992).

Na concepção de Smith (2007), pai do liberalismo econômico, o consumo é a única finalidade e o único propósito de toda produção. Some a essa máxima o crescimento populacional que marcou todo o século XIX e XX. Está aí uma nova realidade introduzida pela Revolução Industrial: a necessidade cada vez maior de matéria-prima para produção de bens de consumo.

O século XIX foi para a humanidade caracterizada como uma época de progresso. Os europeus viam no progresso trazido pela industrialização um caminho seguro para a plena felicidade. Essa confiança inabalável no progresso e a visão de que o progresso trazido pela industrialização levaria o homem a um estágio superior de civilização se explicava por diversos fatores. Blainey (2010) nos lembra em que o século XIX foi marcado pelo aumento considerável da população europeia. Na esteira desse crescimento demográfico veio a necessidade cada vez maior de alimentos e objetos industrializados. As cidades industriais viraram um polo de atração para as pessoas que buscavam trabalho, moradia, alimento e melhores condições de vida além do acesso aos bens que a indústria podia oferecer. As cidades, da segunda metade do século XIX, eram bem diferentes das cidades dos séculos anteriores. O crescimento da população urbana gerou problemas como o aparecimento de cortiços, moradias de baixa qualidade, falta de higiene e promiscuidade (IANNONE, 1992). Novas pessoas, novos estilos de vida, novas classes sociais, novas relações de poder, novo, novo, novo. A ciência avançava a passos largos e a cada dia uma novidade era anunciada, o telefone, o gramofone, o rádio, a fotografia são exemplos de novidades que marcaram esse período.

A medicina avançou bastante e novas áreas de investigação apareceram como a genética e a psicanálise. Teorias ligadas a várias áreas do conhecimento humano tentavam

explicar o que até então era inexplicado, via teoria da evolução das espécies de Darwin e da relatividade de Einstein. Era a chamada *Segunda Revolução Industrial* (HOBSBAWN, 2003), caracterizada por sentimentos de nacionalismo, concorrência econômica (que em certa medida levou à militarização) e pela exaltação demasiada da técnica. O entusiasmo excessivo pela tecnologia que marcou o homem do século XIX e século XX pode ser resumido no Manifesto Futurista de Filippo Tommaso Marinetti publicado no jornal francês "Le Figaro", em fevereiro de 1909:

Afirmamos que a magnificência do mundo se enriqueceu de uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um carro de corrida adornado de grossos tubos semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais belo que a Vitória de Samotrácia. Estamos no promontório extremo dos séculos!... Por que haveremos de olhar para trás, se queremos arrombar as misteriosas portas do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Vivemos já o absoluto, pois criamos a eterna velocidade omnipresente. (p. 1).

Mas essa busca incessante pelo novo e a paixão exagerada pela tecnologia, custou caro à humanidade. Nos anos que sucederam a Revolução Industrial, o capitalista, em busca de aumentar cada vez mais a produção para a obtenção de lucro, passou a espoliar a natureza sem se preocupar, *a priori*, se esta seria capaz ou não de se recuperar dos prejuízos causados pela exploração desenfreada. E, tudo isso em nome do progresso da civilização. Portanto, segundo Sirvinskas (2005), os problemas ambientais que tanto temos falado e ouvido nas últimas décadas tem origens na Idade Moderna, especialmente no período da Revolução Industrial, pois começaram a se intensificar as agressões à natureza. A busca pelo progresso custou caro. E o ônus dessa odisséia humana é um planeta à beira de um colapso.

Segundo Le Goff (1990), a ideia de progresso é antiga. Ela remota à Antiguidade clássica. Entretanto, as concepções acerca do mesmo mudaram ao longo do tempo com períodos de interrupção, como foi o caso da Idade Média (LE GOFF, 1990).

A ideia explícita de progresso (LE GOFF, 1990) surgiu no século XV durante o Renascimento com Francis Bacon, Galileu Galilei, Isaac Newton, Nicolau Copérnico, René Descartes e outros. A partir de Descartes, principalmente, passa a haver uma separação entre física e metafísica no campo do conhecimento. A partir dos filósofos do Renascimento, a natureza passou a obedecer a leis da física e da matemática (LE GOFF, 1990). Nesse sentido a partir, dessa ruptura abriu-se uma perspectiva de domínio do homem sobre a natureza. No século XVIII, com o Iluminismo e a Revolução Francesa (LE GOFF, 1990), a concepção de

progresso dos renascentistas foi corroborada. Para os iluministas, a ideia de progresso era uma ideia cara. E esteve presente nas reflexões dos filósofos iluministas como Locke, Rousseau, Montesquieu, Diderod, D'Alambert e outros.

No século XIX, durante a Segunda Revolução Industrial, a ideia de progresso triunfou. De acordo com Le Goff (1990), o crescimento demográfico desse período, os avanços técnicos e o desenvolvimento da ciência, deram o tom do progresso que, aos poucos, foi se confundindo com a ideia de civilização. A burguesia via o progresso como o fim último a ser alcançado. Progredir seria o mesmo que alcançar um grau superior de civilidade. Muitas decisões políticas, econômicas e sociais que foram tomadas ao longo do século XIX, e posteriormente do século XX, tiveram como motivação a busca do progresso. Nesse ínterim, a natureza ou foi alijada ou foi colocada a serviço do progresso. A ideia de progresso inaugurada no século XV, com o renascimento (HOBSBAWN, 2007) juntamente com o avanço da industrialização, inaugurada no século XVIII, com a Revolução Industrial, que otimizou o processo de utilização dos recursos naturais.

Com base nas mudanças ambientais inauguradas pela industrialização em larga escala da era moderna e contemporânea e os impactos causados por ela mesma é que diversas ciências voltaram a atenção para os temas ambientais no sentido de tentar encontrar soluções para os problemas postos. A História também vai dar a sua parcela de contribuição à medida que trás para dentro do seu círculo de pesquisas e discussões os temas relacionados ao meio ambiente - mesmo que tardiamente em relação às outras áreas do conhecimento. O campo historiográfico responsável por essas discussões acerca da historicidade da relação do homem com a natureza é denominado História Ambiental. É sob a luz do conceito de História Ambiental que desenvolveremos presente pesquisa.

Pádua (2010) chama a atenção para as origens da História Ambiental. De acordo com ele, as bases teóricas desse novo campo historiográfico está nos Estados Unidos já que foi lá que se desenvolveu os primeiros estudos e trabalhos voltados para esse tipo de investigação. A *American Society for Environmental History*, criada em 1977, foi a primeira sociedade científica criada com o objetivo de se fazer estudos histórico-ambientais.

Segundo Worster (1991), a ideia de História Ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. A História Ambiental surge em um momento em que a própria sociedade passava por várias transformações e as questões ambientais se popularizavam ao lado de várias outras questões como o movimento feminista na década de 1960, a luta dos negros por direitos civis, os movimentos pacifistas do contexto

da Guerra Fria, a corrida espacial, a independência das colônias africanas e asiáticas, enfim, o mundo passava por uma série de transformações culturais, políticas e econômicas decorrentes dos séculos XIX e do próprio século XX.

De acordo com Worster (1991), História Ambiental (HA) é parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da História muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Na narrativa tradicional da História, o homem é considerado um ser diferente dos demais seres do planeta, ele está acima da natureza em uma posição de mando e domínio. A História Ambiental adota uma narrativa contrária a essa posição. Para Worster (1991), não podemos mais nos dar ao luxo de sermos tão inocentes.

As ciências sociais afirmaram durante muito tempo que “história natural” e “história social” não se misturavam. De acordo com Drummond (1991), o legado das ciências sociais em seu conjunto e, por isso, ampla e inevitavelmente humanista, no sentido de privilegiar a sociedade e a cultura humanas como objetos suficientes e como campo máximo para investigações legítimas. Circunstâncias extra científicas, ainda bem recentes, mencionadas no artigo de Worster – principalmente movimentos sociais ambientalistas e certas crises ambientais localizadas – desafiaram as ciências sociais deste fim de século XX a ir além do marco “humanista”. Não era mais possível pensar na sociedade humana sem ancoragem no mundo natural (p. 180).

Nesse ponto o humanismo das ciências sociais casava-se com a filosofia judaico-cristã que também afirmava que o homem foi criado para dominar a natureza não-humana. E esta estaria eternamente a sua disposição, suprimindo suas necessidades. De maneira geral, o Ocidente desenvolveu filosofias e teorias que colocam o homem numa posição de superioridade em relação à natureza não humana.

A natureza não é apenas um palco onde os atores são homens e mulheres que a utilizam como se não fizessem parte dela. O homem não está acima da natureza como um ente dominador. Mesmo que “história natural” e “história social” não se misturassem Homem e Natureza sempre foram faces diferentes de uma mesma moeda. A negação disso feita pelos cientistas sociais humanistas somente começou a perder força nas primeiras décadas do século XX. As crises ambientais geradas pela exploração excessiva dos recursos naturais e emissão de gases poluentes é que levaram as ciências sociais a adotarem uma abordagem em relação às relações do homem com a natureza não-humana. Entretanto, Drummond (1991) afirma que o mérito dessa mudança de abordagem se deve aos cientistas naturais. Foram eles os primeiros a compor os grupos de ambientalistas e de pesquisadores que alertavam para uma abordagem e um entendimento mais ecológico da sociedade. Worster (2002) nos lembra que

foi o conservacionista e biólogo da vida selvagem Aldo Leopold, de Wisconsin, que reivindicou uma “interpretação ecológica da História’.

As ciências sociais foram quase que forçadas a mudar de paradigma. O humanismo de antes cedeu lugar a uma visão que incorporava as questões naturais em suas diversas pesquisas. Nessa fase de transição, os antropólogos saíram na frente. Desde o século XIX alguns trabalhos foram realizados por antropólogos no sentido de conferir uma importância maior nas relações homem-natureza. Esses trabalhos de pesquisa constituíram no início do século XX uma Escola Ecológica. Segundo Worster (1991), é a obra *The ecológica transition* de John Bennett (1976) o melhor guia para a literatura ligada à escola ecológica. Bennett (1976) define a escola ecológica como o estudo de como e por que os humanos usam a Natureza e, como eles incorporam a Natureza dentro da Sociedade de maneira geral, e o que eles fazem consigo mesmos, com a Natureza e a Sociedade nesse processo (WORSTER, 1991).

É nesse ínterim que alguns historiadores começaram a fazer uma “reforma” para ajustar a ciência História às mudanças que o mundo vinha sofrendo. Na visão de Drummond (1991):

“Não é uma tarefa pequena, e os desafios são muitos. Mas creio que os historiadores avançaram nesse caminho mais do que sociólogos e economistas” (p. 180-181).

Esse avanço pode ser percebido nos trabalhos realizados sob a égide da História Ambiental que, a partir de agora, será identificada pela sigla HA quando formos nos referir a esse campo da historiografia. Soffiati (2008) nos lembra que a História Ambiental, na perspectiva de Worster, é a terceira revolução na historiografia. Ela aprendeu a dialogar tanto com as ciências sociais como com as ciências da natureza, adotando uma postura interdisciplinar. A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade conferida à História Ambiental vem ao encontro deste trabalho de pesquisa pois nos permite ao longo deste estudo utilizar instrumentos teórico/ metodológicos de outras disciplinas. Ao analisar a presença das questões ambientais nos documentos e na historiografia de Anápolis, será necessário ter em mente alguns conceitos que extrapolam a História. Neste caminho, é essencial ao historiador considerar conceitos cujas origens estão em outras áreas do conhecimento e com elas estabelecer diálogos (LEFF, 2002, p. 60).

Para a Biologia, a partir da primeira metade do século XX, a ecologia se tornou uma subdisciplina conhecida como ecologia natural. A partir da ecologia natural, emergiu a

ecologia humana que, segundo Little (2006), aplicou os métodos da ecologia natural para as sociedades humanas.

Little (2006) destaca que a partir da década de 1930:

O antropólogo Julian Steward começa a analisar as dimensões culturais das adaptações ecológicas de grupos indígenas (Steward, 1938) para posteriormente codificar essa linha de pesquisa no campo da “ecologia cultural” (Steward, 1955). A ecologia cultural produziu várias ramificações dentro da antropologia, nas quais se destacam a etnoecologia (Conklin, 1954), a ecologia neofuncionalista (Rappaport, 1968), a ecologia humana (Morin, 1990), a ecologia processual (Bennett, 1993), a ecologia espiritual (Kinsley, 1995) e, o que é nosso interesse principal aqui, a ecologia política (Schmink; Wood, 1987). Essas múltiplas ramificações do paradigma ecológico atestam uma constante ampliação de seu escopo de estudo, ao mesmo tempo em que representam respostas da ciência ecológica para as novas realidades políticas e ambientais que as sociedades confrontam hoje (p. 87).

A metodologia da HA é analisada por Drummond (1991). Ele traça algumas características metodológicas da HA, mas isso não significa que a HA deixou de lado as metodologias da História. Os métodos convencionais ligados aos antecedentes científicos e literários no campo das ciências sociais continuam a existir, mas, para atender a uma nova realidade, novos métodos foram incorporados à pesquisa na área de História.

A primeira característica a ser destacada por Drummond (1991) é a semelhança entre a História Ambiental e a história natural, no sentido de que ambas delimitam um espaço físico para realizar determinado tipo de estudo. O recorte cultural ou político dada à região estudada, mas sem perder de vista as particularidades físicas e ecológicas, cria um link entre a HA com a história regional.

A segunda característica é a interdisciplinariedade, isto é, o diálogo contínuo da HA com outras ciências, principalmente as ciências da natureza. Nas palavras de Drummond (1991):

Os historiadores ambientais não “visitam” protocolarmente as ciências naturais: dependem profundamente delas e muitas vezes trabalham em associação direta com cientistas naturais (p.182).

O terceiro ponto são as interações entre os recursos naturais e a maneira com que as sociedades se apropriaram deles atribuindo ou não valores. Enquanto as ciências naturais identificam e catalogam os recursos, são as ciências sociais, e entre elas a HA, que irão definir o papel da cultura nos usos dos recursos ao longo do tempo.

A quarta característica a considerar é a variedade de fontes. Para o historiador ambiental, tudo é fonte. Desde relatos orais e lendas de sociedades que não conhecem a escrita até aparatos tecnológicos.

A quinta e última característica metodológica da HA, na visão de Drummond, é o trabalho de campo, típico das ciências da natureza, indispensável em algumas pesquisas realizadas pelos historiadores ambientais. O trabalho de campo é importante, pois o historiador tem a chance de perceber na paisagem o que não está escrito em documentos. A paisagem se transforma em si mesma num documento que precisa ser lido adequadamente (DRUMMOND, 1982).

Das cinco características elencadas por Drummond a respeito da metodologia da HA algumas atenderam satisfatoriamente o objetivo da pesquisa em questão. Ao buscar desenvolver o estudo, tivemos que fazer algumas escolhas. Primeiro, selecionamos o espaço físico para a realização da investigação, no caso a cidade de Anápolis. Após a delimitação do espaço físico, vimos a necessidade de realizar uma revisão da literatura a partir de dois pontos. Primeiro, a revisão teórica e segundo uma revisão histórica. Luna (1996) cuida da complexidade que envolve a revisão teórica e a revisão histórica.

Uma revisão teórica, em geral, tem o objetivo de circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. A importância dessa circunscrição assume diferentes contornos dependendo do tipo de problema em estudo, da teoria em questão e, muito frequentemente, do compromisso com a teoria daquela que julga o trabalho ou mesmo da sua concepção de teoria (LUNA, 1996. p. 83).

Já em relação à revisão histórica, Luna (1996) considera que:

Revisões históricas são extremamente importantes, mas, infelizmente, raras. Seu principal objetivo é a recuperação da evolução de um conceito, área, tema, etc. e a inserção dessa evolução dentro de um quadro de referência que explique os fatores determinantes e as implicações das mudanças. Ninguém deveria entrar em uma nova área de pesquisa sem realizar (ou ter acesso a) uma boa revisão histórica dos seus conceitos (p. 86-87).

Ao procurar por questões de caráter ambiental nos jornais editados na cidade de Anápolis tivemos que entrar em terrenos que pertencem a outras ciências. Como tratar de questões ambientais sem dominar alguns conceitos? Para tanto, fomos buscar na Geografia, na Ecologia, na Botânica e em outras ciências suporte teórico necessário para um melhor entendimento sobre o que viria a ser meio ambiente, natureza, ecossistema, clima, solo, concepções sobre natureza e outros e, assim, a pesquisa adquiriu uma perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar. Por exemplo, ao tratar dos aspectos geográficos da cidade, tivemos que utilizar os dados e conceitos próprios da Geografia.

O estudo que ora se apresenta, tem caráter interdisciplinar já que a interdisciplinaridade é inerente ao saber ambiental. De acordo com Leff (2002), o saber

ambiental excede as ciências ambientais e o tradicionalismo das disciplinas tradicionais. O pensamento de Leff é uma referência obrigatória (VIEIRA, 2003) ao entendimento do saber ambiental.

O saber ambiental está em processo de construção, que não será homogêneo nem um paradigma globalizante do conhecimento, mas calcado na constante problematização deste, implicando a integração interdisciplinar do conhecimento para explicar os sistemas socioambientais complexos (VIEIRA, 2003, p. 34).

De acordo com Vieira (2003), a interdisciplinaridade é uma das principais características que distingue o conhecimento produzido no século XX em relação aos séculos anteriores e, nas últimas décadas, ela tem alcançado maior projeção. O mesmo autor considera a interdisciplinaridade um meio capaz de superar a racionalidade positivista que tem imperado desde o século XIX. Na busca por alternativas para as questões ambientais postas pela sociedade industrializada, criou-se a necessidade de uma abordagem que interaja com diversos conhecimentos, rompendo com os paradigmas científicos dominantes, caminhando rumo a uma “abordagem holística e interdisciplinar do saber” (p. 41).

Munidos desses conceitos, buscou-se analisar como se deu as interações entre os recursos naturais e a sociedade anapolina dentro do recorte de tempo selecionado. Buscamos segundo Donald Worster (1991), “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (p. 200). E de que maneira isso foi registrado nos jornais anapolinos dos anos 1920 e 1930. Para que tal análise se completasse um grupo de jornais foi selecionado. E aí voltamos ao ponto quatro da análise de Drummond - as fontes utilizadas para a pesquisa. Utilizamos as seguintes fontes históricas: documentos oficiais, fotografias, relatos de viajantes, entrevistas, mapas, discursos, mensagens, rotas, dados climáticos, dados do censo etc., sendo que a maioria foram fontes secundárias, isto é, não foram elaboradas pelo historiador (CARDOSO, 2006)

Historicamente falando, o que nos permite realizar a presente investigação, que relaciona história e meio ambiente (Worster, 2002), ou nas já citadas palavras de Aldo Leopold, o que nos permite fazer uma “interpretação ecológica da História” com os enfoques metodológicos interdisciplinar acima destacados é a situação em que a própria ciência História se encontra. Dentro de uma perspectiva tradicional da História, seria praticamente impossível tratar de temas como meio ambiente e natureza da maneira proposta pela HA, uma

vez que a história positivista presente no meio acadêmico desde o século XIX estava orientada por preocupações essencialmente política (BORGES, 2006).

Desde a década de 1920, a História vem passando por mudanças fundamentais. A partir das obras de Lucien Febvre (1928) e Marc Bloch (1924) publicadas no início do século XX, os paradigmas históricos começaram a ser transformados. Era o início de uma nova era para a História. Novos horizontes se abriram para os historiadores que, por sua vez, começaram a desbravar áreas da sociedade, da economia, da política ainda não estudadas pelos demais historiadores da vertente positivista. Segundo Cardoso (2002), as mudanças introduzidas por Bloch e Febvre levaram a uma renovação do conceito de História. Esse novo conceito cheio de possibilidades deu à História a partir da década de 1960 a corrente historiográfica denominada História Ambiental. É na esteira dos *Annales* da História Nova que surgiu a possibilidade de uma História voltada para o meio ambiente.

A História, assim como as demais ciências, dá uma atenção especial no que tange às questões ambientais. Isso não quer dizer que no passado a História relegou, a segundo plano, as relações do homem com a natureza. Ao contrário, desde que Heródoto, considerado o pai da História, se propôs a fazer investigações e a procurar a verdade (Borges, 2006) podemos perceber o enfoque dado à natureza. Em sua célebre frase “O Egito é uma dádiva do Nilo”, podemos notar que a questão das relações do ser humano com a natureza se fez presente nos trabalhos de diversos historiadores ao longo do tempo. E isso é compreensível partindo da ideia de que o homem é por definição um sujeito histórico e como toda história se desenvolve não apenas no tempo, mas também em um espaço, por isso, é relevante que se estude a atuação do Homem sobre o meio ou mesmo a atuação do meio sobre o Homem. Há também a necessidade de se observar e analisar como o homem registrou e registra ao longo do tempo essas relações homem e/ou sociedade com o meio ambiente. Os registros históricos, sejam eles literários ou documentais, nos auxiliam, nos ajudam a entender quais os desafios enfrentados pelos homens do passado em sua relação com o meio, como o que os nossos antepassados fizeram na busca por soluções. E mais, de que maneira a atuação do homem no passado se reflete no presente.

Nas últimas décadas do século XX e neste início do século XXI, o meio ambiente e as questões ambientais têm tomado conta de vários círculos de discussões, seja na mídia ou nas produções acadêmicas. Este enfoque dado às questões ambientais se deve ao próprio contexto histórico que estamos vivendo.

Desde o século XVIII, os avanços técnicos e científicos levaram à Revolução Industrial, que começou na Inglaterra e logo se espalhou para outros países (IANNONE,

1992). Esse fato histórico levou o mundo a mudanças sem precedentes e trouxe no seu bojo pontos positivos e negativos. O avanço contínuo da técnica, a descoberta de remédios para diversos tipos de doenças, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, o crescimento demográfico (IANNONE, 1992) são exemplos de pontos positivos relacionados ao processo de industrialização. Entretanto, na outra face da moeda estão os pontos negativos ligados à introdução do sistema fabril que, por vezes, tem superado o lado positivo, a saber: a alienação crescente do trabalhador, o crescimento desordenado das cidades, a concentração do capital nas mãos de pequenos grupos e, por último, mas não menos importante, a poluição do meio ambiente. A apropriação dos recursos naturais se intensificou consideravelmente com a Revolução Industrial. A produção em larga escala e o consumo de massa introduzidos pela Revolução Industrial dos séculos XVIII, gerou a necessidade do avanço contínuo da técnica (IANNONE, 1992). Essa busca pelo avanço contínuo da técnica tem levado a natureza à exaustão. Contudo, os efeitos já se fazem sentir em escala planetária. Mudanças climáticas, escassez de água potável, redução dos recursos naturais são alguns problemas que levaram a sociedade, nas últimas décadas do século XX, a voltar o olhar para as questões ambientais e a fazer uma reflexão sobre como foi, como tem sido e como deve ser o relacionamento do homem com a natureza. Várias ciências convergem no sentido de encontrar uma solução satisfatória para as consequências ocasionadas pela ação do homem junto à natureza ao longo dos anos.

A História, por meio da História Ambiental, vem dar sua contribuição como ciência à emergência das questões ambientais (LEFF, 2002).

O trabalho de pesquisa que ora se apresenta, propõe a seguinte questão: é possível identificar nos jornais editados nos anos de 1920 e 1930 em Anápolis, referências a questões ambientais?

Na busca pela(s) resposta(s) a essa(s) problemática(s), traçamos algumas questões norteadoras.

1. Quais os tipos de problemas e questões ambientais estão mais presentes nos jornais editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930?
2. De acordo com as fontes históricas pesquisadas, como a população anapolina reagia frente a tais problemas?
3. Os jornais apontavam as causas dos problemas ambientais ou apenas os apresentavam?
4. Nos jornais anapolinos estão presentes soluções para os problemas ambientais apresentados?

5. Como as questões ambientais interferiram, de acordo com as fontes históricas, no desenvolvimento da cidade?
6. Qual (s) as concepção (s) de meio ambiente estavam presentes nos jornais anapolinos nos anos de 1920 e 1930?

Os objetivos que se apresentam neste estudo são:

- 1- Identificar e analisar a presença das questões ambientais nos jornais editados na cidade nos anos de 1920 e 1930. Esses objetivos nos reportam a três vias a serem trabalhadas. Primeiro, definir como a História, como ciência, poderá nos auxiliar nos estudos sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Para isso buscamos na História Ambiental uma ferramenta teórica para compreender as relações entre o homem e o meio ambiente ao longo do tempo. Esse conceito surgiu na década de 1970, quando, em vários países aconteciam conferências para tratar de questões globais relacionadas ao meio ambiente e os movimentos ambientalistas ganhavam forma;
- 2- Conhecer, compreender e analisar as principais concepções de meio ambiente que se fizeram conhecer ao longo da história narrada nas fontes históricas analisadas.

A construção e a compreensão do nosso objeto de pesquisa foram realizadas à luz da História Ambiental, pois, na busca por questões ambientais nos jornais anapolinos, os temas e abordagens da História Ambiental se tornaram pertinentes.

A presente investigação terá como recorte de tempo os anos de 1920 e 1930. A opção por este período histórico da cidade de Anápolis se deu em função dos poucos trabalhos de pesquisa realizados sobre este período, principalmente trabalhos que abordem especificamente as questões ambientais. Daí o interesse, em especial, pelos jornais editados no período de 1920 e 1930. Além disso, nossa abordagem se insere em um período em que o estado de Goiás e, por conseguinte, o Brasil passava por uma fase de transformações políticas. A República Oligárquica vivia uma crise que culminaria na Revolução de 1930, liderada pela Aliança Liberal de Vargas (SILVA, 2001).

1.2 Fontes da História Ambiental

As questões ambientais sempre fizeram parte da vida dos anapolinos. Afinal, homem e meio ambiente são faces diferentes de uma mesma moeda. Neste caso, a moeda é a natureza. Não há como negar a importância do meio ambiente na vida dos seres humanos.

Bem como, não tem como negar o papel que o homem tem desempenhado junto a natureza. O espaço, no sentido fisionômico(bioma), e tudo aquilo que dele faz parte interferiram desde sempre na forma como as sociedades se constituíram. O clima, o solo, a fauna e a flora vão contribuir não de forma determinante, mas significativamente nos rumos tomados pelos grupos humanos. Os seres humanos por sua vez, também exerceram um papel singular na configuração da paisagem.

A paisagem não pode ser entendida como algo estático. A maneira com que o homem se apropria dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência, as técnicas utilizadas para lidar com a terra, as tecnologias desenvolvidas para facilitar a vida, a maneira de ocupar o solo, enfim, o trabalho e a adaptação do homem com seu habitat levou à criação de diversas paisagens tanto no tempo como no espaço. A paisagem é, portanto, algo cultural.

Segundo Monbeig (1940):

Como a cultura de um grupo evolui, sua paisagem também evolui: o mesmo suporte natural viu sucederem-se paisagens diferentes, sendo cada um reflexo da civilização do grupo em dado momento de sua história. Assim, a paisagem não é mais considerada como produto da geologia e do clima, mas como reflexo da técnica agrícola ou industrial, da estrutura econômica ou social (p. 238-239).

Na concepção de Marx (1978), os homens, nas comunidades primitivas, se diferenciavam dos demais animais não apenas pelas características biológicas, mas também pelas atividades que ele realizava no espaço e no tempo em que vivia (caçar, colher, pescar, construção de ferramentas e objetos). Foi pontualmente essa diferença que levou os seres humanos a transformar as paisagens a fim de adaptar-se e satisfazer suas necessidades.

Ao tentar satisfazer suas necessidades, sejam elas físicas ou ideológicas (MARX, 1978), homem e natureza foram se integrando de forma significativa ao longo dos séculos. Acontece que a convivência que via de regra era harmônica cedeu lugar a uma convivência desequilibrada de caráter exploratório.

A busca constante por recursos naturais têm acarretado desequilíbrios ecológicos sem precedentes na história da humanidade (LEFF, 2002). Não estamos dizendo que a natureza é imutável e constante, isso contrariaria os pressupostos da História Ambiental – AH, que busca uma postura dialética no que tange a relação homem x natureza. O planeta Terra ao longo de seus bilhões de anos passou por diferentes tipos de transformação e várias espécies surgiram e entraram em extinção. Nossa análise está voltada para as transformações introduzidas no meio ambiente pela ação humana. Nesse sentido, também não somos ingênuos acreditando que só após a Revolução Industrial o meio ambiente passou a sofrer

com a presença humana. Sabemos que por menor que seja a ação humana junto a natureza, a simples presença humana em um determinado lugar leva a mudanças na configuração da paisagem.

As considerações acima se fazem sentir mais fortemente na porção ocidental do planeta. Isso se deve, sobretudo, a concepção judaico-cristã de natureza e à Revolução Industrial (CAMARGO, 1999).

Camargo (1999) aponta a concepção judaico-cristã, ou simplesmente hebraica, referente à relação homem-natureza, como um dos fatores responsáveis pelo afastamento dos seres humanos da natureza. Segundo esse autor, o pensamento cristão, desenvolvido ao longo da Idade Média, rompeu com o pensamento grego que concebia a natureza como algo imutável e que nenhuma ação humana a poderia violar. Para os helenos o homem estaria subordinado à natureza e caberia a ele apenas procurar entender os fenômenos naturais já que era vetado aos homens a capacidade de dominar a natureza (CAMARGO, 1999).

Ao contrário dos gregos, os cristãos percebem a natureza como algo a ser dominado. Na concepção bíblica, Deus, criador de todas as coisas que existem, após criar os astros, separar as águas da terra, criar os seres aquáticos, terrestres e que voam, criou o Homem – Adão, e o constituiu senhor absoluto da natureza.

Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele *domínio* sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra (GÊNESES 1).

A natureza, vista pelos gregos como imutável, agora é mutável já que está subordinada às vontades humanas. Por decisão divina o homem foi adequando o meio ambiente às suas necessidades. Essa visão marcadamente antropocêntrica (MARTINS, 2007), isto é, o homem como centro, acabou por levar os seres humanos a se manterem acima na natureza e instrumentalizá-la.

Mais tarde, essa visão foi assimilada pelos muçulmanos, já que o Islamismo teve suas origens no judaísmo. Portanto, para uma parcela considerável de pessoas (o Cristianismo e o Islamismo são as duas maiores religiões do mundo de acordo com dados da Organização das Nações Unidas), o planeta ainda é considerado uma fonte inesgotável de recursos naturais à disposição do homem. Para os integrantes dessas duas religiões, Deus estará sempre a prover todas as necessidades humanas.

Levando em conta essas posturas: grega e hebraica em relação a natureza e a HA, Martins (2007) desenvolveu a seguinte reflexão:

Convém ressaltar que a história ambiental pode ajudar a sociedade a repensar seu protagonismo, marcadamente antropocêntrico. Entre nós predomina a ideia da natureza como palco silencioso e estático da História, porque o dinamismo estaria depositado exclusivamente na esfera da ação humana. Esta ideia, entretanto, é falsa e perigosa. O planeta em que vivemos não é tranquilo e nem estático. A Terra está em movimento contínuo e seus ritmos e espasmos costumam causar muita destruição, afetando milhares de pessoas e estruturas políticas e sociais. O movimento da natureza é intenso e antigo, observado há milênios pelos homens pertencentes a diversas culturas. Não é prudente, portanto, subestimar as forças da natureza (p. 29).

Além da concepção judaico-cristã, o capitalismo fez com que a natureza fosse cada vez mais expropriada e dizimada (CAMARGO, 1999). Na busca incansável pelo lucro, o capitalista vê a terra e os recursos naturais como meios para se atingir o fim, isto é, o lucro. Eis aí uma convergência entre as concepções judaico-cristã e a capitalista frente ao meio ambiente. Ambas, por razões distintas, adotam posturas predatórias em relação ao planeta e seus recursos naturais.

Após a Revolução Industrial, a exploração do meio ambiente se intensificou (MARTINEZ, 2006). Para Worter (1982) a Idade Moderna, com a Revolução Industrial, desencadeou uma “segunda revolução” no uso da terra e dos demais recursos naturais de alcance tão grande como fora a Revolução Agrícola.

De acordo com Martinez (2006), no processo de obtenção do lucro, os efeitos da economia capitalista sobre o meio ambiente foram demasiadamente expressivos. Para esse autor, a história econômica, política e cultural do século XIX (Segunda Revolução Industrial) é a história da expansão da indústria e da captura, pelas nações europeias por áreas fornecedoras de matéria-prima, mercado consumidor de bens industrializados e fontes de energia. Essa busca alimentou uma autêntica depredação ambiental.

Nesta perspectiva, o crescimento populacional, desperdício de recursos, pobreza, falta de responsabilidade ambiental e ignorância ecológica tem levado a mudanças na paisagem natural de forma acelerada e sem precedentes na história da humanidade. Nesse sentido, as sociedades contemporâneas têm vivido segundo Penna (1999), constantes dilemas ambientais. A crise ambiental, na visão de Martinez (2006), adquiriu maior alcance social e dimensões planetárias na década de 1960. Segundo ele, é uma crise derivada da insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo criados pela sociedade industrial e que não cessou de crescer desde a Primeira Revolução Industrial.

Na busca pela compreensão dos motivos que levaram à exploração desmedida do meio ambiente, que desembocaram nos dilemas ambientais, além das concepções judaico-cristãs (CAMARGO, 2005) e capitalistas, analisaremos também a corrente marxista.

Segundo Martinez (2006), Marx viu no processo de desenvolvimento industrialização a degradação do trabalhador e do solo. Para Marx, o progresso no aumento da fertilidade resultaria na ruína das fontes dessa fertilidade – o solo. Além disso, a grande indústria legou à subjugação, a exploração, a pauperização do trabalhador, além da destruição física, mental e espiritual do trabalhador. Apesar de Marx ter desenvolvido um pensamento ecológico ao analisar as questões sociais e econômicas de seu tempo, seus seguidores não priorizaram essa postura. Os marxistas voltaram suas análises para outros aspectos das teorias de Marx, como a luta de classes, por exemplo.

Os trabalhos marxistas ao longo do século XX tiveram como foco as classes sociais. A relação homem-natureza não é tida como primordial para esses intelectuais que privilegiaram a luta de classe - as relações entre dominantes e dominados e suas contradições. Para os marxistas, a degradação do meio ambiente é, em suma, a exploração dos trabalhadores. O meio ambiente é por assim dizer um coadjuvante social. Liberais e marxistas concordavam: o meio ambiente não era o fim (socialização dos meios de produção para os marxistas e o lucro para os liberais), era apenas o meio. Nas reflexões dos marxistas acerca da relação indivíduo- sociedade, o foco não passava pelo viés ambiental (MARTINS, 2007). Essa atitude dos marxistas explica porque os partidos socialistas e comunistas não estiveram na vanguarda do ambientalismo. (MARTINS, 2007).

Com o objetivo de analisar as questões inerentes à relação homem-natureza e os dilemas ambientais que o mundo moderno enfrenta, devido à negligência secular em relação aos recursos naturais, é que surgiu a HA nas décadas de 1970 e 1980 (DRUMMOND, 1991).

A HA é uma contribuição da História como ciência à sociedade contemporânea. Ela tem como objetivo colocar a sociedade na natureza. Isto é, enquanto as correntes historiográficas tradicionais dissociavam as relações sociais das relações naturais ou os fatos sociais dos fatos ecológicos (MARTINS, 2007), a HA atribui a esses dois fatores a mesma importância. Natureza e humanidade são percebidas e analisadas pelos historiadores ambientais como intrínsecamente ligadas, dentro de uma relação de interdependência. Nas palavras de Martins (2007):

A HA quer conferir às “forças da natureza” o estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura, atribuir aos componentes naturais “objetivos” a capacidade de influir significativamente sobre os rumos da história. No plano epistemológico, esta empreitada está relacionada à restituição da unidade supostamente perdida entre

natureza e humanidade. A premissa dos historiadores ambientais, por conseguinte, é a de que os sistemas sociais estão submetidos a trajetórias indissociáveis dos processos evolutivos dos ecossistemas. Estes processos interdependentes, portanto, devem ser estudados por meio do conceito de “co-evolução” (p.22).

Para Worters (1991), a HA busca esclarecer os efeitos da economia capitalista sobre o meio ambiente dentro de uma perspectiva ecológica. Detectar não apenas o impacto da economia capitalista no meio ambiente, mas analisar o papel do mundo natural no surgimento, desenvolvimento e na consolidação da economia capitalista. Afinal, as “forças” da natureza têm a capacidade de influir significativamente nos rumos da história da humanidade.

Martins (2007) nos chama a uma reflexão acerca da HA. Para ele:

A história ambiental rejeita a suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitui uma espécie única e solada. A história ambiental, ao contrário das demais ciências sociais, tendo em vista a presente situação global, curva-se ao imperativo de compreender as consequências ecológicas das ações humanas (p. 47).

Na perspectiva dos historiadores ambientais (WORSTER, 1991, 2003; DRUMMOND, 1991, 1997; PÁDUA, 2002; BRAUDEL, 2002), os feitos humanos interagem constantemente com as forças da natureza. Nesse sentido, os humanos tanto podem contribuir para agravar a situação em que o meio ambiente se encontra como podem, por meio de suas ações sociais, reverter o quadro catastrófico em que se encontra o meio ambiente.

A combinação intertemporal de fatores naturais e humanos é capaz de moldar novas paisagens ou destruir rapidamente arranjos dos sistemas da natureza que existem na Terra (MARTINS, 2007, p. 23).

A HA como uma corrente historiográfica, tenta romper a tradição determinista que marcou a produção historiográfica ao longo dos anos. A partir das lições da Escola dos Annales, a HA busca trabalhar as relações entre as estruturas e a longa duração (MARTINS, 2007). Isso é fundamental nos trabalhos relacionados às questões ambientais pois, o tempo da Natureza é diferente do tempo do Homem. O tempo da Natureza está inserido em uma escala geológica, ao contrário do tempo do Homem que pode ser estudado dentro de uma escala de menor tempo.

Drummond (1991) aponta alguns temas principais a ser tratado por um historiador ambiental, a saber:

- 1- Origens e efeitos de políticas ambientais e da cultura científico-administrativa de organismos governamentais com responsabilidade pelo meio ambiente;

- 2- Usos conflitivos de recursos naturais por povos com diferenças culturais acentuadas, ou por grupos sociais distintos dentro de sociedades complexas;
- 3- Saberes, práticas e valores sociais relativos à natureza;
- 4- Ideias de personalidades destacadas, como escritores ou militantes ambientais, sobre a natureza e as questões ambientais;
- 5- Casos notáveis de degradação ambiental.

A pesquisa que ora se apresenta tem como aportes teóricos e metodológicos os da HA. Sem as orientações metodológicas dessa corrente historiográfica o trabalho investigativo que nos propusemos a realizar não alcançaria o êxito esperado.

A partir dos conceitos inerentes à HA, realizamos a releitura de fontes históricas primárias, bem como as análises e reflexões. Estes conceitos serão trabalhados mais adiante.

Na busca pela compreensão das relações homem-natureza, do papel do meio ambiente na vida dos anapolinos e o lugar dos anapolinos na natureza nos anos de 1920 e 1930, e como tudo isso foi abordado nos jornais dos anos de 1920 e 1930. Para isso, utilizamos a interdisciplinaridade como parte do nosso trabalho. Isso porque, uma das principais características da HA é o diálogo constante com outras ciências como a Geologia, Biologia, Geografia, Antropologia e, principalmente, a Ecologia. Soffiati (s/d) qualifica esse diálogo da seguinte maneira:

No seu conjunto as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental, que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e as modificassem. Trata-se de colocar a natureza na História (Cronom, 1983), ou ir mais além, "colocar a história humana no contexto da natureza não-humana" (SOFFIATI, s/d) (p. 199).

É deveras importante também a compreensão a respeito da forma com que o homem anapolino falou, escreveu, resolveu ou não resolveu os problemas ambientais e as questões ligadas à ecologia. Isto é, como essas questões foram historicizadas.

A História como ciência, através da HA, tenta dar sua contribuição nesse entendimento. Todavia, ela por si só não consegue explicar alguns fatos, interpretações e mentalidades presentes nas fontes históricas investigadas. É aí que os historiadores ambientais vão buscar junto às outras ciências, não apenas nas sociais, conhecimentos e conceitos necessários para a compreensão do que propomos investigar. Martins (2007) considera a cooperação entre as diferentes ciências como fundamental para o entendimento dos temas e problemas ecológicos.

Segundo Martins (2007):

A história ambiental requer o diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais, porque estas são imprescindíveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas. Além do intercâmbio com as ciências humanas, uma exigência potentosa já assimilada pelos historiadores, há que visitar também as lojas de vizinhos supostamente mais distantes: zoólogos, botânicos, geomorfólogos, químicos, etc. A história ambiental coloca a exigência, para determinados tipos de estudos, de considerar a escala geológica de tempo, algo que o intelecto humano tem dificuldade para lidar. Finalmente, em muitas investigações da história ambiental, o trabalho de campo é imprescindível, porque a crônica das relações entre os homens e a natureza é lida na própria paisagem: nas águas e nas barrancas dos rios, nas cicatrizes que cortam a superfície da terra, nas trilhas e clareiras que interrompem o verde da floresta (p. 49).

Sem o auxílio das demais ciências, a História, na tentativa de explicar, entender e analisar as questões ambientais e suas relações com os fatos sociais não obteria grande sucesso. Podemos dizer, então, que a HA é por excelência interdisciplinar.

Ao analisar a evolução histórica da sociedade anapolina, o crescimento e desenvolvimento da cidade, as explicações sobre a origem do município, a ocupação do solo, os rumos tomados pela economia, enfim, ao estudar a história de Anápolis, não há como negar a influência da Natureza nos rumos tomados pela cidade e nem como negar a influência que o homem exerceu na natureza ao longo dos anos. É nessa perspectiva que construiremos nossas análises.

De acordo com Braudel (2002), o meio ambiente é determinante e determinado, tudo ao mesmo tempo. Não há espaço, na HA, para determinismo e esquematismos. Esse conceito nos é muito valioso já que buscamos perceber como os anapolinos lidaram, através dos jornais, com as questões ambientais.

No que tange ao espaço, utilizaremos o conceito de regionalização desenvolvido pela Geografia Humanista. Esse conceito foi criado pelos geógrafos humanistas na década de 1970 e a partir daí utilizado pela HA.

A percepção humana do espaço adquiriu centralidade na reflexão dessa Geografia Humanista. O espaço vivido e interpretado pelos indivíduos, construído socialmente a partir da percepção das pessoas, trouxe à cena o conceito de “lugar”. O lugar, interpretado como um conjunto de significados tem uma paisagem essencialmente cultural: ele é o objeto do conhecimento geográfico. Dessa forma, para a Geografia Humanista, a região é um produto da história e da cultura, uma construção mental, inscrita na consciência coletiva. (MARTINS, 2007, p. 42 e 43).

Desde que o conceito de lugar foi desenvolvido pelos geógrafos humanistas na década de 1970 (até esse momento não havia por parte dos geógrafos uma definição científica para lugar), foi visto e revisto por vários geógrafos respeitados na comunidade científica.

Segundo Turra Neto (2009), os humanistas concebiam lugar como forma de experiência humana, “um tipo especial de vivência do espaço”, lugar vivido. Esses atribuíam ao conceito de lugar uma grande importância. Uma parte considerável dos geógrafos da geografia crítica não atribui a mesma importância que os geógrafos humanistas ao conceito de lugar. Esses dão mais importância ao conceito de território em vez do conceito de lugar (HAESBAERT, 2009). De acordo com Diniz (2009), etimologicamente território significa patriarcado, do grego pater e diz respeito a uma jurisdição governada por alguém. Portanto, o território envolve uma relação de poder, enquanto lugar implica relações subjetivas do homem com o espaço e o ambiente (DINIZ, 2009).

Milton Santos (1999) deu uma maior importância ao conceito de lugar. Para ele, o lugar é produzido por duas lógicas: a primeira é das vivências diárias das pessoas e dos processos econômicos, políticos e sociais que constituem a globalização. Nesse sentido, segundo Turra Neto (2009), a abordagem crítica do lugar procura se diferenciar da abordagem humanista, na medida em que leva em conta as influências dos processos relacionados à globalização no estudo das vivências que os indivíduos desenvolvem nos lugares.

Ao longo das reflexões sobre a história anapolina, utilizamos o conceito de lugar da geografia humanista e as novas reflexões de Santos (1978) à respeito de lugar. Nas primeiras décadas da história de Anápolis, entre 1870 e 1930, o conceito de região da década de 1970 se mostrou mais adequada às análises. Já na segunda metade da década de 1930 até a década de 1950 o conceito de região do geógrafo Milton Santos se adequou-se melhor à nossa pesquisa, pois nesse período o processo de globalização (SANTOS, 2000) se intensificou.

Em Anápolis, assuntos relacionados às questões ambientais sempre estiveram presentes nas páginas dos jornais, nos livros que contaram a história da cidade e nos relatos dos viajantes que pela região passaram durante o século XIX. Amiúde, cada palavra escrita, cada relato feito, cada opinião e parecer emitidos estavam carregados do imaginário das pessoas que falaram da cidade ou que nela habitaram.

Estudar a história de Anápolis ou de qualquer outra cidade, é estudar o próprio meio ambiente. Afinal, seguindo a reflexão de Martins (2007),

A história é também uma reflexão sobre o meio ambiente, na qual o meio ambiente não é nem um determinante absoluto nem um simples cenário passivo e estático em que se dá a trajetória humana. O meio ambiente na perspectiva braudeliana é ativo de dinâmico, é determinante e determinado, é espaço natural e espaço construído, move-se lentamente (p.21).

Para a HA os fatos sociais são indissociáveis dos fatos ecológicos. Os fatos ecológicos são, por conseguinte, históricos. Seguindo esse postulado, Cultura e Natureza

estão a rigor interligadas. Essa concepção põe por terra as crenças e preconceitos desenvolvidos pela civilização ocidental, cristã e industrializada. Segundo Martins (2007), a Antropologia deu à HA cabedal necessário para refutar os tradicionais postulados ocidentais. De acordo com o autor os historiadores ambientais, apoiados nos postulados da Antropologia “quebraram” dois preconceitos reinantes no mundo ocidental. O primeiro, de que a natureza era um mero meio de subsistência, Observa Martins (2007):

É necessário perceber que, para numerosas sociedades e grupos sociais, a natureza é mais do que mero meio de subsistência. Ela está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento, de maneira que ela é um recurso sociocultural. Para diversos povos, na natureza estão inscritas as mais básicas noções de autodeterminação, de articulação social, de vivência e crenças religiosas, para não falar na existência física da sociedade (p. 35).

O segundo, é que os povos com um modo de produção primitivo utilizam os recursos naturais de forma irracional e são por isso atrasados, pobres e oprimidos pela penúria.

Como dizer que são “irracionais” sociedades australianas cujo meio ambiente desértico é considerado dos mais hostis da Terra, mas que obtêm seu sustento satisfatoriamente com o máximo de cinco ou seis horas diárias de trabalho, deixando o resto do dia para cada um de seus fazer o que bem entender, dentro dos padrões éticos vigentes nos seus territórios? (p.35).

Só a partir da quebra dos preconceitos históricos a respeito das relações homem-natureza e imbuídos dos pressupostos teóricos da HA é que pudemos realizar as análises que nos propomos no estudo em questão. Esses pressupostos estão baseados em uma visão holística, guiada por uma perspectiva de integração dos seres com o ambiente.

No que tange à metodologia, o foco da HA são as relações homem-natureza. Nesse sentido, o trabalho de campo se mostra uma ferramenta muito importante já que a realização do trabalho de campo permite uma observação *in lócus* das inter-relações sociedade-meio ambiente. O ato de ir até à natureza, proporciona ao historiador ambiental uma comparação entre o que está na literatura com o que está efetivamente na paisagem. O trabalho de campo é o procedimento que propicia, de fato, a aproximação e a inserção do pesquisador no conjunto de relações que ele busca compreender (MARTINS, 2007).

A forma como HA aborda o trabalho de campo é de suma importância na análise dos relatos dos viajantes. Por meio dessa metodologia, pudemos ler interpretar, refletir a analisar as relações do homem com a natureza nos relatos dos viajantes do século XIX, sem

incorrer em anacronismos. Sem os aspectos metodológicos da HA, correríamos o risco de desconsiderar o trabalho realizado pelos cientistas e naturalistas que cruzaram o território goiano. Mas ao colocar em mente as considerações da HA a respeito do trabalho de campo (DRUMMOND,1999), vemos como os cronistas foram importantes e nos ensinaram a fazer de forma sistemática e paciente as observações da natureza, dos homens e dos homens em sua relação com a natureza.

Em nosso trabalho de pesquisa nos valeremos das observações feitas pelos cronistas do século XIX, mas não realizaremos o trabalho de campo. Pelo fato de residir na cidade de Anápolis, estivemos em contato com as fontes pesquisadas, isto é, os jornais.

Tomando por base as direções temáticas da HA determinadas por Drummond (1999) e apresentadas no início deste capítulo, promoveremos uma pesquisa sobre as ideias de personalidades destacadas sobre a natureza e as questões ambientais presentes nos jornais, livros e relatos (MARTINS, 2007). Martins (2007) chama a atenção para a necessidade dos historiadores irem a campo e não fiquem confinados em museus, salas ou bibliotecas. Segundo o autor:

A História Ambiental requer quase sempre a realização de trabalhos de campo. Não porque se trata apenas de ir à natureza, mas de bem definir o que se quer investigar e também porque a observação direta das inter-relações sociedade-ambiente rende mais do que confinar nos discursos escritos e ou pronunciados por autoridades, estudiosos de gabinete e pessoas interessadas nos problemas socioambientais. O trabalho de campo é necessário porque as paisagens são fontes para o historiador ambiental e elas, quando vistas em suas dimensões materiais e espaciais, não se prestam bem às simplificações e ocultações que determinados atores desejam promover para salvar certos interesses e pontos de vista (p. 45).

Como as nossas fontes de pesquisa são jornais, não nos valeremos da pesquisa de campo, mesmo sabendo da sua importância para o historiador ambiental. Ater-nos-emos a esse conjunto de fontes históricas que são consideradas importantes por Martins (2007). Segundo ele, outro conjunto destacado de fontes impressas para a História Ambiental é representado pelas coleções de jornais e revistas publicados no país. Muitos municípios brasileiros, desde a primeira metade do século XIX, possuíram imprensa ativa. No caso específico de Anápolis, os primeiros jornais foram impressos no início do século XX. Esses jornais são para uma fonte incomensurável de informações, assim como os demais jornais e revistas do país. Nas palavras de Martins (2007):

Nas páginas dos jornais e das revistas, dotados de orientações editoriais e políticas as mais diversas, foram publicadas notícias sobre eventos climáticos extremos (secas, inundações, enchentes, deslizamentos de encostas etc.), epidemias, movimentos acentuados de populações, conflitos em torno da apropriação e do uso de recursos naturais e as ações das autoridades para impor a ordem. Com a intenção

de educar os leitores, a imprensa divulgava as descobertas científicas e os aperfeiçoamentos técnicos na agricultura, mineração e indústria. Os homens de imprensa, impregnados pela ideologia do “progresso” característica dos Oitocentos, analisaram a situação da economia, da sociedade e do espaço, tanto no plano local como regional e nacional, diagnosticando os problemas que reduziam a velocidade da modernização brasileira e propondo medidas para solucioná-los. Nas matérias de imprensa, descortina-se, ainda que parcialmente, a visão das elites letradas nacionais, regionais e locais sobre a terra e a gente do Brasil. Os jornais e as revistas contêm, portanto, muitas informações ambientais e elementos constitutivos do imaginário de certas camadas sociais brasileiras sobre a natureza e as relações dos homens com seu ambiente (p. 61-62).

Outro aspecto metodológico da HA de que nos valem nessa pesquisa é a análise dos relatos dos viajantes que percorreram diversas regiões do Brasil no século XIX. Por meio dos relatos dos viajantes (MARTINS, 2007), podemos obter várias informações sobre a cultura material, as técnicas e as práticas econômicas das populações brasileiras do século XIX. No caso específico de Anápolis, os relatos dos viajantes naturalistas estrangeiros são fontes escritas muito importantes, pois, por meio delas, obtemos informações acerca do meio ambiente e das populações da região que viria a ser o município de Anápolis.

Todavia, segundo Martins (2007), há que se considerarem alguns aspectos ao utilizarmos tais relatos. Primeiramente, segundo o autor, deve-se seguir o preceito de combinar, nas pesquisas de História Ambiental, os mais variados tipos de fontes para reunir informações sob o foco convergente de técnicas diversas e analisá-las segundo diferentes eixos teóricos. Além disso, Martins (2007) chama a atenção para um cuidado deveras importante com esse tipo de fonte. De acordo com o autor, o pesquisador tem que levar em conta as concepções de meio ambiente predominante no tempo em que os relatos foram feitos e que a percepção.

Os cronistas estrangeiros que cruzaram o Brasil ao longo do século XIX, via de regra, pouco se ocuparam com a tarefa de conhecer os povos e de analisar as relações entre as sociedades e os ambientes. Segundo Martins (2007), a preocupação com a inter-relação entre os seres vivos no ambiente e entre sociedades e paisagens não era uma questão para a ciência, até bem avançado, o século XIX.

Nessa pesquisa, a fim de seguir um importante pressuposto da HA, nos valem da interdisciplinaridade (DRUMMOND, 1991). A rigor (MARTINS, 2007), não cabe a uma ciência específica a função de buscar soluções para os problemas socioambientais que marcam a contemporaneidade. Todas as ciências têm a contribuir com o planeta. Com a História não é diferente. Na busca pelo entendimento das relações homem-natureza e na tentativa de compreender o lugar do homem na natureza, o historiador ambiental tem que

buscar junto a várias ciências instrumentos, conceitos, técnicas e métodos que a auxiliem nessa odisséia (DRUMMOND, 1991).

Cada pesquisa exigirá um tipo de diálogo com ciências sociais ou naturais. É a problemática do estudo que determinará com quais ciências a História dialogará.

No caso específico da pesquisa que ora se apresenta, a utilização de aportes específicos (MARTINS, 2007) da Geografia (Geografia humana, biogeografia, geomorfologia) auxiliaram na compreensão de algumas visões sobre as questões ambientais presentes nos jornais e livros analisados entre as décadas de 1870 e 1950. A familiaridade com os conceitos geográficos permitiu a compreensão dos temas ambientais presentes na literatura do período recortado para o estudo e o que evitou anacronismos.

Por fim, cabe lembrar que o historiador ambiental ao longo de sua pesquisa deve se manter distante de preconceitos, ideias e doutrinas. Para (MARTINS, 2007), durante a investigação dos fatos sociais e dos fatos ambientais e a interligação dos dois, bem como das questões ambientais, o pesquisador deve ficar longe dos juízos de valores.

Martins (2007), na última parte de seu texto ‘História e Meio Ambiente’, fez uma consideração extremamente importante para aqueles que querem enveredar por pesquisas na área da HA,

Não se deve temer a relação que os historiadores ambientais deverão estabelecer entre a compreensão dos processos e a contribuição à mudança. Abandonando falsas neutralidades, o historiador ambiental poderá tomar partido e fazer propostas. Cumpre apenas que isso seja feito obedecendo-se a uma indispensável precaução: o estudo do que é deve ser separado do estudo do que deve ser. O momento de compreender não pode ser subordinado a pré-concepções, ideias e doutrinas. O estudo dos processos socioambientais deve separar os fatos das ideologias do desejável, desideologizar o objeto de estudo. Os juízos de valor ficarão reservados para um momento posterior à compreensão pela revisão crítica (p. 43).

Partindo dessa observação de Martins (2007), podemos considerar que papel do historiador ambiental é analisar, de acordo com as abordagens da própria HA, as questões ambientais e buscar uma maior compreensão a fim de se posicionar frente às mais variadas situações.

Além das fontes tradicionais de pesquisa históricas, a HA trouxe para a História uma nova fonte de pesquisa – a paisagem. A paisagem é uma fonte de pesquisa imprescindível não apenas para o HA, mas para diversas disciplinas das áreas das ciências sociais e naturais (MARTINÉZ, 2006). Por isso, o trabalho de pesquisa historiográfica que adota a paisagem como fonte, tem que utilizar como metodologia a interdisciplinaridade, uma

vez que somente os conceitos inerentes à História não daria conta de levar o pesquisador à compreensão de todos os fenômenos.

Martins (2007) apresenta outras fontes de pesquisa utilizadas nas pesquisas histórico-ambientais. Códigos de postura, registros de terras, relatos de viajantes, obras de agronomia, monografia de naturalistas, memórias de funcionários governamentais. Cabe ao historiador fazer a releituras dessas fontes ou mesmo das leituras feitas anteriormente. ‘Olhar’ para essas fontes e tentar extrair delas informações a cerca das relações homem-natureza em tempos diferentes.

O presente estudo visa, notadamente, essa proposta apresentada por Martins (2007). Buscam-se como fonte de pesquisa os jornais editados em Anápolis nos anos de 1920 e 1930. É nesse ponto que o trabalho se mostra pertinente. Propomos uma nova abordagem de análise em relação às fontes já utilizadas em trabalhos de pesquisa anteriores a esse, a saber: os jornais.

Como uma das questões norteadoras da pesquisa é tentar descobrir as concepções de meio ambiente presentes na historiografia e nos documentos oficiais da cidade de Anápolis, faz-se necessário uma investigação acerca das concepções em relação a Natureza. Uma análise do paradigma de meio ambiente dominante na historiografia, nos relatos dos viajantes e nos jornais entre 1920 e 1930. Identificar qual a concepção de meio ambiente que permeava a mentalidade dos anapolinos no período em que a fonte a ser estudada e analisada foi construída. Que ideologias estavam presentes na sociedade anapolina na época em questão. Isso posto, buscamos em Bloch e Febvre (2002) um dos nossos referenciais teóricos por terem sido os precursores em quase todos os aspectos e campos de pesquisa mencionados acima.

CAPÍTULO II - UM BREVE OLHAR SOBRE ANÁPOLIS

No presente capítulo abordaremos temas considerados importantes para a realização da pesquisa. Construiremos e apresentaremos o nosso objeto de estudo a partir de três aspectos, a saber:

- 1- Uma breve apresentação da história da cidade de Anápolis. Apresentaremos a evolução histórica de Anápolis, de 1870, ano da construção da capela em homenagem a Santa Ana, até 1957, ano do primeiro cinquentenário da cidade.
- 2- Os aspectos geográficos do município de Anápolis. Trataremos da influência das questões geográficas no desenvolvimento da cidade. Como o meio ambiente associado à ação humana contribuiu para que a cidade adquirisse as atuais características urbanas, econômicas, políticas e culturais. À luz de Le Goff (2001), veremos que Anápolis, assim como toda cidade desde a Antiguidade até os nossos dias, não é produto do solo, mas criação dos homens em sua interação com o meio.
- 3- Os jornais anapolinos editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930. Utilizamos os jornais: *O Annapolis*, *O Combatente*, *O Grêmio*, *O Operário*, *O Verbo e o X*. Pretendemos identificar o que os jornais editados em Anápolis nesse período contribuíram para os processo de construção da cidade. Paraphrasing Capelato (1988), o jornal é uma importante fonte histórica, pois, por meio da análise dos jornais, é possível conhecer uma época. Pela análise dos discursos dos jornais é possível depreender visões de mundo, mentalidades e muitas vezes divergências acerca de temas variados. É nesta perspectiva que selecionamos alguns periódicos que circularam em Anápolis nos anos de 1920 e 1930.

2.1 Um breve olhar sobre a história de Anápolis -1870 a 1957

A história de Anápolis tem suas origens no século XIX, período em que o Brasil está deixando de ser colônia de Portugal e se tornando um Estado Nacional. As primeiras décadas que marcaram o aparecimento do povoado de Santana das Antas viram o Brasil viver momentos de crise econômica em meio à formação de sua identidade como nação (FAUSTO, 1995). A região onde hoje está localizado o município anapolino era uma rota de passagem de tropeiros e caixeiros viajantes que saíam do litoral em direção às regiões mineradoras. Assim como em todo o estado de Goiás durante a segunda metade do século XX, a demografia era

baixa e a atividade econômica principal era a pecuária, uma vez que, devido a distância da região em relação aos grandes centros do país e a dificuldade de escoamento da produção, o gado se tornou uma opção pois se autotransportava.

Às margens do ribeirão das Antas havia alguns casebres de pessoas que davam pousadas a viajantes e religiosos que cruzavam essa localidade. Esses mesmos viajantes por vezes hospedavam-se também em fazendas da região, dentre elas a mais conhecida era a Fazenda das Antas. Ela servia de pouso dos simples aos mais ilustres viajantes como o cronista, naturalista, botânico francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire ou simplesmente Auguste de Saint-Hilaire.

O naturalista francês Saint-Hilaire viajou para o Brasil em 1816, acompanhando a missão extraordinária do duque de Luxemburgo, que tinha por objetivo resolver o conflito que opunha Portugal e França quanto à posse da Guiana. Apesar de ter conseguido fazer parte da missão graças a suas relações pessoais, Saint-Hilaire obteve a aprovação do Museu de História Natural de Paris e financiamento do Ministério do Interior. Saint-Hilaire deixou o Brasil no ano de 1822.

Em sua viagem pelo interior da província de Goiás, por volta de 1819, Saint-Hilaire, em sua obra, fez seguinte relato ao passar pela região do que viria a ser o município de Anápolis naquele período,

(...) parei na Fazenda das Antas, situada acima do rio do mesmo nome e um dos afluentes do Corumbá. A fazenda era um engenho-de-açúcar que me pareceu em péssimo estado de conservação, mas o rancho que fazia parte dela era espaçoso e limpo, e foi aí que nos instalamos.

(...) Foi nesse galpão que encontrei os mercadores de Araxá. Eles percorriam as fazendas levando cobertores, chumbo para caça e outros artigos, que trocavam por bois. O gado assim adquirido era posto a engordar nas excelentes pastagens de uma terra depois vendidos aos mercadores da Comarca de S. João del Rei, os quais, como já foi explicado em outro relato, vão todos os anos comprar bois no distrito de Araxá. O proprietário da Fazenda das Antas falou-me demoradamente sobre o missionário capuchinho que era então motivo de todas as conversas. Alguns sacerdotes protestavam contra a pregação exagerada com que o povo se dispôs a seguir o Padre Joseph, a se confessar com ele e a ouvir suas exortações. É bem verdade que os padres da região, quando subiam ao púlpito, pregavam a mesma doutrina que ele, mas seria necessário que tivessem a mesma conduta. A comparação entre eles e o missionário tinha feito desse digno sacerdote um profeta e um santo, capaz de fazer milagres. Afirmava-se ter ele predito que ia chover em agosto, o mês em que estávamos e me foi impossível convencer o meu hospedeiro que eu conhecia suficientemente o missionário, com que passara alguns dias, para ter certeza de que ele não poderia ter dito semelhante coisa. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 15 e 16).

O relato do cronista lança luzes sobre a como a população da região onde ele se hospedou atribuiu à região uma vocação comercial. Afinal, ao contrário do que encontramos em algumas literaturas sobre a cidade, não é a cidade que tem vocação comercial, e sim os

seres sociais que nela vivem é que tem ou desenvolvem algum tipo de vocação e, por conseguinte, transferem essa vocação para uma determinada região ou território. (LE GOFF, 1990).

Pelo relato, fica evidenciado também como a religiosidade era parte integrante do dia-a-dia daquela população. Isso pode ser constatado também no mito que conta a origem da cidade de Anápolis.

Durante muito tempo, os mitos religiosos foram utilizados para explicar a origem de muitas cidades pelo Brasil. Os nomes dados a muitas dessas cidades estão relacionados à religiosidade popular.

Todos os anos as pessoas que ocupavam essa região goiana celebravam uma festa em homenagem à Sant'Ana. De acordo com Azeredo Filho (1938), os festejos aconteciam na casa do Sr. Manoel Rodrigues da Silva, localizada onde hoje é a Igreja Santana. A forte presença da religião na vida dos moradores dessa localidade deu origem a uma explicação mística para o surgimento da cidade. De acordo com essa explicação, uma das mulas de Dona Ana das Dores, moradora de Jaraguá e de passagem pela região, fugiu levando no lombo uma carga valiosa. O animal foi encontrado no dia seguinte pelos empregados de D. Ana e para a surpresa de todos, não faltava um só objeto de valor. Conta Azeredo Filho (1938) que: os tropeiros amarraram a mula encangalhada, num tronco de ipê anoso e colocaram na cangalha a canastra contendo as joias, o dinheiro e as roupas. Quando chegou a vez de ser erguida a mala contendo a imagem de N. S. Sant'Ana, os serviçais não conseguiam movê-la quão grande era o peso. Dona Ana entendeu que era um sinal da santa para que ali fosse construída uma capela em sua homenagem. Nas palavras de Azeredo Filho (1938):

D. Ana das Dores abriu a canastra onde se achava a lendária imagem, mostrou-a aos habitantes da orla da mata e disse: “Será a padroeira de uma grande cidade, sede de um rico e fértil município, cujo povo ha de ser por E’la abençoado” (p. 34).

Pelo relato de Azeredo Filho (1938), fica evidente o forte sentimento religioso, característico do Estado brasileiro e, por conseguinte, do estado de Goiás naquele período histórico. As narrativas sobre o surgimento da cidade de Anápolis deixam claro o papel da religião no aparecimento e desenvolvimento da cidade. Mesmo porque a região já celebrava, desde o início do século XIX, uma festa em homenagem à Santana todos os anos no dia 26 de julho. Não são poucas as narrativas que atribuem a esses festejos religiosos o motivo pelo qual teria se desenvolvido na região uma comunidade que, com o tempo, ganharia o *status* de cidade. Mas Polonial (2007) adverte de que na região já eram desenvolvidas atividades

agrícolas e pecuárias antes mesmo das práticas religiosas em homenagem a Santana. Nas palavras de Polonial (2007):

“Não foi a Santa que trouxe o povo, mas o contrário é verdadeiro, o que não tira o mérito da aglutinação dessas pessoas com as festas em devoção a Santana” (p. 17).

Em função da importância que os festejos religiosos, em homenagem à santa foram ganhando, um grupo de cinco fazendeiros das Antas decidiu doar, em 1870, um terreno para a construção de uma capela. Ferreira (1981) oferece um dado interessante. Dos fazendeiros que fizeram a doação de terras para a construção da capela apenas um era alfabetizado. Entretanto, essa capela só foi erguida em 1871, tendo à frente dos trabalhos Gomes de Souza Ramos. Nesse mesmo ano, a região de Anápolis pertencia ao município de Pirenópolis e contava com três mil habitantes, aproximadamente. Em 1873, a capela de Santana foi elevada à condição de paróquia. Pela resolução provincial de nº 514, foi instalada a Freguesia de Santana das Antas. Depois da construção da capela e da elevação da mesma à condição de Paróquia ou Freguesia, várias pessoas de diversas regiões da província de Goiás, bem como de outras províncias do Brasil, se mudaram para o local. O aumento expressivo do número de habitantes demonstra como a construção da capela acabou por se tornar um fator de aglutinação de pessoas (POLONIAL, 2007). Mas não só o fervor religioso atraiu pessoas para a localidade, como a qualidade do clima e do solo e a abundância de água atraíram inúmeras pessoas para a região. Azeredo Filho (1938, p. 34) relata que devido à uberdade de seu solo e à amenidade de seu clima, grande foi o número de famílias de outros pontos da região da então província de Goiaz, e as de Minas Gerais, S. Paulo e Mato Grosso, Bahia e das outras províncias limítrofes a Goiás, se transferiram para a nova freguesia. De acordo com o autor, o meio ambiente exerceu uma importância muito grande na formação da cidade de Anápolis. Entretanto, os aspectos geográficos apresentados pelo autor não eram uma exclusividade da região que viria a ser o município de Anápolis, mas de outras regiões do estado de Goiás, como da região onde foi construída Goiânia. Um dos fatores que levaram a construção da nova capital (CHAUL, 1999).

França (1974) e Polonial (2007) oferecem informações a respeito dos atrativos da região. Segundo esses autores, o território ficou em local privilegiado, tanto pelas boas terras para cultivo, quanto a abundância de águas, além da posição estratégica, pois ficava na rota da passagem de comerciantes goianos e mineiros. Por todos esses fatores, a região “despontava numa área propícia às explorações agropastoris e nas proximidades da mais importante rota comercial de Goiás. O crescimento populacional gerou a necessidade de uma estrutura que

atendesse às demandas do povo. Por isso, a partir de 1871, várias construções foram sendo erguidas com o intuito de atender os moradores da Freguesia de Sant'ana das Antas. Em 1872 foi aberta a primeira casa comercial; em 1873, a primeira escola pública; em 1873 uma casa de detenção foi construída gerando a necessidade de um delegado (FERREIRA, 1981). Enfim, os atrativos ambientais da região, a localização estratégica, o fervor religioso e a atuação dos habitantes da Freguesia fizeram de Anápolis o principal centro comercial de Goiás, notadamente entre as décadas de vinte e cinquenta do século XX (POLONIAL, 2007, p. 19).

O constante aumento demográfico e o desenvolvimento considerável das atividades econômicas da região das Antas despertou na população local o desejo de transformar a Freguesia em Vila. Isso aconteceu pelo decreto Lei nº 811, de 15 de dezembro de 1887. Mas a instalação se deu de fato em 1892. Polonial (2007) considera que os fatores responsáveis para a demora na instalação da Vila de Santa Anna foram: a baixa representatividade política que a Freguesia tinha nesse período, a crise política que marcou a passagem da Monarquia para a República no Brasil e as exigências feitas pelo presidente da província de Goiás (construção de uma escola, de uma cadeia e de uma casa de câmara tudo com recursos da Vila). José da Silva Batista foi o primeiro presidente da Junta Administrativa. Mesmo com a demora da instalação da Vila, o povo ficou muito entusiasmado com a nova situação da comunidade. Ferreira (1981) descreve o dia da instalação da Vila como um dia marcado por grande entusiasmo e festejos.

Desde que a região, que no futuro viria ser a atual cidade de Anápolis, tornou-se uma Freguesia em 1873, não parou de crescer. Em alguns momentos o crescimento foi mais acentuado, em outros, lento. Mas o fato é que o desenvolvimento de Anápolis foi constante em vários setores: comercial, industrial, demográfico e cultural. Esse desenvolvimento acabou por levar os moradores da Vila a buscarem, junto ao governo do estado de Goiás, a elevação da Vila de Santana das Antas à condição de cidade. A possibilidade de separar a Vila do município de Meia Ponte representava uma chance de progresso. Com a Lei nº 320, de 31 de julho de 1907, a Vila foi elevada à categoria de cidade já com a denominação de Anápolis – cidade de Ana – em homenagem a Santana, padroeira da cidade, segundo Borges (1975).

ANÁPOLIS – cidade de Ana - é uma homenagem da padroeira do município: Santa Ana – Sant'Ana – Santana. Surgiu o topônimo, anos antes da elevação da vila à categoria de cidade, da pena de Moisés Augusto de Santana, então residente na localidade: “Santana de Antas, a bela e encantadora Anápolis, cujo nome é sempre ouvido com simpatia por quantos se interessam pelos negócios de além Paranaíba...” (“LAVOURA E COMÉRCIO”, 23 nov 1904, p. 43).

A partir de 1907, os administradores da jovem cidade (FERREIRA, 1981) começaram a lutar pela melhoria dos transportes e das comunicações, uma vez que o isolamento da região era um problema antigo que marcava não apenas a região de Anápolis, mas todo o estado de Goiás. Palacin (1974) ao tratar desse tema afirmou que o isolamento, motivado pela falta de comunicações, continuava sendo a raiz de todos os problemas de Goiás (p. 46).

Uma das dificuldades do município era o escoamento da produção. Por isso, pleiteavam a construção de estradas que ligassem a cidade a outras regiões do estado. Nessa época, o transporte era feito com carros de boi e muares. A primeira rodovia só foi inaugurada em 1920 e ligava Anápolis a Roncador. No entanto, este município foi o ponto final da ferrovia entre os anos de 1914 a 1922, daí sua importância estratégica no que concerne ao escoamento da produção anapolina (POLONIAL, 2007).

A primeira comarca foi criada em 29 de julho de 1914, pela Lei nº 496. Mas apenas nove meses depois ela foi de fato instalada. Um fato interessante marcou a comarca anapolina. Após dois anos de funcionamento, o juiz Gastão de Deus morreu e a comarca de Anápolis foi anexada à Comarca do Rio das Almas. Só em 15 de janeiro de 1921 quando Jovelino de Campos foi nomeado juiz é que a Comarca de Anápolis voltou a funcionar (FERREIRA, 1981).

As décadas de 1910, 1920 e 1930 foram décadas marcadas pelo desenvolvimentismo. As transformações em Goiás se fizeram sentir, nesses anos nos aspectos econômicos e políticos. Segundo Chaul (2001), a representação da modernidade ganhou força em Goiás nos anos de 1930. A ascensão econômica das regiões sul e sudoeste do estado conduziu ao poder Pedro Ludovico Teixeira. As transformações nos meios de transporte, a ampliação da fronteira agrícola, a abertura de novos mercados à produção e exportação possibilitaram o surgimento de uma área econômica dinâmica nas regiões sul e sudoeste do estado (SILVA, 2001). Pedro Ludovico Teixeira, médico de Rio Verde (SILVA, 2001), estava ligado aos grupos políticos das regiões sul e sudoeste de Goiás e representava a Aliança Liberal de Getúlio Vargas no estado. Se no âmbito nacional a Aliança Liberal fazia frente às oligarquias tradicionais da Primeira República, em Goiás a Aliança Liberal serviu como alternativa para as dissidências oligárquicas regionais (CHAUL, 1999).

A Revolução de 1930 que levou ao poder as dissidências oligárquicas goianas (SILVA, 2001) e a chegada ao poder dessas oligarquias dissidentes, acabou por beneficiar Anápolis. Esse movimento, que acordo com Silva (2001), significou uma mudança de mentalidade e perspectiva nos mais diversos aspectos da sociedade goiana se fez sentir no município anapolino.

Ao longo das décadas de 1910, 1920 e 1930, várias casas comerciais foram abertas na cidade, dando início ao comércio urbano. O município voltou-se para a agricultura comercial a fim atender a demanda gerada pelo crescimento da cidade. Ferreira (1981) relata alguns melhoramentos vividos pela cidade: a instalação da primeira agência postal telegráfica (1908); a própria criação da comarca já mencionada acima; inauguração da rodovia Anápolis-Roncador (1920); fornecimento de energia elétrica (1924), a chegada da luz elétrica durante a gestão de Graciano Antônio Silva conferiu ao mesmo o título de “intendente do progresso”; inauguração do primeiro grupo escolar, atual Colégio Antesina Santana (1926); fundação do Hospital Evangélico Goiano (1927).

É fato que a cidade de Anápolis passou por uma série de mudanças substanciais. Mas essas mudanças ainda não foram suficientes para tirar a cidade do atraso em relação a outras cidades do estado de Goiás. Até 1930, Anápolis tinha pouca expressão política, tanto no estado como no país. Nesse período, as cidades mais importantes eram Morrinhos, Rio Verde, Ipameri e Catalão (CHAUL, 2001), cidades essas do centro-sul de Goiás. De fato, o progresso aos poucos chegava a Anápolis, mas não a ponto de transformar a cidade na Ribeirão Preto Goiana, como era chamada em uma notícia de 30 de junho de 1935 no jornal O Annapolis:

Annapolis precisa ir para á frente! Conjuguemos, pois, todos os esforços para dotá-la de tudo que é necessário para que o nome de Annapolis – Ribeirão Preto Goyana – seja conservado (p. 4).

O progresso em Anápolis também teve como marco a construção da primeira casa de alvenaria com encanação e vaso sanitário. A preocupação com a urbanização também estava presente nesse momento marcado pelo desenvolvimentismo e busca do progresso. Isso pode ser observado na Lei nº 138, de 23 de maio de 1921, que autorizava o investimento na arborização da cidade, a criação de praças e a promoção do abaulamento das ruas e a construção de um novo cemitério. Ao analisarmos esse período, constatamos o quanto o município cresceu. Ferreira (1981) analisa esse período da seguinte maneira:

Foi muito importante a ajuda dos cidadãos anapolinos na marcha para o progresso, uma vez que a cidade não dispunha de muitos recursos e os governos estadual e federal não demonstravam empenho em ajudar (p. 46).

Os anos de 1930 foi *sui generis* no que diz respeito às questões político-partidárias na região de Anápolis. As agitações políticas que tomavam conta do país se fizeram refletir na cidade. Após a vitória da Revolução de 1930 e, por conseguinte, a tomada do poder por Vargas a liderança do país passou para as mãos dos intelectuais, liberais e

políticos dissidentes das oligarquias que antes faziam parte da República Velha e agora se ligaram à Aliança Liberal. Toda a estrutura de poder que dominou o cenário durante a I República começou a ser desmantelada. Os governadores dos estados do Brasil foram, paulatinamente, sendo substituídos por interventores ligados a Vargas. Este, por sua vez, ao mesmo tempo em que pôs em prática uma política centralizadora, deu início a um processo de interiorização e dinamização econômica que caracterizaria toda a década de 1930. Para o estado de Goiás o novo presidente do Brasil nomeou Pedro Ludovico Teixeira, então líder da Revolução de Trinta no estado. A ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao poder representou a queda do poder dos Caiados no estado.

Pedro Ludovico Teixeira tinha como um de seus principais objetivos a mudança da capital (CHAUL, 2001). Esse objetivo atendia a uma necessidade política muito pragmática: minar o poder das oligarquias goianas tradicionais. Alegando questões econômicas, administrativas e ambientais (a insalubridade da região de Vila Boa), em dezembro de 1932 foi decretada a mudança da sede do governo para um local próximo da cidade de Anápolis, que iria receber em breve a Estrada de Ferro de Goiás. A fundação da capital se deu em 1933.

Anápolis não ficou à margem dos acontecimentos políticos nacionais, ao contrário, mesmo com a dominação atacadista, formou-se na cidade um comitê da Aliança Liberal. Assim que Pedro Ludovico Teixeira assumiu o poder político no estado, nomeou João Luiz de Oliveira intendente municipal de Anápolis.

As mudanças sofridas pelo estado de Goiás, e, por conseguinte, pela cidade de Anápolis, eram recebidas por muitos habitantes como o prenúncio do novo. Uma época de liberdades e de rompimento com o passado. Um exemplo pitoresco dessa expectativa em relação ao novo é citado por Ferreira (1981). Logo que assumiu a prefeitura, o interventor trocou os nomes das praças e ruas que homenageavam os políticos ligados à República Oligárquica por nomes que homenageassem os políticos na Nova República.

Segundo Polonial (2007), João Luiz de Oliveira administrou a cidade de Anápolis de 1930 a 1934 e foi sucedido por José Fernandes Valente que ficou à frente da prefeitura municipal de 1934 a 1940. Este último foi o único prefeito eleito, e mesmo assim, sua candidatura foi única e pelo partido do governador do estado, PSR (Partido Social Republicano). Os demais assumiram a prefeitura por meio de indicações. Essa situação é, na visão de Polonial (2007), uma demonstração do autoritarismo que tomou conta do país durante as décadas de 1930 e 1940.

A estabilidade política pela qual passou a cidade de Anápolis entre as décadas de 1930 e 1940, só foi quebrada com a deposição de Vargas em 1945. A saída de Getúlio Vargas significou a queda de Pedro Ludovico Teixeira em Goiás. De libertador, Pedro Ludovico passou a ser visto como um autoritário. Todos os interventores nomeados por ele foram afastados e novos interventores foram nomeados. A instabilidade tomou conta da vida política de Anápolis. Até 1947, os anapolinos tiveram seis prefeitos nomeados. Só com a eleição de Carlos de Pina, em 1947, é que uma relativa estabilidade política tomou conta do município, pois o mesmo ficou à frente do executivo municipal até 1951 (POLONIAL 2007).

Mas não foi apenas no campo político que Anápolis passou por um período de mudanças nas mesmas décadas. Na esteira das mudanças políticas, vinham transformações em vários setores da vida dos anapolinos. A perspectiva da chegada da estrada de ferro a Anápolis permitiu um rápido crescimento populacional da região sul do estado. Atraídos pela possibilidade de ganhos econômicos, a região de Anápolis presenciou a chegada de sucessivas migrações de sírios, libaneses, nordestinos, mineiros e paulistas. Aos poucos a paisagem dentro e em torno da cidade ia se transformando.

Entre 1870 e 1935, a região do município de Anápolis sofreu profundas mudanças. As poucas moradias existentes, habitadas por escassa população, deram lugar a uma aglomeração humana mais complexa. As casas foram reformadas com as construções de alvenaria e a cidade ganhava feições urbanas mais definidas (POLONIAL, 2000, p.53).

O jornal O Anápolis¹, ao tratar da situação do município anapolinonense período, afirma que:

É incontestável o progresso de Annapolis. Inúmeras são as construções em andamento e mesmo assim há falta de casas. Diversas companhias constructoras já instalaram suas agências nesta cidade e segundo informações seguras, o número de inscrições é vultuoso (12-05-1935)

Em 1931, os anapolinos presenciaram a primeira descida de um avião em Anápolis. Foi um acontecimento que reuniu centenas de pessoas, empolgadas com o evento. A partir dessa data, o correio aéreo passou a descer na cidade todas as quartas-feiras. Na década de 1930 os habitantes de Anápolis viram ser aprovado o decreto N° 55, que colocava em forma de lei o sonho da rede de água e esgoto, bem como a instalação de telefones. Além disso, em 1º de janeiro de 1933 foi inaugurada as novas estações elétricas montada pela

¹Será mantida a grafia da época.

Empresa Luz e Força de Anápolis Ltda. Com a instalação da Empresa Luz e Força, muitas empresas puderam se instalar na cidade (FERREIRA, 1981).

O jornal A Voz do Sul noticiou:

Anápolis, de certo tempo a esta parte, tem progredido assustadoramente e raro é o dia em que se não registra mais um melhoramento. A luz elétrica, com a potência e o esplendor com que foi instalada, constitui, até agora, o melhoramento substantivo entre todos os demais que têm sido proporcionados à Ribeirão Preto goiana (A VOZ DO SUL, *apud* FERREIRA, 1981, p. 62-63).

O fato que mais marcou a vida de Anápolis na primeira metade do século XX foi, sem dúvida, a chegada da estrada de ferro. Segundo Azeredo Filho (1938),

Anápolis teve no dia 7 de setembro de 1935, mais um dia histórico; duplamente histórico. É que nesse grandioso dia do Brasil, além de ser a data comemorativa da Independência, de nossa Pátria, êle vinha marcar nas efemérides de Anápolis um acontecimento importantíssimo para a vida do município. A inauguração da Estrada de Ferro de Goiaz na cidade maravilhosa, menina dos olhos do Prefeito Dr. J. Fernandes Valente. Foi no dia 7 de Setembro de 1935 que, ao espocar dos foguetes e ao vibrar da alma anapolina, entrara na gáre da esbelta e ampla estação local, o combóio inaugural da Estrada de Ferro de Goiaz (p.40).

Ferreira (1981) faz o seguinte relato sobre a inauguração da estrada de ferro

Ao raiar do dia 7 de setembro, a cidade foi despertada por uma vibrante alvorada, com a banda de música do 6º B.C. de Ipameri e a nossa Banda Municipal, secundadas por diversos morteiros, sendo a Bandeira Nacional hasteada em todas as repartições, escolas e associações locais.

A chegada dos comboios, às 13 horas, foi um espetáculo verdadeiramente tocante, e foi anunciada, na última curva da estrada, por 50 dúzias de morteiros organizados pelo hábil pirotécnico Rogério Luiz Moreira, enquanto o que o povo, num entusiasmo indescritível, aclamava, com palavras e hurras, a sua entrada triunfal nas imediações da Estação (p. 66).



Figura 1 – A estação de Anápolis. Sem data – autor desconhecido – Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho – Anápolis, Goiás.t



Figura 2 – A estação, anos 1930. Autor desconhecido - Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho – Anápolis, Goiás.

A primeira página do jornal O Anápolis noticiou a inauguração da seguinte maneira:

Annápolis, engalanada e fremente de enthuseasmo, irá assistir no dia 7 de setembro, o mais empolgante e sugestivo acontecimento para a vida econômica e social de um povo culto: a chegada da Estrada de Ferro (18-08-1935).

A chegada da estrada de ferro a Anápolis fazia parte do projeto de interiorização de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940 - a Marcha para o Oeste. A inauguração da estrada de ferro em Anápolis, ajudou na implementação desse projeto, além de ter contribuído muito para o crescimento da economia anapolina. Após a inauguração, Anápolis se tornou o maior centro de trocas de mercadorias de Goiás (POLONIAL, 1995). A cidade foi ponta de linha dos trilhos e toda a circulação de produtos da região passava pela estação ferroviária anapolina. A riqueza acumulada foi tanta que a cidade chegou a ter dois bancos: o primeiro estava ligado ao grupo Pina e outro, ao seu opositor político, o grupo de Jonas Duarte, o que mostrava, em alguma medida, a opulência da economia de Anápolis (POLONIAL, 2000).

A chegada dos trilhos a Anápolis atraiu um número expressivo de migrantes de várias partes do Brasil. O município já contava com a presença de vários imigrantes que vieram para a região ainda no início do século XX, como é o caso dos sírios-libaneses. Os italianos chegaram à região em 1912 e os japoneses, em 1929. Entretanto, a presença da ferrovia serviu de atrativo para demais imigrantes interessados no promissor comércio da região. A política de imigração e de colonização do oeste, implementada pelo governo federal, também contribuiu para atrair mais migrantes e imigrantes para o município. Tanto no setor agrícola (cultivo de café e arroz) como no setor mercantil, os imigrantes contribuíram muito para, ao lado da ferrovia, incrementar a economia anapolina.

Sobre isso escreveu Polonial (2000):

A variedade de produtos cultivados pelos imigrantes, tanto favoreceu a sua fixação na região, quanto dinamizou a economia Anapolina. Sobre a colônia japonesa, escreveu Pedro Ludovico que Anápolis atraía a maior parte dos seus imigrantes, os quais, radicados na região de Nerópolis, cultivavam café, arroz, milho, feijão, batata, mamona e amendoim (p. 59-60).

Abaixo podemos visualizar na tabela nº 1, a quantidade de imigrantes que se estabeleceram nos municípios goianos na década de 1940. Conforme pode ser verificado nos dados apresentados, Anápolis foi a cidade do estado de Goiás que mais recebeu imigrantes na citada década, seguida por Goiânia e Ipameri. Os números concernentes à quantidade de imigrantes que se estabeleceram em Anápolis foram fundamentais para mudanças no quadro demográfico e econômico da cidade.

Tabela nº 1 - Quantidade de estrangeiros em alguns municípios goianos em 1940

Municípios Estrangeiros % no Estado		
Anápolis	422	22,76
Goiânia	306	16,50
Ipameri	207	11,16
Catalão	140	7,55
Cidade de Goiás	97	5,23
Outras cidades	682	36,80
Estado	1.854	100,00

FONTE: Censo do IBGE, 1940 (*apud* POLONIAL, 1995)

Portanto, a chegada dos trilhos em Anápolis foi decisiva para a inserção do município no mercado nacional. O crescimento da economia deu à cidade o cognome de “Manchester Goiana”. Mesmo que a cidade de Anápolis, nem de perto lembrasse Manchester², na Inglaterra, Anápolis é assim cognominada por historiadores e memorialistas que escreveram sobre a cidade.

No período acima apresentado, a agricultura passou de um estágio rural para uma economia comercial. O comércio foi dinamizado, as terras e os prédios foram valorizados e o crescimento populacional se deu de forma significativa. Anápolis se tornou, aos poucos, um centro de convergência de pessoas e interesses.

Sobre o aumento populacional, na década de 1930, tivemos um grande deslocamento de pessoas para Anápolis, tanto do Brasil, quanto do exterior. Em geral, nesse período, Anápolis era a cidade do Estado de Goiás que mais recebia imigrantes, 22,76% do total chegavam à região, enquanto que a capital, Goiânia, recebia apenas 16,50%. (POLONIAL, 2000, p. 55).

²³Manchester foi uma das primeiras cidades da Inglaterra a passar pelo processo de Revolução Industrial. Lá, pela primeira vez, se deu aplicação da máquina à vapor à indústria têxtil em 1789. Foi em Manchester que se deu a construção da primeira linha férrea de passageiro (HARTWELL, 2001). De acordo com o censo do Reino Unido 2001, Manchester conta com 2. 547. 700 habitantes.

Tabela nº 2 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE ANÁPOLIS: 1870/2000

ANO POPULAÇÃO	
1872	3.000
1900	6.296
1910	8.476
1920	16.037
1935	33.375
1940	39.148
1950	50.338
1960	68.732
1970	105.121
1980	179.973
1991	239.047
1996	264.868
2000	287.666

FONTE: IBGE (*apud* POLONIAL, 2007)

Em termos percentuais, o período de maior crescimento populacional, foi entre 1910 e 1920. Depois, o período logo a seguir, de 1921 a 1935, exatamente o período de desenvolvimento econômico ligado ao período de prolongamento dos trilhos até a inauguração da estação ferroviária da cidade, em 1935 (POLONIAL, 2000, p. 55).

Se compararmos a cidade de Anápolis da década de 1950 com a Anápolis de 1907, ano da emancipação, veremos o quanto a cidade cresceu em vários aspectos. Na verdade, a cidade acompanhou o ritmo de crescimento do estado e do país. A ocupação de novas áreas (como a criação de novos bairros), a introdução de novas culturas as culturas já existentes na região (trigo, café, amendoim dentre outras), o uso dos recursos hídricos, o aumento da produção de lixo, criação de indústrias, a urbanização da cidade, a chegada do trem e do automóvel, a regulamentação do comércio de carne, enfim, a ideia de progresso predominante na época ia transformando, paulatinamente, a paisagem anapolina. Desde a construção da primeira casa de alvenaria em 1921, marco do começo do progresso segundo Ferreira (1981), até os modernos prédios da década de 1950 que sofreram uma grande influência da arquitetura predominante nas recém construídas Goiânia e Brasília. A própria comemoração do cinquentenário da cidade foi marcada por essa ideia de progresso.

As décadas que sucederam a emancipação da cidade foram marcadas por discursos, medidas, notícias ligadas à concepção de progresso típica dos séculos XIX e XX, que aliava progresso a desenvolvimento técnico, científico e econômico. Nessa concepção, o progresso seria o caminho para uma sociedade civilizada.

A concepção “moderna” de progresso provém, como o próprio nome sugere, do advento da modernidade. Esta situação (modernidade) vem sendo estudada enfaticamente em todas as áreas do conhecimento e , com maior "angústia", na área das ciências humanas (CAMARGO, 1999, p. 43).

Giddens(2002) é uma referência para quem quer compreender o conceito de modernidade. De acordo com o autor, modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.

Entretanto, mais que modernidade, o que está em foco no Brasil do século XIX e, principalmente no século XX, é a ideia de progresso. O progresso era o fim último a ser alcançado pela humanidade. As sociedades ocidentais viam no avanço técnico um estágio superior de civilização.

Industrialização, aumento da produtividade agrícola, ocupação de áreas ainda não exploradas, urbanização eram elementos que simbolizavam a marcha rumo ao progresso. A tecnologia era assimilada como um elemento fundamental da concepção de progresso que imperou na primeira metade do século XX em Anápolis.

Os primeiros cinquenta anos da cidade foram comemorados com muita euforia por parte da população. Segundo Ferreira (1981), no dia 31 de julho de 1957 a cidade foi despertada com muitos foguetes e ao som das bandas de música da cidade. Uma missa campal foi celebrada na Praça Santana pelo Arcebispo de Goiás, D. Fernando Gomes Ribeiro. A missa contou com a participação de várias personalidades políticas, entre elas o Governador José Ludovico de Almeida. Além disso, houve desfiles, passeata, sessões cívicas, inaugurações, festas e um baile de gala no Clube Recreativo Anapolino e outro baile popular na quadra do mesmo clube. Na mensagem do prefeito Carlos de Pina aos anapolinos por ocasião das comemorações do cinquentenário, está expressa essa ideia de progresso tão latente na época,

Um dia a fé cristã plantou, nestas paragens, o núcleo do que seria mais tarde uma grande cidade. Vacilante no começo, com ruas tortuosas e comércio incipiente. Os carros de bois, pioneiros do transporte rodoviário, sulcavam as estradas do Município, fazendo circular a riqueza que o trabalho dos homens e a fertilidade de gigantes. Esse ambiente de fé e de trabalho atraiu a atenção dos filhos de outras terras que, aqui chegando, se transformaram nos mais autênticos anapolinos, considerando-se como tal os que lutam entusiasticamente pelo progresso do Município. Veio a energia elétrica e com ela vieram as indústrias. (...) Novos métodos de trabalho foram introduzidos no setor agrícola. A pecuária foi sendo melhorada, até atingir o estágio atual, quando apresenta um dos mais altos padrões do Estado do Goiás (FERREIRA, 1981, p. 91,92 e 93).

Na revista *A Cinquentenária*, editada em razão do cinquentenário da cidade de Anápolis, traz em sua última página um texto no mínimo pitoresco sobre o que, de acordo com a equipe de edição da revista da época, seria Anápolis nos próximos cinquenta anos e como o progresso é inerente à cidade,

Os anapolinos do futuro, por certo, serão milhões. Grandes jornais, grandes revistas, com monumentais oficinas, montadas em gigantescos edifícios, iluminados com a energia a átomo, farão por certo uma extraordinária festa para comemorar o centenário de Anápolis, com aparelhos de velocidade super-sônica cortando os céus citadinos, veículos atômicos e objetos estranhos circulando por ruas calçadas com pisos plásticos, impressadas entre arranha-céus que atingirão as nuvens (*Revista A CINQUENTENÁRIA*, 1957).

Cinquenta e quatro anos após edição da *Cinquentenária* podemos constatar que a cidade de Anápolis evoluiu de maneira considerável em vários aspectos: econômico, político, social e cultural. Não chegamos a ter edifícios gigantescos iluminados com energia atômica, mas sem sombra de dúvidas Anápolis se transformou em um importante centro econômico e político do estado de Goiás.

O centenário da cidade em 2007 foi bastante festejado, entretanto, não tivemos aviões supersônicos cruzando os céus da cidade. Infelizmente, os únicos objetos estranhos que tinham nas calçadas, que não eram de plásticos, eram lixos deixados por uma população ainda não consciente da importância de se cuidar do meio ambiente.

Não há aqui a intenção de se fazer anacronismo. É simplesmente uma constatação de como os habitantes anapolinos eram confiantes quanto ao futuro da cidade e como a ideia de progresso e desenvolvimento estavam presentes no imaginário popular na primeira metade do século XX.

2.2 Aspectos geográficos do município de Anápolis

Abordar nesta investigação, os aspectos geográficos de Anápolis é de suma importância por que, por meio dessas informações, poderemos obter uma maior compreensão de como o meio ambiente influenciou na formação e evolução da cidade, e de como os anapolinos influenciaram o meio que os cercava e como foram afetados por ele. Além do mais, uma vez que o aporte teórico-metodológico do presente estudo perpassa a História Ambiental faz-se necessário então o entendimento da relação Homem-Natureza.

Outro fator que levou a pesquisadora a se valer da Geografia, é o próprio sentido interdisciplinar que o trabalho adquiriu no momento em que enveredou pelos caminhos da

História Nova. Le Goff (2001), LucienFebvre (1989), Marc Bloch (1998) e Fernand Braudel (2009), precursores da História Nova foram fortemente influenciados por geógrafos como Vidal de La Blanche, Jean Brunhes, Albert Demangeon e Jules Sion, todos esses responsáveis pela renovação da Geografia a partir de uma Geografia humana, ciência dos homens. A Geografia foi uma das primeiras ciências humanas a se renovar. Essa renovação influenciou fortemente a História na primeira metade do século XX, já que essa nova Geografia estava despojada de determinismos.

Lucien Febvre não cessou de ressaltar a aliança entre a geografia humana e a história nova, por exemplo, na nota necrológica consagrada a Jules Sion e a Albert Demangeon, onde lembra a frase de Jules Sion exigindo que o geógrafo “saiba o ofício do historiador” e afirma que “ele precisa pensar como historiador tanto quanto como geógrafo”, ou na comemoração de Marc Bloch, a propósito de quem declara: “...como muitos dentre nós, coetâneos seus ou mais velhos, ele sofrera fortemente a influência dessa geografia que um mestre poderoso e engenhoso..., Vidal de laBlache, acabava de promover a disciplina nutriz. Lucien Febvre abre a história nova a busca simultânea do espaço e do tempo (GOFF, 2001, p. 26-27).

No passado a região onde hoje se localiza a cidade de Anápolis constituiu-se em uma importante rota de tropeiros que saíam do litoral em direção às regiões auríferas. Com isso, a população da região acabou por atribuir à região uma posição estratégica. Depois, com a chegada da estrada de ferro, Anápolis acabou por se tornar um importante centro comercial na região na qual está localizada. E, por último, com a construção de Goiânia e Brasília a cidade, que está localizada entre as duas capitais, assumiu uma posição privilegiada.

Essa situação deu ao município uma vocação econômica que marca a região desde o início do século XIX. Se no passado Anápolis foi uma rota de tropeiros, chegando a se constituir em um ponto de apoio àqueles comerciantes que saíam do Sul ou do Sudeste do país em direção às regiões mineradoras, ao longo do século XX a situação se repetiu. Isso pode ser corroborado com a vinda da estrada de ferro para Anápolis. De 1935 até 1950, o município de Anápolis se constituiu no maior centro comercial do estado de Goiás.

Anápolis se localiza na região Centro-Oeste do Brasil, na Mesorregião Centro Goiano e na Microrregião de Anápolis, entre as coordenadas geográficas 16°05'30'' e 16°29'49'' de latitude sul 48°45'14'' e 49°13'17'' de longitude oeste.

Atualmente, a área do município é de 917.011 km². Ao norte, limita-se com os municípios de Pirenópolis e Abadiânia; ao sul, Goianópolis, Leopoldo de Bulhões e Silvânia; a oeste, Petrolina de Goiás, Ouro Verde de Goiás, Nerópolis e Campo Limpo de Goiás.

Desde que a região começou a ser ocupada por grupos de agricultores passou por constantes transformações geohistóricas. Essas modificações estão relacionadas a questões

econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. A própria ideia de progresso presente no século XX irá se constituir em um importante fator de mudanças. Analisaremos essas transformações à luz da teoria de Marc Bloch (LE GOFF, 2001), que sempre mostrou a história em ação na modelagem das paisagens e dos sistemas de cultura.

O povoado que deu origem à cidade de Anápolis surgiu em meados do século XIX. A ausência de estradas, na época, obrigava os moradores a comercializar mercadorias por meio da ação dos tropeiros que cruzavam a região (DICLEMENTE, 2009). Os tropeiros vinham de várias partes do Brasil, munidos das mais diversas mercadorias.

Os tropeiros, caixeiros-viajantes do século passado, partiam de Meia Ponte e arredores, em demanda de centros mais adiantados, levando os produtos da terra, tais como fumo, aguardente, produtos leiteiros etc., e de lá traziam sal, querosene, tecidos, calçados, chapéus, arames etc., com o que abasteciam o comércio dos locais onde residiam (FERREIRA, 1981, p. 13).

Por se tratar de uma região que dava acesso às regiões auríferas como Meia Ponte (Pirenópolis) e Silvânia (Anápolis se localizava entre as duas cidades), a movimentação de tropeiros deu origem a um pequeno povoado localizado às margens do córrego das Antas.

Já se manifesta, em 1800, o esgotamento das lavras auríferas do Sul da Capitania de Goiás. Esgotamento em Santa Luzia e em Corumbá, em Bonfim e em Santa Cruz, em Anicuns e Vila Boa, no Córrego de Jaraguá e em Meia Ponte. E a grande massa de aventureiros, escravos, mercadores e autoridades do fisco, movendo-se de um para outro lugar, cortavam o futuro território de Santana das Antas admirando, os campos ricos, o mato grosso, águas abundantes e a excelênica do clima. Fartos do rude labor, desencantados, um desbravador aqui, outro além, se deixaram ficar na bela paragem, seduzidos por atividades agro-pastoris (BORGES, 1975, p. 19).

Em seu contexto geográfico o município de Anápolis situa-se na região Centro-Oeste que possui características semelhantes aos estados que a compõem (SILVA, 2009). A região onde se localiza Anápolis se constitui uma área de tensão ecológica, ponto de contato entre o cerrado e a região da mata. O cerrado, predominante a leste, tem dois tipos básicos de cobertura: o cerrado propriamente dito e o campo cerrado (Freitas, 1995).

As condições geográficas foram tão importantes no desenvolvimento de Anápolis que, segundo Ferreira (1981), foi a fertilidade do solo e a salubridade do clima que atraiu para a região a família de Gomes de Souza Ramos, responsável pela fundação da freguesia de Santana das Antas.

Podemos então considerar que as condições geográficas foram fundamentais para o surgimento da cidade de Anápolis. Afinal, de acordo com Luz (2010), a região apresentava

atrativos naturais levando à sua ocupação em meados do século XIX. Um desses atrativos corresponde à presença de condições naturais favoráveis no local onde se desenvolveu o sítio urbano de Anápolis: um relevo de ondulações suaves, perfazendo 54 % de seu território e com 43% de áreas planas; um clima tropical com temperaturas amenizadas pela altitude de, aproximadamente, 1.017 metros acima do nível do mar; e, uma vegetação original composta por matas ciliares e cerrado.

O clima de Anápolis é do tipo tropical de altitude, muito ameno e saudável. A temperatura ao longo do ano oscila entre 7° e 30°, mas a média fica entre 20° e 23°. O período mais frio vai de maio a setembro, e o mais quente, de outubro a abril. Seguindo o que é próprio das regiões de clima tropical e que tem o cerrado como vegetação principal, existem duas estações bem marcantes: a seca, que coincide com os meses de frio, e a chuvosa, que coincide com os meses quentes. Com relação à umidade relativa do ar, a média fica em torno de 50° a 60°, sendo que no período de chuva ultrapassa os 80°. Mas como em todas as regiões cobertas pelo bioma cerrado, durante a estação do inverno (seca) a umidade relativa do ar fica significativamente baixa causando um grande desconforto na população.

De acordo com Freitas (1995), a flora da região do cerrado é formada principalmente por pau-terra, jacarandá, peroba-branca, quina-do-campo, aroeira, pequi e lobeira. Na região de mata, destacam-se o angico, o amarelão ou garapa, o ipê-amarelo e o ipê-roxo, algumas espécies de palmeiras e a taboca. A mata ciliar ou de galeria, que acompanha as margens dos rios, possui palmitos, buritis, samambaias e imbaúbas, dentre outras plantas. Existem inúmeras plantas de uso na medicina popular, como o pau-santo e a quina, que são árvores, e o acaçu, velame-branco, pé de perdiz, carapiá e chapadinha, que são arbustos dos quais se extrai a raiz para fins medicinais.

O município de Anápolis não dispõe de grandes rios. De acordo com Azeredo Filho (1938), os mananciais que aqui estão podem ser considerados ribeirões. Destes, o principal é o Córrego das Antas que, por sua vez, é o mais ligado à história da cidade, tanto assim que a fazenda mais antiga da região levava o seu nome. Embora não exista nele nenhum rio caudaloso, o município de Anápolis é um privilegiado manancial de águas, que servem as duas bacias hidrográficas: a Platina e a Amazônica. Trata-se de córregos e ribeirões com pequeno volume de água, muitas vezes estreitos e encachoeirados, que não podem ser utilizados para navegação. Durante o período das chuvas, costumam transbordar, muito embora o volume de água que possuem seja pequeno (FREITAS, 1994).

O contexto geográfico mais a ação humana foram fatores fundamentais para o surgimento e o desenvolvimento da cidade de Anápolis. Da mesma forma que o meio

ambiente influenciou na ocupação do solo, a ação humana ao longo dos anos foi transformando o meio ambiente.

De forma geral, a evolução da cidade, a ocupação do solo, bem como a crescimento demográfico pode ser dividido em três períodos distintos, conforme Polonial (1995): a) de 1870 a 1907; b) de 1907 a 1935; c) de 1935 a 1950.

O primeiro compreende os anos de 1870 à 1907 – formação do núcleo urbano até a elevação da vila à condição de cidade. A população era predominantemente rural, a economia da região tinha um caráter de subsistência, isto é, plantava-se somente o necessário para atender as necessidades locais, pois, de acordo com Freitas (1994), a ausência de estradas dificultava e encarecia o transporte, o que inviabilizava a produção em escala comercial. Como o gado se autotransportava, era o principal produto de comercialização. O comércio era incipiente e realizado pelos tropeiros que cruzavam a região. As casas eram de adobe e pau-a-pique e nenhuma possuía água encanada ou energia elétrica.

O segundo compreende os anos de 1907 à 1935 – esse período se inicia com a elevação da vila à condição de cidade e termina com a chegada da estrada de ferro. Esse momento foi o de maior inserção da economia goiana na economia nacional. A economia local foi dinamizada e se diversificou. Essa diversificação pode ser constatada pela introdução da cultura do café e do arroz. Houve a passagem de uma agricultura rudimentar para uma agricultura comercial. O núcleo urbano se expandiu e a expectativa da chegada da estrada de ferro, atraiu para a região uma leva considerável de migrantes e imigrantes o que propiciou o crescimento demográfico. Por conta desses fatores, houve uma significativa valorização das terras. Na década de 1920, as casas de adobe de pau-a-pique foram sendo, paulatinamente, substituídas por casas de tijolos com banheiros (DICLEMENTE, 2009). Entre 1910 e 1935, o município de Anápolis açambarcava uma vasta região de 2.096,50 Km², compreendendo os municípios de Nerópolis, Nova Veneza, Damolândia, Brasabrantas, Goianápolis e Ouro Verde.

O terceiro compreende os anos de 1935 à 1950 – inauguração da estrada de ferro à construção de Goiânia e Brasília. Polonial (1995) nos reporta a esse período como sendo o de hegemonia do setor terciário. A chegada dos trilhos acabou por dinamizar a economia anapolina e levou a cidade a se tornar o maior centro comercial do estado de Goiás. Essa hegemonia só iria desaparecer a partir de 1950 devido à concorrência com Goiânia, a nova capital do estado e de Brasília, a nova capital do país. Nesse período, Anápolis perdeu 48,57% do seu território, ficando com 1.078, 23 Km².

Polonial (1995) analisa o crescimento populacional do município de Anápolis entre o período de 1910 e 1980.

Tabela nº 3 - População de Anápolis entre 1910 – 1960

Ano	Rural	Urbana	Total
1910	6.484	1.992	8.476
1935	25.816	7.559	33.375
1940	29.662	9.486	39.148
1950	31.988	18.350	50.338
1960	19.785	48.947	68.732

Fonte: Censos do IBGE no período

O citado autor concluiu que após a década de 1930 a população urbana cresceu mais que a rural devido à chegada da estrada de ferro. Se levarmos em consideração os aspectos percentuais, concluímos que de fato houve um crescimento maior da população urbana em detrimento da rural, no que tange o aspecto percentual. Com a chegada da ferrovia um contingente considerável de pessoas rumou para Anápolis objetivando os lucros oriundos das transformações introduzidas no município na esteira da chegada da estrada de ferro. Além da chegada da ferrovia, a perda de parte da zona rural com a emancipação política de vários distritos levaram a uma considerável diminuição da população rural em detrimento da urbana (POLONIAL, 1995).

Lidar com o âmbito ambiental e analisar as relações do homem com o meio ambiente em tempos distantes é uma tarefa que apresenta grandes dificuldades. Pois, não somente a documentação apresenta lacunas, como também os antigos moradores de Anápolis não se dedicaram à análise e teorização das questões ambientais e da relação do homem/natureza com o enfoque que lhes atribuímos hoje. Para enveredarmos por esse caminho e realizar tal tarefa, tivemos que fazer escolhas a respeito do modelo teórico a ser seguido. Escolher um modelo que desse conta do objeto de estudo e nos levasse a respostas ou resposta para o nosso problema. Sem um modelo teórico, é impossível construir o conhecimento histórico.

Existem vários modelos teóricos à disposição do historiador. Modelos interpretativos e modelos explicativos que abordam as sociedades a partir de problemas que se formulam a respeito delas (REIS, 1997). Ambos são fundamentais na condução da pesquisa. Os historiadores dependem de modelos explicativos, que conectam e conjugam teorias e conceitos que lhes permitem dar unidade e coerência ao seu objeto de estudo (REIS, 1997).

A cidade de Anápolis já foi objeto de inúmeros estudos em áreas como: política, religião, economia, dentre outros. Sempre abordados por inúmeras representações e modelos cada qual expressando e informando uma visão de mundo particular. Para compreendermos e analisarmos as relações Homem/Natureza, tanto o modelo interpretativo, como o explicativo selecionado, para a realização da presente pesquisa são da corrente historiográfica já mencionada neste trabalho, a Nova História e a História Ambiental, por acreditarmos que somente elas dão conta do nosso objeto e objetivo de estudo.

De antemão anunciamos que não poderemos conhecer a relação dos anapolinos com o meio ambiente em sua totalidade pois, não há como o historiador conhecer o passado em sua totalidade. Buscaremos, por meio das fontes encontradas, traçar um perfil, encontrar pistas que nos levem a um maior entendimento do problema ora posto.

A análise das características ecológicas da cidade de Anápolis nos permite observar as relações existentes entre os elementos naturais como recursos naturais, a hidrografia, o clima, dentre outros, e a forma pela qual a cidade surgiu e evoluiu. Como se deu o desenvolvimento de sua economia, política, sociedade, cultura, bem como, a própria relação do homem com o meio ambiente. Essa análise nos leva, deixando de lado considerações deterministas, a uma importante compreensão do papel da ecologia na vida dos grupos humanos que fizeram parte da evolução do município anapolino, desde o século XIX, até a década de 1950. O clima ameno, a posição geográfica privilegiada, a flora da região levou os habitantes da região a optar por atividades econômicas ligadas à agropecuária e ao comércio. Em contrapartida, o número limitado de fontes que possuímos para conhecer a sociedade anapolina nos primeiros anos de sua formação e o pouco enfoque dado às questões ambientais nas primeiras décadas do século XX, nos colocam limites e fazem com que devamos abordá-las visando achar respostas para nosso problema. Portanto, cada tipo de fonte deverá ser analisada levando em consideração suas características próprias e a melhor forma que cada uma delas poderá iluminar algum aspecto da pesquisa que nos interessa. Os jornais são importante fonte para este estudo.

2.3 Os Jornais Anapolinos entre os anos 1870 – 1957

Para que a presente pesquisa fosse realizada, buscamos elementos nos antigos jornais e Imprensa e o O X. O jornal se tornou uma importante fonte primária no processo de construção desta investigação.

Segundo Capelato (1988), o jornal é uma importante fonte histórica, pois, por meio da análise dos jornais é possível conhecer uma época. Pela análise dos discursos dos

jornais, é possível depreender visões de mundo representativos e muitas vezes divergentes acerca do tema pesquisado, ou seja, saber: as questões ambientais. É nesta perspectiva que selecionamos alguns periódicos que circularam em Anápolis até 1957.

No período em epígrafe, a cidade de Anápolis viu nascer e desaparecer vários jornais. Cada qual com estilo próprio e tendências políticas variadas. Não trataremos dos conteúdos de revistas, pois, nosso objeto de estudo se restringe aos jornais. Entretanto, em um segundo momento, acreditamos ser profícuo um trabalho de pesquisa junto as revistas.

Borges (1975 p. 133) elenca os principais jornais entre 1929 e 1974. Transcrevemos a seguir o quadro elaborado por Borges.

Tabela nº4 - Os Jornais Anapolinos entre 1929 e 1959

NOME	DIRETOR	ANO
Correio de Anápolis	Adalberto P. Da Silva	1929
Voz do Sul	José Lourenço Dias	1930
X	Adail Lourenço Dias	1931
O Verbo	Jarbas Jaime	1931
A Luta	A. G. Pinto	1931
O Coralete	J. Duarte	1932
O Operário	F. Garcez Chiquito	1933
O Combatente	J. Cândido Da Silva	1933
O Anápolis	Nicanor De Faria E Silva	1934
O Grêmio	Órgão Da Escola Normal	1935
O Arauto do Rei	Orgão Do Colégio S. Francisco	1947
O Município de Anápolis	Órgão Da Municipalidade	1949
União Escolar	Iran V. De Souza	1949
Frente Popular	Washington G. Barbosa	1950
O Batalhador	GisbertoFerraresi	1953
A Bola	J. Maria Nascimento	1953
A Imprensa	Lincoln X. Nunes	1953
Independente	Órgão Estudantil	1954
Jornal de Anápolis	Alexandre De Moraes	1955
O Cascavel	Expedito V. Delecroix	1955
O Líder	Célio Sabbag	1956
O Democrata	Joaquim P. Filho	1957
Goiá	Paulo Rosa	1957
A Pena	Grêmio HeleitoMange	1957
Correio de Anápolis	José Natal M. Araújo	1958
O Renascente	Órgão Esc. Tec. Comércio	1958
Voz da UMPI	Órgão Presbiteriano	1959
O Bilac	Três Jovens Idealizadores	1959

Fonte: Borges (1975). Dados atualizados pela pesquisadora.

Dos jornais elencados acima, a maioria se perdeu com o tempo. Apenas alguns exemplares estão disponíveis para pesquisa, e desses, muitos números não estão em bom estado de conservação. O pouco interesse dos anapolinos pela preservação do patrimônio histórico em décadas passadas, explica a não conservação dos periódicos.

O período selecionado para análise nos convida a uma reflexão no mínimo curiosa. O número de jornais que surgiram em Anápolis entre 1929, ano da edição do primeiro jornal até 1959, é uma quantidade considerável se levarmos em consideração o número de habitantes do município. De acordo com o censo (POLONIAL, 1995), em 1940, Anápolis contava com 39.148 pessoas. O jornal acabou se constituindo na mais importante fonte de informação e diversão dos anapolinos. Era um instrumento pelo qual grupos políticos, associações e até instituições de ensino encontravam para transmitir suas ideias, acontecimentos e opiniões à comunidade. Em vários momentos, os jornais se constituíram em um espaço público de debate. Além do mais, os contextos socioeconômicos da época, dava aos jornais uma importância fundamental enquanto meio de comunicação.

O primeiro jornal de Anápolis foi o *Correio de Anápolis*, cujo diretor era o Intendente Municipal Adalberto P. Da Silva. O primeiro número do jornal circulou no dia 10 de março de 1929. Era o órgão oficial da municipalidade de Anápolis. O jornal *Correio de Anápolis* teve vida curta. Apenas seis números foram publicados. As matérias desse jornal traziam conteúdos variados, dando enfoque para as notícias ligadas à cidade.

A máquina impressora desse jornal, muitíssimo rudimentar, encontra-se, como preciosa relíquia, no museu Histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho” (FERREIRA, 1981). Nessa época, o trabalho de composição dos jornais era feita manualmente, letra por letra, e a impressão durava uma semana.

O jornal *Voz do Sul*, nasceu no bojo da Revolução de Trinta. O primeiro número do jornal foi publicado em 23 de novembro de 1930, tendo à frente da direção José Lourenço Dias. Trazia em seus números conteúdos políticos o que demonstra um engajamento político da equipe que editava o jornal. Contou com a colaboração de inúmeros jornalistas e nos oferece informações valiosas sobre como era o dia-a-dia dos anapolinos. Parte das informações necessárias à realização da presente pesquisa, foram obtidas nas velhas páginas desse jornal, tal como Ferreira (1981).

O jornal o “X” nasceu em 30 de setembro de 1931 e circulou até 1936. Tinha uma proposta editorial satírica Polonial (2000). Os primeiros diretores foram Adahyl Lourenço Dias e Waldemar Borges de Almeida. Era um jornal pequeno e, ao lado de notícias de cunho oficial, político e econômico, o jornal trazia notícias ligadas aos acontecimentos

sociais e artigos com um humor e muita brincadeira. Essas brincadeiras se estendiam inclusive ao período de transição política que o Brasil, a cidade de Anápolis vivia naquele momento.

Em 15 de setembro de 1931 entrou em circulação o jornal *O Verbo*. Esse jornal circulou até abril de 1932. Seu diretor era Jarbas Jaime. Era um jornal independente, literário e humorístico. Segundo Ferreira (1981), *O Verbo* era um meio termo entre a *Voz do Sul* e o “X”. Tanto tratava de assuntos sérios, como de sátiras.

Devido às características distintas entre esses jornais, ou mesmo sátiras e brincadeiras destinadas a essa ou aquela pessoa, não era raro os embates entre os adversários políticos ou pessoas que se consideravam ‘vítimas’ das sátiras e/ou brincadeiras nas páginas dos jornais.

De todos os jornais editados em Anápolis, o que ficou mais tempo em circulação em Anápolis foi *O Anápolis*. Fundado em 1934 e dirigido por Nicanor de Faria e Silva, no início o nome do jornal era simplesmente *Anápolis*. Este jornal surgiu em decorrência do Clube Recreativo Anapolino. Seu objetivo era divulgar as ações do clube junto aos seus associados, tanto que os seus fundadores foram quatro membros daquele clube: Luiz Caiado de Godoy, Manoel Gonçalves da Cruz, Orlando Motta e Sebastião Guimarães (Jornal *O Anápolis* 31 de julho a 06 de agosto de 2010). Por ter ficado tanto tempo em circulação, *O Anápolis* acabou por acompanhar os agitados anos que marcaram a vida política no Brasil e de Anápolis. Este periódico foi um dos únicos a ter edição diária durante vários anos. Ferreira (1981) faz a seguinte afirmação sobre o jornal:

O Anápolis cresceu com a cidade, lutou a favor dela, sofreu com ela, brigou por ela (p. 312). Com o correr dos anos, lutando, ajudando no progresso da nossa cidade passando de mão em mão mudando sua cor política de acordo com seus proprietários, o jornal sobreviveu, impávido, por quase quarenta anos, até que se extinguiu, já na década de setenta. Que pena! (p. 320)

As informações contidas nos jornais citados serviram como fonte de dados para este estudo. Isso não quer dizer que os demais não são importantes ou não servem como fonte de pesquisa. Ao contrário. Todos os periódicos constituem fonte valiosa. Mas, o que nos levou a optar pelos jornais *O Correio de Anápolis*, *A Voz do Sul*, “X”, *O Verbo* e *O Anápolis* foram a princípio o porte desses jornais e a disponibilidade de números presentes no museu histórico de Anápolis. Além do mais, estes foram os principais e maiores jornais que circularam no período em epígrafe.

CAPÍTULO III - A PRESENÇA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NOS JORNAIS ANAPOLINOS DAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

“O que nós somos é o que fazemos, e o que fazemos é o que o ambiente nos faz fazer
(JONH WATSON).”

3.1 Os Jornais

A utilização de jornais como fonte de pesquisa histórica não é uma novidade e nem mesmo uma exclusividade dos historiadores ambientais. Eles se constituem como uma importante fonte de informação para a História como ciência, bem como para outras ciências: a Geografia, a Sociologia, a Antropologia e outras.

Os jornais anapolinos editados no município de Anápolis no período selecionado para o presente estudo se constituem como uma importante fonte de pesquisa pois, nos permitem verificar como foram apresentadas as questões ambientais. A partir dessa verificação, partimos para a análise de como se dava as relações dos homens daquela época com o meio ambiente. E também sobre que tipo de concepção ambiental permeava a mentalidade de quem produziu os artigos, propôs anúncios, escreveu notícias e editou os jornais.

Para a realização do trabalho de pesquisa junto aos jornais, adotamos o seguinte critério:

- Dividimos as edições disponíveis para pesquisa no Museu Histórico de Anápolis em dois momentos: primeiro – anos de 1920 - por que foi nessa década que Anápolis editou seu primeiro jornal. E, segundo – anos de 1930 – período em que o Brasil e o estado de Goiás passavam por mudanças significativas introduzidas pela Revolução de 1930.
- Lemos os jornais editados nos anos de 1920 e 1930 e, a seguir, selecionamos os que apresentavam artigos, anúncios, notícias que faziam alguma menção a questões ambientais;
- Iniciamos o trabalho de análise dos jornais que apresentaram algum tipo de menção à natureza, sempre à luz dos aportes teóricos da HA, dividindo em

categorias temáticas, a saber: colonização, agricultura, saúde, aspectos urbanos e questão social.

Iniciamos nossa leitura pelo jornal *Correio de Anápolis*, pois, este foi o primeiro jornal editado em Anápolis. Por ser um periódico antigo, o Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho – ABC - tem poucos exemplares desse jornal. É lastimável que muitos números de *Correio de Anápolis* tenham se perdido com o tempo. Afinal, por ter sido o primeiro periódico anapolino e ser um órgão oficial da municipalidade, as edições perdidas com tempo poderiam ter nos oferecido uma gama de informações sobre a vida da cidade nos primeiros anos do século XX, e a partir daí entender muitas questões inerentes ao nosso cotidiano. A seguir, passaremos para os demais jornais.

Durante as décadas de 1870 a 1920, os jornais lidos pela população anapolina não eram editados em Anápolis. Eles vinham de outras localidades como da cidade de Pirenópolis (Meia Ponte), da capital do estado de Goiás – Vila Boa, hoje cidade de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras. Como o campo empírico pesquisa é Anápolis, não trataremos dos periódicos provenientes de outras regiões. Quem sabe em um segundo momento, possamos dar continuidade a nossa pesquisa e então analisar os jornais do estado de Goiás e região.

Selecionamos as edições dos jornais editados nos anos de 1920 e 1930, que fizeram algum tipo de referência a questões ambientais. Entretanto, que tipo de questões consideramos ambientais neste estudo? De antemão respondemos que, para a pesquisadora, questões ambientais são todas aquelas que trataram das relações do Homem com a Natureza.

Por acreditar que o trabalho ficaria mais rico, transcrevemos alguns trechos dos jornais pesquisados com o objetivo de ilustrar nossas reflexões

O jornal *Correio de Anápolis* era um jornal oficial. O diretor do jornal era Adalberto Pereira da Silva e o gerente era Nicaphoro Pereira da Silva. Sua primeira edição foi em 10 de março de 1929 e os leitores assinantes contavam com duas opções de assinatura: a anual que custava 12\$000 ou a semestral que custava 8\$000. Suas edições contavam com cinco ou seis páginas em formato médio, comparado aos jornais de hoje. Existem seis edições desse periódico referentes às décadas de 1920 e 1930 disponíveis no Museu Histórico de Anápolis. Todas incompletas e bastante desgastadas pela ação do tempo.

Anápolis foi criado em 1935 e grande parte dos exemplares se perderam com o tempo. *Anápolis*, diferentemente de *Correio de Anápolis*, não é um órgão oficial. Entretanto, isso não tirou do jornal um modelo de visão elitista e conservadora.

O Verbo era um jornal com caráter literário e humorístico. Suas edições eram quinzenais e teve pequena duração. A primeira edição deste periódico data de 15 de setembro

de 1931. *O Verbo* foi dirigido por Jarbas Jayme. Seu redator foi Nicanor Silva e como gerente o periódico contou com José G. Jayme e Sizenando Jayme. Era em formato pequeno (no tamanho de papel ofício) com quatro páginas. Hoje, o Museu Histórico de Anápolis conta com dez edições do jornal. A edição número 1 (um) foi publicada no dia 15 de setembro de 1931. Após um trabalho de pesquisa junto aos números dos jornais disponíveis no Museu Histórico de Anápolis não encontramos nenhuma menção a questões ambientais. Não encontramos notícias, artigos, anúncios, poemas enfim, nenhuma referência ambiental nas páginas de *O VERBO*.

O *X* foi o único jornal apolítico do período selecionado para a realização da presente pesquisa. Mesmo *O Verbo*, com seu caráter literário e humorístico, estava ligado a grupos políticos e em suas páginas, se valia do humor e da literatura para atacar pessoas e grupos de oposição. Era um jornal independente, isto é, não estava ligado a nenhum partido político e nem ao poder municipal como os demais jornais. Sua primeira publicação foi em 30 de setembro de 1931. O Museu Histórico de Anápolis conta com 12 edições deste periódico, sendo onze edições não sequenciais e a décima segunda é a edição n. 152, de 10 de dezembro de 1936.

Adahyl Lourenço Dias e Waldemar B. De Almeida eram os diretores do jornal. Walter Friedmann era o gerente e como redatores o jornal contou com a colaboração de Déclieux Crispim e Heroze de Vellasco. O *X* era um jornal extremamente crítico, satírico e irreverente. Podemos perceber essas características do *X*, logo na abertura do jornal:

“Annapolis, Goyaz, Brasil, America do Sul, Novo Mundo, 30 de setembro de 1931 (p. 1).”

Já no início do jornal um texto de abertura dá ao leitor o perfil do jornal,

Como é para o bem de todos e felicidade geral da damnação, lançamos (sem vomitorio) á luz (sem parteira) da publicidade este importante orgam, dirigido por ilustrados jornalistas, ja bastante conhecidos através dos commentários alarmantes dos jornaes cariocas e estrangeiros, tendo as suas collaborações assombrado até mesmo os propriosphantasmas. Não era intenção nossa tornar conhecido o nosso programma mas, como se trata de uma obra prima, producto de intelligencias puras e sãs, como sejam as dos nossos illustrados dirigentes, resolvemos então tornando publica com a marca registrada para evitar as falsificações que sempre acontecem ás industrias nacionaes. Fundamos o presente jornal com o fim de proporcionar aos dignos leitores alguns momentos de bom humor, cousa que pouco vemos em nosso meio. Será de critica e humorismo, cousa inofensiva, e esperamos a bôa ou má acceitação por parte de todos (p.1).

O tom satírico presente na narrativa acima corrobora o caráter literário e humorístico do jornal. O fato do periódico não pertencer a um órgão oficial (como a municipalidade) e não

ter a obrigatoriedade de defender posicionamentos partidaristas deu as suas páginas leveza e humor que, como podemos perceber no fragmento acima, brinca com episódios da história do Brasil.

O jornal *O Combatente* foi um órgão da Liga Beneficente de Anápolis. J. Candido da Silva era o diretor do jornal e seu gerente era A. Pereira Silva.

A Escola Normal de Anápolis lançou o jornal *O Grêmio*. O diretor era Absalão Lopes e Tula Pina era a redatora. O Museu Histórico de Anápolis conta com apenas um exemplar deste jornal, a edição n. 4 de dezembro de 1935. O objetivo desse periódico era divulgar assuntos relacionados à área educacional. Não tinha caráter político e/ou econômico. No único exemplar disponível no museu, não há referências a questões ambientais.

O operário era um órgão da União Popular (fundado em 1931 por um grupo de operários e intelectuais). Seu diretor e fundador foi F. Garcez Chiquito. Suas tiragens eram quinzenais. O Museu Histórico de Anápolis possui três exemplares desse jornal. As edições n. 3, 4 e 5. A edição de n. 3 é de 15 de março de 1933. Além das notícias ligadas ao órgão que o jornal representava, contava com anúncios, propagandas e alguns pequenos artigos de opinião.

Nos números disponíveis no Museu, não encontramos nenhum texto, notícia, artigo ou mesmo anúncio que fizesse menção a questões ambientais.

Apresentado os jornais, e após a leitura de seus arquivos, organizamos a análise em cinco categorias quais sejam: imigração e colonização, agricultura, saúde, aspectos urbanos e sociais e a construção da nova capital do estado de Goiás.

a) Imigração e Colonização:

- Correio de Anápolis, 10 de março de 1929
- ✓ O jornal publicou a Lei de Colonização nº 290 de 29 de setembro de 1923. Nicaphoro Pereira da Silva assinou o artigo. Por ser um órgão oficial do município, a publicação da citada lei cumpria uma função política, não havendo portanto, a preocupação em demonstrar os impactos que essa lei teria sobre meio ambiente. Além disso, a Lei de Colonização estava inserida no projeto de expansão e integração do território nacional. O que estava em voga, nesse momento histórico, era a ocupação do interior do país.

LEI DE COLONIZAÇÃO

Apressamo-nos a dar publicidade á Resolução Municipal, que regulamentou a colonização, que regulamentou a colonização no município, com a respectiva Lei Aprovada, por estar agora esse serviço em plena execução.

Há leis mais recentes e outras mais antigas, que demandam publicidade, mas a materia de que se trata, por ser mais urgente nos força atraze-la apúblico já, demandam publicidade, masdemandam publicidade, mas a materia de que se trata, por ser mais urgente nos força a traze-la a publico já, afim de pôr os colonos a par das intenções da municipalidade(p. 2).

- Correio de Annapolis, 28 de abril de 1929
 - ✓ Essa edição trouxe um artigo referente à imigração. Assinado por José Gonçalves, a imigração era vista como uma necessidade. Por ser Anápolis um município de clima ameno e solo fértil, acabou por atrair um número considerável de imigrantes. A notícia de que os trilhos chegariam a Anápolis nos próximos anos trouxe para a região vários imigrantes interessados nos possíveis ganhos econômicos. O governo não apenas apoiava as imigrações como incentivava por meio de doações de terras e políticas de auxílio ao imigrante. O artigo de José Gonçalves é longo, ocupando quase toda a página do jornal.

Transcrevemos a seguir um trecho do artigo.

A immigração

A Immigração para Goyaz é uma necessidade imprescindivel. O que Annapolis deve fazer. José Gonçalves.

A Italia, Portugal, Hespanha, Polania, Tcheco Islovaquia, têm a sua emigação restringida, pelo systema politico, que nesses paizes ora os regem. E depois, o japonez è o homem que convem. Trabalhador, inimigo de questões, completo observador da lei radicam-se com os seus filhos que fazem questão de ser brasileiros á patria que lhes da o pão de cada dia.

Annapolis, que è a joia de Goyaz, precisa tomar essa ou outra iniciativa, que lhe defenda a lavoura maravilhosa, dando um exemplo magnifico aos demais municipios goyanos; adiantadamente, dois lustros no seu futuro esplendido e rovando que a sua politica de hoje, é a força dymnamica que lhe revigora aformoseia e engrandece.(p.1).

- Correio de Annapolis, 05 de maio de 1929
 - Essa edição fez referência à colonização do Cerrado. O desafio do momento era ocupar a região do Cerrado. Atrair o maior número possível de pessoas dispostas a cultivar a região era o foco do governo federal e estadual.

A COLONIZAÇÃO DO CERRADO

Devido a um acordo estabelecido entre os orientadores políticos situacionistas desta cidade, foi resolvido entregar-se, dividido em lotes, a colonos italianos, japoneses, ou de outra qualquer nacionalidade conveniente, as terras do patrimônio de Campo Alegre, hoje Cerrado.

.O sr. T. Icibaci, inteligente japonês, que se encarrega da colonização, fez com a Intendencia um contrato mediante o qual se comprometeu a localizar 50 famílias nipônicas no Cerrado. No cumprimento de seu compromisso, o intendente designou o competente engenheiro civil sr. Julio Masciochi para proceder á divisão de ditas terras (p.3).

O articulista não se opõe a essa política de integração nacional e deixa claro nas linhas de seu texto que é favorável à colonização do Cerrado, vista como caminho para o progresso. Nesse momento histórico, a concepção de progresso estava ligada ao desenvolvimentismo. E a ocupação do território era uma meta a ser atingida não apenas pelo governo brasileiro, essa política de integração e marcha para o Oeste já vinha sendo colocada em prática pelos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX. No Brasil, a marcha para o Oeste podia ser percebida na construção de cidades, rodovias, ferrovias, abertura de novas áreas de cultivo etc.

- O Annapolis, 24 de novembro de 1935

Na página 1, o jornal tratou da Colonização Nipônica.

Annapolis e a Colonização Nipônica

É coisa incontestável, que o progresso de Annapolis, deve-se em grande parte á sua população cosmopolita. Aqui vemos disseminados pelo municipio japonezes, italianos, syrios, portugueses, allemães, austiacos, paulistanos, mineiros, bahianos, nordestinos, etc, que atraídos pela terra roxa e pela amenidade do clima, aqui fixam o seu campo de actividades.

Sem desfazer a capacidade de trabalho de todos os outros elementos formadores do progresso desta gleba, não podemos occultar nossa admiração pela grande obra que os japonezes estão realizando nas immediações do Cerrado, transformando uma grande area inculta em searas, pomares e cafezaes. (...)Existem actualmente 15 familias niponicas no Cerrado (p.1).

O discurso presente nos jornais anapolinos estava de acordo com o projeto político nacional iniciado nos anos de 1920 e 1930. Esse projeto objetivava a colonização e a integração territorial do Brasil. A essa política de integração deu-se o nome de ‘Marcha para o Oeste’ numa alusão à marcha para o oeste estadunidense ocorrida no século XIX.

A vinda de imigrantes para o interior do país otimizava a ocupação de regiões ainda com pouca densidade demográfica e ajudava a introduzir no campo novas técnicas de cultivo, bem como novas culturas.

As mudanças e os impactos ambientais introduzidos no meio ambiente natural por meio da política de incentivo à imigração e colonização do município anapolino ainda não permeava a mentalidade anapolina de acordo com os textos extraídos dos jornais pesquisados. Os recursos naturais eram vistos como uma forma de se chegar ao progresso e progresso era, naquele momento, o objetivo maior das políticas públicas anapolinas.

A busca pelo progresso, ideia presente no imaginário econômico, social e político do século XIX e XX, pode ser percebida nas páginas dos jornais editados em Anápolis nos anos iniciais do século XX. No artigo de 24 de novembro de 1935, página 1 (Jornal o Annapolis), a colonização é associada ao progresso. O texto do jornal faz uma alusão clara ao progresso ao associar a imigração ao próprio progresso “É coisa incontestável, que o progresso de Annapolis, deve-se em grande parte á sua população cosmopolita. (...)” (JORNAL O ANNAPOLIS: 1935. p. 1).

Ocupar regiões ainda não ocupadas e produzir culturas em áreas que ainda não haviam sido destinadas ao cultivo, era antes de tudo a superação do atraso. Pádua (2004) nos ajuda a compreender a concepção que a sociedade anapolina tinha em relação ao ambiente natural e da relação entre homem e natureza. Segundo o autor, a utilização dos recursos naturais era o caminho para o progresso. Portanto, a derrubada do Cerrado era vista de forma positiva. Era fundamental aumentar a produção do município, tornar a economia da cidade mais competitiva e para isso se fazia necessário ampliar as áreas produtoras.

Para os anapolinos, a devastação (WORSTER, 2003) era um preço a ser pago pelo progresso. Várias regiões do mundo e mesmo do Brasil, já haviam avançado sobre florestas, pântanos e outros ambientes naturais com o intuito de elevar a economia. Era, portanto, necessário que o meio ambiente natural fosse trabalhado a favor do crescimento da cidade, dentro é claro, do desenvolvimentismo em voga.

Essa associação imigração - colonização - progresso pode ser percebida na página 1, do jornal O ANNAPOLIS, do dia 24 de novembro de 1935. O autor do texto apresenta o trabalho realizado pelos japoneses no Cerrado com entusiasmo e de forma positiva. O imigrante era, portanto, aquele elemento que ajudaria o município anapolino a superar o atraso. Era ele o responsável por transformar regiões incultas em searas, pomares e cafezaes (JORNAL O ANNAPOLIS, 1935. p. 1).

b) Agricultura

- Correio de Annapolis, 25 de março de 1929

Essa edição trouxe um artigo sobre o café. O texto foi assinado por T. Icibaci, da Associação Japonesa de Colonização do Estado de Goiás. Pela primeira vez o jornal fez menção ao solo anaplino.

No districto de Cerrado, deste município, tem a Intendencia grande área de terras proprias para a cultura do café. Agora, em boa hora, resolveu ceder boa parte dessas terras á colonização japonesa, para o cultivo da saborosa rubiaceae. Devem os nippnicos ess conquista á sabia intervenção de D. Emmanuel Gomes de Oliveira, virtuoso bispo de Goyaz, grande amigo dos filhos do império oriental. Com a colonização japoneza, não lucrará somente o município de Annápolis, mas tambem todo o vasto e fertilissimo Estado de Goyaz (p. 5).

O autor do artigo levou para as páginas do jornal o problema do café e chama a atenção para as condições do clima, solo e a questão migratória. Para ele, o solo e clima anapolinos eram propícios ao cultivo do café.

A edição de 25 de março de 1929 do Correio de Annapolis, trouxe um anúncio inusitado: um chamado para que os anapolinos entrassem na luta contra a formiga saúva. Pelo teor do anúncio, a saúva era uma grande ameaça tanto para o homem do campo como para o homem da cidade. A presença da formiga saúva no município tornou-se um problema tão sério na época que a municipalidade criou um imposto cuja arrecadação era destinada ao combate desta formiga. A maneira com que o problema é apresentado e a solução proposta, não passou por uma preocupação ambiental tal qual como concepção de consciência ambiental que temos nos nossos dias. Não constatamos nenhum tipo de discurso voltado para uma consciência ecológica. A postura nesse sentido era de enfrentamento (SILVA, 2011). A natureza se colocava contra o homem na busca pelo desenvolvimento.

Pelo que está exposto no jornal, a ataque constante das saúvas às plantações, não foi atribuído ao desequilíbrio ecológico ocasionado pela ocupação do espaço pelo homem. A culpa pelos problemas gerados pelas formigas era atribuída às próprias formigas que eram denominadas de flagelo. O anúncio terminava com um chamado no mínimo curioso “Morte às Saúvas”. Eis a transcrição do anúncio,

FORMIGA SAÚVA

Communica-nos o dr. Mario Ribeiro Magalhães director da Escola de Agr. E Pecuária Presidente Washington Luiz que esse acreditado estabelecimento se empenha na criação do 1º Congresso Brasileiro de Combate á Formiga Saúva e pede donativo para a construcção da séde do futuro instituto. Aprovamos, com enthusiasmo, a idéia, porque somos dos que entendem dever o Brasil enfrentar de todas fôrmas, por todos os meios a extincção da saúva, problemma serio do deciframe ou eu te devoro....Morte às saúvas! (p. 5)

- Correio de Annapolis, 21 de abril de 1929

Esse número do jornal trouxe um artigo assinado por Julio Masciocchi, engenheiro civil, sobre o plantio de trigo no município. O clima e o solo da região são colocados por Julio Masciocchi como propícios ao cultivo desse tipo de cultura. A introdução da cultura do trigo no município foi muito aplaudida na época. Tanto que foi criado um instituto para cuidar dos interesses dos produtores de trigo. Introduzir a cultura do trigo no município estava de acordo com a ideia de crescimento econômico e de progresso. No início do artigo, há um enfoque não apenas para o clima e o solo de Anápolis, mas do país. O autor usa Alvará de 1785 para chamar a atenção para a fertilidade do solo brasileiro,

Na historia economica nacional encontra-se o Alvará de 1785 de alta significação que resava o seguinte: O Brasil é o país mais fertile abundante no mundo, em fructos e produções da terra. Os seus habitantes têm, por meio de cultura, não só tudo quanto lhes é necessario para o sustento da vida, mas ainda muitos artigos importantissimos para fazerem, como fazem, um extenso commercio e navegação. Entre esses fructos e produções da terra brasileira o trigo occupa um logar salientissimo, por dar a branca farinha de fazer o pão que, como o café, não pode ser supplantada por succedaneos e misturas (p. 4).

- Correio de Annapolis, 28 de abril de 1929

Na página dois desta edição, um artigo enviado ao jornal por Collemar Natal e Silva, defendeu a criação de uma escola de agronomia. A qualidade do solo e do clima anapolinos, na percepção das autoridades locais, e o incentivo à imigração estrangeira para a região, explica, em partes, o interesse pela criação de uma escola ligada à terra. A página em que se encontra o artigo está bastante danificada. Por isso, colocamos (...) nas partes que não podem ser lidas. Eis à seguir trechos desse artigo:

ESCOLA DE AGRONOMIA

Collemar Natal e Silva
Para o “Correio de Annapolis”.

A medida que se vae buscando solucionar as nossas necessidades por aqui mesmo e como as deficiencias do meio o permitem, as escolas superiores se succedem entre nós. Mas, porque não se funda aqui uma Escola de Agronomia? A sua necessidade, e sobretudo, a sua opportunidade tresaltam evidentes, inde pendente de maís circunstancia da ananalyse. O Estado de Goyaz offerece campo vastissimo ao agronomo e dentro de breves tempos maior será elle com ...crescente movimento de valorização de terras, e suas divisões e demarcações, emfim, todas a actividade ... a esse ramo de industria, que dá augmentanado, centuplicado de anno a anno, com o progresso.

Nem se discute a afigura ainda mais necessaria de que quaesquer das já...Analysando minuciosamente as possibilidades de tal emprehendimento... (p.2)

- O Annapolis, 07 de abril de 1935

A edição de *Annapolis* trouxe um pequeno artigo, não assinado, sobre a safra do município daquele ano.

A próxima safra de cereais em Annapolis

Com a aproximação da locomotiva os nossos inteligentes agricultores, prevendo um lucro melhor, aumentaria extraordinariamente suas lavouras. – Só na fazenda do inteligente fazendeiro Sr. José Candido Louza, a produção de arroz que foi de mais 10.000 sacas, irá produzir este ano nada menos de 16.000. É que naquela fazenda foi introduzida a colônia japonesa. Annapolis, rica em terras de ótimas qualidades precisa encarar seriamente o problema da colonização, procurando bons elementos e auxiliando os do melhor possível. As lavouras, em todo o município, estão ótimas e caso o tempo permita, as colheitas serão grandes e a E. de Ferro de Goyaz iniciará o seu tráfego desta cidade exportando muito e muito. Lavradores! Cuidem de vossos terrenos, procurando empregar métodos modernos da agricultura a fim de obterdes os melhores resultados (p. 2)

Não conseguimos ler o restante do artigo pois faltava um pedaço da página 2.

- O Annapolis, 05 de maio de 1935

A página principal de *Annapolis*, do dia 05 de maio de 1935 levou para a primeira página uma notícia que tratava-se de uma ambiental – um artigo em prol dos cafés finos. A região já produzia café há alguns anos. Entretanto, o café produzido na região era um café comum. O jornalista, baseado no clima e no solo da região do município anapolino, defende que o município, assim como outras regiões do país, tem potencialidade para produzir cafés finos.

Em prol dos cafés finos

A campanha em prol da melhoria das qualidades do nosso café, que actualmente empolga o meio agrícola brasileiro, e que vem merecendo profunda atenção dos poderes públicos, é por todos os motivos, digna dos nossos maiores aplausos. Nos oito principais Estados da Federação, São Paulo, Minas Geraes, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Pernambuco e Goyaz, trabalham incessantemente as Secções Estaduais, do Serviço Técnico do Café, sob competente direcção do illustre agrônomo dr. Rogerio Camargo, coadjuvado por uma pleiade de técnicos de reconhecido valor. (p. 1).

Na página 2 desta edição a agricultura foi destaque. Um artigo defendeu a necessidade de se usar a ciência para aumentar a produção agrícola. O uso de implementos agrícolas é, segundo o autor, uma condição para o desenvolvimento da agricultura no município. É compreensiva essa atitude do jornalista se levar em conta o contexto do país. A política de industrialização do Presidente Getúlio Vargas, que buscava industrializar o Centro-Sul com a expansão agrícola para o Centro-Oeste, estava sendo implementada e havia uma

expectativa muito grande por parte dos goianos de que Goiás entrasse nessa onda de desenvolvimento e se integrasse à economia nacional. Nesse ínterim, os anapolinos também almejavam um crescimento econômico capaz de projetar o município. A expectativa da população anapolina em relação à chegada da ferrovia alimentava ainda mais esse sonho anapolino de progresso.

Agricultura

Anapolissendo um municipio essencialmente agricola precisa ter, por parte dos governos, o maximo carinho para com os agricultores, quer facilitando-lhes em tudo que relaciona a assumptos agricolas, quer conservando estradas existentes e abrindo novas....O progresso da nossa agricultura depende da applicação do methodo scientifico e, para isto conseguir são necessarios os campos experimentaes....Nossos governantes tendo uma parcela de boa vontade poderão dotar nosso Estado com alguns campos experimentais, que serão verdadeiras organizações technicas, unicas capazes de orientar nosso agricultor.... (p.2).

Mais uma vez o café foi notícia em *O Annapolis*. O destaque é para a importância do produto no cenário econômico nacional.

Despolpamento de Café

Já estando os nossos cafeeiros carregados de café cereja, epoca propicia para o despolpamento, os illustretechnicos do S. T. do Café, sob a paroficientedirecção do dr. João de Barros Silveira, já estão desenvolvendo grande actividade nas fazendas do município, fazendo demonstrações praticas desse utilissimo e racional processo de se obter sempre cafés finos, isto é, sem defeitos, de bello aspecto e de bebida molle.Os lavradores anapolinos, sempre progressistas, vão dia a dia se convencendo da necessidade de se obter productos mais apurados na qualidade, fator principal para a sua bôa cotação e para o reerguimento do nosso credito e principalmente deante das demonstrações praticas, claras e positivas do esforçadosthnicos do Serviço Technico do Café, com séde nesta cidade, á avenida Leopoldo de Bulhões (p. 1).

Nesta edição, um artigo, sem assinatura, defendeu o incremento do cultivo do algodão.

Lavradores de Annapolis!

Depois do grande congresso algodreiro, ultimamente realizado em São Paulo e com enorme exito, não deveis ficar inertes e envolvidos sómente com os nossos productoshabituaes, porem, levantardes vossas vistas e com verdadeiro entusiasmo para o plantio de uma das nossas maiores riquezas – o algodão, que é conhecido no mundo inteiro com a denominação de OURO BRANCO....São Paulo produz hoje muito algodão, entretanto, ainda é insufficiente para sustentar os mercados consumidores. Assim, lavradores goyanos e principalmente de Annapolis! Separae uma gleba de suas terras para plantar o algodão.O Prefeito Municipal, vivamente interessado no progresso desde grandioso municipio já providenciou no sentido de poder fornecer semente gratuitamente a todos os interessados. Annapolis, o jornal do pôvo e que cuida exclusivamente dos nossos interesses, fornecerá toda e qualquer informação aos srs. agricultores (p.2).

A publicação de 23 de junho de 1935, no que tange a notícias de cunho ambiental, foi muito semelhante a edição de 9 de junho de 1935. Ambas trataram da questão do café e de um problema de saúde recorrente na época, que era a coqueluche. A página 1 deu destaque para a criação do campo experimental do café. Havia uma empolgação da elite política e econômica com a introdução do café entre as culturas cultivadas no município anapolino. O campo experimental era visto como um avanço.

CAMPO EXPERIMENTAL DE CAFÉ

Annapolis está prestes a receber mais um grande melhoramento, a instalação do campo experimental, subordinado ao Serviço Técnico do Café, departamento que há dois anos vem prestando inestimáveis serviços á lavoura cafeeira goyana até então entregue a uma rotina multiseccular.... (p.1)

- O Annapolis, 07 de julho de 1935

A página 4 traz um texto incentivando a cultura do algodão na região. O incentivo partiu do poder público – prefeitura. Podemos observar que a busca por uma atividade econômica que elevasse a arrecadação do município e gerasse riqueza era uma constante. O café, o algodão e mais tarde o trigo são exemplos dessa busca por melhores indicadores econômicos.

A cultura do Algodão

Digna de applausos é sem duvida, a iniciativa do prefeito de Annapolis sr. J. F. Valente aconselhando os nossos lavradores a plantar algodão, fazendo divulgar um boletim por todos quadrantes do município, chamando a atenção dos interessados para essa lucrativa cultura e prometendo fornecer sementes selecionadas, na ocasião do plantio....As últimas cotações do algodão em rama (2 de julho), eram de 74\$000 por kilos, tipo 5....

Como o valor do algodão reside no comprimento, sedosidade no comprimento, sedosidade e resistencia da fibra, aconselhamos o plantio das variedades que apresentem esses característicos, de preferencia o “Piratininga” cuja superioridade entre nos já foi constatada pelos technicos do Instituto Agronomico de Campinas (...) (p.4).

- O Annapolis, 28 de julho de 1935

Essa edição do *O Annapolistrouxe* como reportagem de primeira página uma matéria sobre a importância da lavoura para o município. Segundo o autor, o aumento da lavoura é algo muito importante para a cidade. Fica evidente que o aumento das áreas de lavoura é sinônimo de progresso.

Lavoura de Annapolis

Um dos nossos redactores viajando no municipio teve a satisfação de ver o quanto está adiantada a lavoura do nosso municipio. Na fazenda do sr. José Candido Louza verificou a grande exportação de cereaes, feita em caminhões que ali vão diariamente em numero de 6 é mais.

É preciso frizar que a estrada foi feita pelos proprios productores, sem o menor patrocínio dos governantes. O arroz esta sendo vendido por um preço irrisorio, mas mas mesmo assim ainda não há desanimo na lavoura annapolina. Querem exportar, exportar sempre. O sr. J. F. Valente prefeito local, não tem medido, sacrificios para melhorar Annapolis e quer, ainda nesse mez ainda iniciar a construção de uma estrada desta cidade á Nova Capital, passando justamente por fazendas que produzem com abundancia. Construir estradas, alfabetizar o povo dever ser o lemma de todo governo progressista. Estamos certos de que nosso Prefeito isso fará (p.18).

- O Annapolis, 08 de dezembro de 1935

A primeira página do jornal chamou a atenção para a cultura do trigo. O desejo de se cultivar café e algodão estendeu-se também para o trigo. O meio ambiente foi o principal fator para que o interesse pelo cultivo do trigo fosse despertado.

A cultura do trigo

Dentre as inumeras possibilidades de Goyas e particularmente da zona do Planalto Central, destaca-se a da cultura do trigo. Annapolis, que ocupa hoje um lugar destacado, dentre os municipios productores de café, arroz e algodão, pode-se vangloriar também de possuir um solo e clima privilegiados para a cultura do trigo, conforme já tivemos ocasião de demonstrar. Ha alguns decennios Pyrenopolis, Corumbá e Annapolis, produziam trigo para o consumo e para exportar. Hoje consumimos a farinha adulterada, fabricada em moinhos paulistas, mas com trigo vindo da Argentino e outros paizes. O Brasil importa annalmente mais de 500.000 contos em farinha de trigo e seus derivados. Por ahi se vê que plantar trigo não é somente um cominho seguro para a prosperidade individual e colectiva, é também uma obra de indiscutivel patriotismo. É oppor um dique á vultuosa torrente de ouro que sabe do nosso Estado para os vizinhos e destes para o estrangeiro. Goyanos, plantemos trigo (p.1).

- O Annapolis, 22 de março de 1936

A página 1 do jornal informou a população sobre a criação Do um Campo Experimental do Trigo. Seguindo o exemplo do café, o Campo Experimental do Trigo dinamizaria o cultivo dessa cultura no município.

Campo experimental de trigo

Temos a grata satisfação de noticiar que Annapolis, dentre de breves dias receberá mais um importante factor para o seu engrandecimento economico, que é um campo de experiementação para a cultura do trigo. Para esse mistér esteve na cidade o Sr. Dr. Fabio Macêdo, que veio especialmente para se entender com o Prefeito Sr. J. F. Valente a respeito do assumpto, incumbido pelo Dr. Heitor Cordeiro, muito digno Inspector Agrícola neste Estado nesse Estado. O prefeito Valente, sempre entusiasta das boas causas, já pôz á disposição daquella inspectoría uma boa area de terras, pertencente ao Patrimonio municipal, distante da cidade 3 kilometros e

junto á rodovia que de Annapolis se dirige a Inhumas e a Goyania, e está disposto a cooperar com aquella repartição no sentido de concretizar os mais breve possível taão grandiosa iniciativa.Nossa folha, que se vem (o página onde se encontrava o restante do artigo esta danificada) (p. 1).

A concepção de que o aumento da produção agrícola traria crescimento para a cidade de Anápolis é clara nos artigos dos jornais. O solo é, portanto, o instrumento pelo qual essa tão sonhada riqueza iria se fazer realidade. No Correio de Annapolis (1929. p. 5), a imprensa anapolina denomina o solo do estado de fertilíssimo. Mais adiante, o mesmo jornal apresenta o solo brasileiro de forma exagerada e ufanista “Brasil é o país mais fértil e abundante no mundo, em fructos e producções da terra” (1929. p. 4)

Essa visão em relação ao solo anapolino é corroborada nos relatos memorialistas anapolinos (FERREIRA, 1981; AZEREDO FILHO, 1938). Azeredo Filho (1938) exalta as qualidades e as propriedades do solo, do clima e da água da região do município de Anápolis. Segundo os autores, os fatores naturais foram determinantes para a ocupação do município. O determinismo dos autores citados choca-se com os pressupostos da HA, que segundo Worster (2003), caminha no sentido contrário.

As práticas agrícolas são incentivadas, conforme pode ser observado nos artigos selecionados. Os artigos intensificam o discurso de que a natureza deve estar a serviço do progresso. O agricultor assume uma posição de agente fundamental na busca do crescimento econômico. É o agente capaz, por meio de seu trabalho na terra, transformar a realidade econômica do município. Sendo assim, qualquer notícia, fato, medida política ou questão que envolvesse a questão agrária no município, acabava sendo destaque ou, no mínimo, tendo espaço na mídia escrita. É o caso, por exemplo, da ação das saúvas no campo.

De acordo com artigo publicado na edição de 25 de março de 1929 do Correio de Annapolis, a saúva é vista como um problema a ser combatido para que as atividades agrícolas pudessem prosperar.

A saúva é um inseto nativo da América e muito abundante na região neotropical. Desde a chegada dos europeus na América, a saúva se apresentava como um grave problema e continuou a atormentar a vida e os trabalhos daqueles que se propunham a cultivar a terra. O viajante e cronista francês Saint-Hilaire, ao percorrer o interior do Brasil nos anos de 1810 e 1820, disse que ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil (SAINT HILAIRE, 1937).

Portanto, a saúva não era um problema apenas dos anapolinos, mas de todos os brasileiros, como pode ser constatado no artigo em questão. A finalização do artigo demonstra

como a presença dessa formiga apresentava-se como um desafio a ser vencido - Morte às saúvas! (CORREIO DE ANNAPOLIS, 1929. p. 5). Nessa perspectiva, a natureza se apresenta como algo a ser vencido, dominado e conquistado para que se possa chegar ao progresso. O ataque constante das saúvas às plantações não foi atribuído a um desequilíbrio ecológico ocasionado pela ocupação do espaço pelo homem. Conforme a imprensa anapolina, a culpa pelos problemas gerados pelas formigas era atribuída às próprias formigas que eram denominadas por muitos agricultores como um flagelo.

Essa visão acerca das saúvas, não era exclusividade dos anapolinos. Até mesmo Mario de Andrade em Macunaíma brincou dizendo “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são!”

O desespero e os prejuízos causados pela destruição ocasionados pela presença das saúvas nas lavouras do município, bem como a necessidade de se encontrar uma tecnologia para combater as saúvas motivaram a construção de um instituto destinado ao combate de tal inseto. A criação de um instituto para combater as saúvas demonstra o desejo de se dominar e de se submeter à natureza por meio da técnica. A técnica era o meio pelo qual o homem colocaria o ambiente natural a seu serviço, conforme O Annapolis, “o progresso da nossa agricultura dependia da aplicação do método científico e, para isto seria necessário a construção de campos experimentaes” (JORNAL CORREIO DE ANNAPOLIS, 1929. p. 2).

Por isso a importância da criação de órgãos que levasse a um maior conhecimento e entendimento da natureza. Por meio do conhecimento ilustrado, as dificuldades seriam superadas e o homem atingiria seu objetivo último – o progresso. Nessa perspectiva, os jornais davam ênfase a campanhas em prol da melhoria das qualidades do nosso café (O Annapolis, 1935. p. 1), a introdução de novas culturas como a do algodão (O Annapolis, 1935. p. 4), a construção de estradas para se escoar a produção (O Annapolis, 1935. p. 8) e do Campo Experimental do Trigo (O Annapolis, 1936. p. 1).

Passados tantos anos, podemos constatar, por meio dos jornais, o quanto os recursos naturais – no caso as saúvas – foram valorizados negativamente no cotidiano da sociedade anapolina (DRUMMOND, 1991). O Brasil não acabou e as saúvas continuam a atormentar a vida dos agricultores pelo país afora.

c) Saúde:

- Correio de Annapolis, 14 de abril de 1929

Esta edição trouxe para as páginas do jornal, a questão de bovinos e suínos. A municipalidade criou um imposto para regulamentar o abate de animais porque, segundo Ferreira (1981), o abate desordenado estava causando desconforto para a população.

Nº. 21
SOBRE ABATIMENTO DE GADO

Fica expressamente proibida a matança de gado vaccum ou suino sem que, antes, se tenha pago o respectivo imposto, sob pena de incorrer o infractor no art. 6º § 16 da lei n. 295, de 1 de outubro de 1928, que imoõe a multa de 20\$ (p.3).

- O Annapolis, 09 de junho de 1935

Na página 2 uma notícia trazia a tona um assunto de cunho essencialmente ambiental – a gripe. Como era comum nos jornais da época, O Anápolis publicou alguns conselhos sobre o evitar e como tratar a gripe.

CONSELHO DE SAUDE PUBLICA DE GOYAZ

A gripe é uma molestia infecto contagiosa, de carctere epidemico, cujo germem causal ainda não está perfeitamente identificado. – O bacilo de Pfeiffer, tido como agente não resistiu uma acurada observação scientifica. Na grande pandemia de 1918 admittiu-se um «germem filtravel»...

CONSELHO DE HIGIENE ALIMENTAR

1º) Coma sempre fructas: no almoço, na merenda e no jantar. – Sendo ricas em vitaminas corrige os defeitos da nossa alimentação sobria em carnes gordurosas e cereaes.

2º) Ao contrário do que se pensa, as fructas acidas como o limão, a laranja, o abacaxi, não são prejudiciaes ao organismo por serem acidas, mas, deixam, residuos alcalinos.

3º) É um erro uzar as fructas preparadas em caldas, pois, o aquecimento vem destruir grande parte das vitaminas nelas contidas.

4º) Não se deve substituir o leite, alimento completo por excellencia, pelo de alimento como empadas, pasteis, etc. Em sendo caros são de difficil digestão.

5º) Beber pouca agua nas suas refeições e nunca substituir por cerveja ou vinho seja qual for a qualidade. Pelo leite sim, porque além da agua que possui fornece substancias, que tanto necessitamos.

De fato, todo o estado precisa de uma campanha efficaz em benefício da saude do povo, principalmente Annapolis, cidade que cresce assustadoramente. Nossas ruas, praças e quintaes precisam merecer a atenção de todas as autoridades locais. quanto aos generos alimenticios a fiscalização deverá ser rigorosa e efficaz (p. 2).

- O Annapolis, 23 de junho de 1935

Na página 2, assim como na edição de 23 de junho de 1935, o jornal publicou alguns conselhos sobre a coqueluche. Na época, a coqueluche era um sério problema para a população.

Conselhos de saúde publica do Estado de Goyaz

Educação Sanitaria

«Coqueluche»

A coqueluche se manifesta com ligeiro catarro da garganta e do peito, em tudo semelhante a um simples resfriado. – No decorrer dos dias o doente é assaltado por acessos de tosse, que no inicio são mais frequentes á noite depois se manifestam durante o dia. – No prazo de duas semanas, na maioria dos casos, após o aparecimento do catarro de garganta começam os «guinchos» proprios da molestia.

– Os acessos terminam quasi sempre com vomitos, que tanto prejudicam a alimentação da criança. ... (p.2)

- O Annapolis, 21 de julho de 1935

Na página 2 um box dedicado à educação sanitária chamou a atenção da população para uma doença que ainda era um flagelo na época. A varíola.

Diretoria Geral do Serviço Sanitário

Educação Sanitária

Variola

Variola ou bexiga é u'a molestia infecto-contagiosa, epidemica, mas facilmente evitavel. A variola quando não mata, deixa para sempre, no individuo cicatrizes desgraciosas, como aviso que se deve obedecer os preceitos ditados pela higiene. – O sábio e saudoso mestre Oswaldo Cruz sentenciava: “Só tem variola quem quer”. – Na verdade, dados os meios que se dipõem esta sentença é a admiravelexpressão da realidade. – As primeiras referencias do mal vem de mais longinqua antiguidade; Na Europa, data de 580, e pertencem a Gregoire Tours e ao bispo de Marais, e dizem respeito ao pôvo gaules (...) (p. 2).

No início do século XX, os jornais eram muito importantes pois, acabam sendo o veículo de informação mais importante. Em uma época em que não havia televisão e o rádio ainda era uma novidade disponível para poucos, o jornal se mostrava como uma opção no sentido de transmitir informação e conhecimento. Os jornais traziam em suas páginas não apenas notícias ligadas à economia e à política. Eles veiculavam em suas páginas notas de falecimento, anedotas, notícias sobre a vida social dos anapolinos e orientações acerca da saúde da população em geral.

Os jornais constituem uma importante fonte de pesquisa para a História Ambiental. Por meio dos jornais pesquisados, é possível conhecer e compreender como se deu a incorporação da natureza não-humana pela sociedade (SOFFIATI, 2008).

As doenças que assolavam a população no período pesquisado circulavam pelas páginas dos jornais. Gripe, coqueluche e varíola são exemplos das doenças citadas.

A imprensa anapolina destacou o imposto criado para regulamentar o abate de animais na cidade. O conteúdo do imposto demonstra, pela primeira vez nos jornais, uma preocupação com a saúde pública. O relato da memorialista Ferreira (1981) corrobora o conteúdo do periódico Correio de Annapolis de 14 de abril de 1929.

Alguns artigos da imprensa anapolina buscavam relacionar práticas alimentares e de higiene dos anapolinos ao aparecimento de doenças. Por isso a publicação de conselhos referentes à saúde. (...). CONSELHO DE HIGIENE ALIMENTAR: 1º) Coma sempre fructas: no almoço, na merenda e no jantar. – Sendo ricas em vitaminas corrige os defeitos da nossa

alimentação sobria em carnes gordurosas e cereais (JORNAL ANNAPOLIS, 09 DE JUNHO DE 1935. P. 2).

Estudos sobre epidemias e doenças permitem ver quais recursos naturais são locais e quais são importados, como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e que tecnologias existem para o seu aproveitamento, de acordo com Drummond (1991). Nesse sentido, a varíola que já era um mal que assolava várias populações pelo mundo, acabou por assolar os anapolinos também. “(...) – As primeiras referências do mal vem de mais longínqua antiguidade; Na Europa, data de 580, e pertencem a Gregoire Tours e ao bispo de Marais, e dizem respeito ao pôvogaules (...)”. (O ANNAPOLIS, 21 DE JULHO DE 1935. P. 2).

Assim como a saúva era considerada um mal nacional, as doenças também. Vários teóricos atribuíam a miséria da população às várias doenças que assolavam a população. Monteiro Lobato defendeu o combate ao piolho que, segundo ele, era uma “velha da terra” e um “funesto parasita”.

Os vários conselhos acerca da saúde pública presente nos jornais anapolinos nos anos de 1920 e 1930, estavam de acordo com a onda sanitária que tomou conta do Brasil no final do século XIX e primeira metade do século XX (Soares, 1990). De acordo com Hochman (1998), a proposta do movimento consistia na defesa da Saúde Pública, na Educação e no ensino de novos hábitos de higiene e alimentação.

Um fato histórico nacional ligado ao movimento sanitário foi a Vacinação Obrigatória ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1904, o projeto de vacinação obrigatória, comandado pelo sanitário Oswaldo Cruz, que culminou na Revolta da Vacina (SEVCENKO, 1984).

Em Anápolis, os jornais buscaram “educar” a população por meio de conselhos de saúde no jornal. Na página 2, assim como na edição de 23 de junho de 1935, o jornal O Anápolis publicou alguns conselhos sobre a coqueluche. “(...) Educação Sanitária. «Coqueluche». A coqueluche se manifesta com ligeiro catarro da garganta e do peito, em tudo semelhante a um simples resfriado. – No decorrer dos dias o doente é assaltado por acessos de tosse, que no início são mais frequentes à noite depois se manifestam durante o dia. (...)”. (O ANNAPOLIS, 23 de junho de 1935).

Com relação ao movimento sanitário podemos perceber que, tanto nos textos dos jornais quanto nos relatos da memorialista Ferreira (1981), o interesse pelo controle das epidemias e a instrução da população acerca da saúde pública nos chama a atenção para a presença de questões ambientais no cotidiano dos cidadãos anapolinos. O artigo publicado em 23 de junho de 1935, no jornal O Anápolis, chamava a atenção para as características da

coqueluche e na edição do mesmo jornal do dia 09 de junho de uma publicação instruída a população sobre gripe.

“(…) De fato, todo o estado precisa de uma campanha eficaz em benefício da saúde do povo, principalmente Annapolis, cidade que cresce assustadoramente. Nossas ruas, praças e quintas precisam merecer a atenção de todas as autoridades locais. Quanto aos generos alimentícios a fiscalização deverá ser rigorosa e eficaz” (p. 2).

Ao defender a atenção das autoridades para a questão da saúde pública, o jornal reforça a presença do movimento sanitário em Anápolis.

d) Aspectos Urbanos e Sociais

- O Annapolis, 12 de maio de 1935

Na edição de *O Annapolis* de 12 de maio de 1935, na página 2 um artigo corrobora a preocupação que os anapolinos tinham em relação ao progresso. Com empolgação, o articulista defende que os anapolinos devem lutar para alcançar o progresso. A ideia de progresso, nesse período, é a mesma do século XIX.

O Progresso de Annapolis
Construções

É incontestável o progresso de Annapolis. Inúmeras são as construções em andamento e mesmo assim há falta de casas. Diversas companhias construtoras já instalaram suas agências nesta cidade e segundo informações seguras, o número de inscrições já é vultoso (p.2).

- O Annapolis, 09 de junho de 1935

Depois de vários números sem fazer menção a questões ambientais (com exceção do café, pois o Serviço Técnico do Café, sempre divulgava alguma nota sobre a cafeicultura no município), *Annapolistrouxe* um artigo de primeira página sobre a construção de uma ponte, por onde passaria os trilhos da estrada de ferro, sobre o córrego das Antas.

PONTE SOBRE O CORREGO DAS ANTAS

Os trabalhadores da ponte sobre o “Corrego das Antas” por onde muito breve correrá o lastro da construção, penetrando, finalmente, os trilhos da Goyaz em nosso perímetro urbano, continuam em plena atividade.

Já se acha pronta a fogueira e estão sendo colocadas as vigias destinadas a receber os trilhos e dormentes. Pela visita que fizemos ao local da ponte acreditamos que até meado da 2ª quinzena deste mês teremos o lastro dentro de Annapolis (p.1).

- O Annapolis, 30 de junho de 1935

O que já citamos anteriormente sobre progresso, fica evidenciado na edição de 30 de junho de 1935. A página 4 do jornal tratou do progresso de Anápolis em um pequeno artigo sem assinatura. Havia uma associação interessante entre o progresso e a ferrovia.

Pref. J. F. Valente

O nosso operoso prefeito vive a pensar no progresso desta grandiosa terra que é Annapolis. Há dias, estávamos de parte, quando S. excia. palestrava com um illustre fazendeiro de nosso município a respeito de nossas estradas. – Pudemos ouvir claramente o que elle pensa e o que pretende fazer. Apesar dos estudos de uma estrada que deverá partir de uma das estações de E. de F. de Goyaz á nova Capital, o sr. J. F. Valente quer e pretende fazer uma estradão a ligando Annapolis á Nova Capital. Os estudos já estão feitos e os proprietários residentes nas zonas marginaes estão dispostos a auxiliarem em tudo para tal realização. Annapolis precisa ir para á frente! Conjuguemos, pois, todos os esforços para datal-a de tudo que é necessario para que o nome de Annapolis – Ribeirão Preto Goyana – seja conservado.

- O Annapolis, 29 de setembro de 1935

A notícia que estava na primeira página falava sobre as comemorações sobre o dia da árvore (21 de setembro). O que chama atenção na notícia é que o enfoque dado na notícia, bem como nas comemorações do dia da árvore, não foi a preocupação ecológica pois a palestra que aconteceu neste dia teve como tema a cultura do café. A festa em si adquiriu um aspecto muito mais cívico do que ecológico.

O Dia Da Arvore Em Annapolis

O dia 21 de Setembro, consagrado á Festa da Arvore foicondignamente commemorado em Annapolis, cujo povo, compreendendo que não pode hever progresso sem a cultura civica, vai acompanhando pari-passu, todas as belas iniciativas, que não são o apanagio das cidades cultas. A festa é dedicada á entrada da Primavera, foi uma nota chic e, apesar de singela, foi uma belleza sem par. Ao raiar do dia 21, fazendo côro com os passaros e com a alacridade natural das manhãs annapolinas, já a petizada pressurosa alegrava as nossas ruas, procurando as Escolas onde se reuniram para a commemoração.(...) Nossa folha, congratula-se effusivamente com o povo de Annapolis, pelas mommemorações do Dia da Arvore, formulando votos para que datas como essas sejam sempre brilhantemente festejadas confirmando as tradições de cultura cívica deste grande povo (p.1).

- O Annapolis, 10 de novembro de 1935

O jornal do dia 10 de novembro de 1935 colocou como notícia de primeira página construção da rodovia que ligaria o município de Anápolis à nova capital do estado de Goiás – Goiânia. O artigo foi assinado por Helios (sem sobrenome). Mais uma estrada, mais uma chance para que a economia de Anápolis se desenvolvesse.

PRO ANNAPOLIS

Hélio

Rodovia Annapolis-Goyania

Certamente não terá escapado á intelligencia e perspicacia dos responsáveis pelo futuro e grandeza de Annapolis a necessidade de ser, quanto antes, construída uma boa estrada de rodagem, ligando a nossa priceza serteneja á próxima e futura Capital de Goyaz: - Goyania. Sem essa iniciativa que deverá partir dos nossos poderes municipaes a se transformar em realidade com o auxílio da prata de casa, os benefícios decorrentes da inauguração da estrada de ferro, ficarão, em partes, neutralizados deante da precariedade e encarecimento dos nossos actuais transportes rodoviários (...) (p.1).

- Annapolis, 22 de março de 1936

Na página 4, uma nota sobre melhoramentos urbanos.

Melhoramentos Urbanos

Com prazer transmittimos aos leitores a noticia de que já foram iniciadas as obras preparatórias para o ajardinamento da praça Americano do Brasil, que fica em frente á estação. O trecho da rua Antonio Carlos, alem da praça João Pessôa, ha pouco tempo, de desagradavel aspecto, já está sendo completamente transformado pelo abaulamento e sargenteamento e bem assim a Avenida Xavier de Almeida (p.4).

Nos trechos acima podemos perceber a manutenção da ideia de progresso na mentalidade da imprensa anapolina. O *Annapolis* de 12 de maio de 1935, na página 2, o jornal expõe a preocupação que os anapolinos tinham em relação ao progresso da cidade. Diz a matéria: “(...). É incontestável o progresso de Annapolis. Inumeras são as construções em andamento e mesmo assim ha falta de casas”. A construção de casas e estradas, em particular a estrada de ferro, simboliza essa busca pelo progresso. Os discursos presentes em artigos dos jornais refletem mais uma vontade do que necessariamente o efetivo crescimento da cidade.

De fato, o crescimento de Anápolis foi constante, conforme dados apresentados nos capítulos interiores. Mas a forma como o crescimento da cidade era relatada nos jornais, nem sempre correspondia à realidade. Havia certa dose de ufanismo acerca do futuro de Anápolis. O discurso em torno do progresso, motivado em certa medida pela política desenvolvimentista do governo Vargas, fica evidente nos vários artigos publicados nos periódicos dos anos 1930. Em O Annapolis de 30 de junho de 1935, página 4, em um pequeno artigo sem assinatura, fica evidente a expectativa que o autor alimentava em torno do progresso anapolino.

(...). O nosso operoso prefeito vive a pensar no progresso desta grandiosa terra que é Annapolis. (...). Annapolis precisa ir para á frente! Conjuguemos, pois, todos os esforços para datal-a de tudo que é necessario para que o nome de Annapolis – Ribeirão Preto Goyana – seja conservado (O ANNAPOLIS, 30 DE JUNHO DE 1935. p. 4).

A visão do articulista estava inserida em um contexto histórico em que a busca pelo progresso e o ideal desenvolvimentista estava acima das questões ecológicas e ambientais. Portanto, a criação de estradas, a construção de casas e indústrias e os melhoramentos urbanos eram vistas como expressão de desenvolvimento e crescimento econômico. A tudo isso não se atribuía nenhum sentido negativo. Ao contrário, no artigo

publicado no dia 30 de junho, na página 4, o autor enaltece a pessoa do prefeito Valente, atribuindo-lhe a qualidade de “operoso”.

A percepção das questões ambientais não adquiriu um caráter preservacionista baseado em uma consciência ecológica e não permeou nem mesmo a notícia sobre o dia da árvore. Sobre essa questão, a imprensa goiana, ao tratar do dia da árvore, deu enfoque ao progresso e ao civismo, em detrimento de uma consciência ecológica.

e) A Construção da Nova Capital do Estado de Goiás

- Correio de Anápolis, 05 de maio de 1929

Um artigo tratou da transferência da capital, da cidade de Goiás para Goiânia.

Não é possível identificar quem escreveu o artigo, pois a quarta página (onde o artigo seria concluído) não existe. A questão ambiental é colocada como um dos fatores responsáveis pela transferência da capital. O texto dá a entender que a posição geográfica da região, a topografia e a temperatura do local onde hoje se localiza a capital goiana são indicadas como propícias para construção de uma nova cidade. Entretanto, o autor do artigo não concorda com esse argumento para a transferência da capital e aponta várias cidades, dentre elas Anápolis, como uma cidade com potencial para sediar a nova capital. Não havendo portanto, a necessidade de uma nova capital. Os argumentos usados pelo autor levam em conta os mesmos daqueles que defendiam a transferência da capital. Eis as justificativas utilizadas pelo jornal: a posição geográfica (a proximidade com a futura capital do país – o autor até faz uma analogia da posição de Anápolis em relação ao estado com a posição da capital federal em relação ao país. Desde o século XIX, já havia uma intenção de transferir a capital para o centro do país.), a temperatura, a presença da estrada de ferro, a movimentação bancária e o papel da cidade na vida comercial goiana, a gentileza do povo e o potencial agrícola da região.

Podemos perceber que os argumentos contrários e favoráveis se valem dos aspectos ambientais. Os aspectos ambientais acabaram sendo decisivos na escolha da região que abrigaria a nova capital. Os fatores econômicos e políticos estiveram envolvidos nessa celeuma, mas como o foco de nossa pesquisa são as questões ambientais, não entraremos nessa discussão.

A Capital
Goyaz...
... terra de amor e poesia.

Que mundo de doces sentimentos desperta na alma do goyano a lembrança se sua terra, quando distante! O que Bonifacio escreveu em seus bellos cantos da linda terra dos formosos plenilunios e o que está no sentir de todosso goyano. Se alguém já disse que todo o goyano é poeta...

O exemplo de Minas

Há motivos de ordem geographica e até economica a aconselharem a permanencia da capital na cidade de Goyaz; geographically, porque está mais proxima do Norte longinquo, de que ninguem cogita; economicamente por estar mais proxima do maravilhoso Araguaya cuja navegabilidade não é nem um problema, porque já foi muito explorada. O nosso brilhante collega “Lavoura e Commercio”, de Uberaba devido à penna, de alguns goyanos, abre suas columnas á propaganda dessa mudança. O exemplo de Minas seduz. Querem que a Capital goyana se desloque do circulo traçado pelas montanhas veneradas, que a escondem e se levante em terreno de horizontes abertos, exposto a todos os ventos, accessivel a todo o progresso. Somos dos que pensam que para Goyaz ir «para a deante e para cima» pouco importa que esteja onde está ou se mude para aqui ou além. Enquanto ali se encontra o officialismo, onde se concentram fontes de educação secundária e scientifica, favorecidas pela pacatez do meio propicio á meditação e ao estudo, e o governo, tranquilamente, cuida dos graves problemas administrativos e economicos, que nos interessam, as outras cidades do Sulentoam a alleluia do progresso. Haja vista Morrinhos, cidade modelo, de suas alinhadas e bem cuidadas, de clima suave e população gentil, que é a terra do presidente Alfredo de Moraes.

Ninho de sabios, cidade encantadora

O viajante, ao chegar alli, sente-se surpreso ao se lhe abrirem os olhos á contemplação de novo panorama urbano, mas o coração se lhe abre mais alviçareiro ao vêr-se acolhido pela fidalgia de uma sociedade de escól, onde, homens de grande illustração se expande em todos os rostos, pela sensação amena do conforto e da perfeita harmonia. Ao fazer-se o estudo das localidades que mais se salientam em Goyaz, é de justiça lembrar-se da bella Morrinhos. Se outros predicativos nobres não tivesse, bastava ser o ninho, que é de tantos genios, onde a política de Goyaz foi buscar, pelos justos mercimentos, o homem que ha de dirigir os destinos da terra goyana por quatro anos.

Annapolis e as suas credenciaes

Comprehendemos a campanha como simples apportunidade e optima de se proceder a estudos sobre as cidades, povoações, ou simples localidades, uma vez que a mudança da capital não passará dos dominios da literatura, chimera com que sonham os goyanos. Por esses motivos, e sem intensão de disputar preferencias inoportunas, falaremos de Annapolis, que para outro fim não veiu este jornal. Começemos por determinar-lhe a posição geographica.

Posição geographica

Situada a 5°, 46' e 7" de longitude W., e 16° 20' 0" de latitude S., acha-se a 916 metros acima do nivel do mar. A distancia da cidade de Annapolis do fecho do futuro Districto Federal, que está dentro do município, é de 18 kilometros.

Temperatura

A temperatura media é de 22° C., na estação chuvosa e de 20°, na seca, ás quaes corresponde a media das minimas de 17° C. E de 13° S. A media das maximas è 29° C. A 27° C. (*)Unidade relativa media – 75% (p.3).

O artigo seria concluído na quarta página do jornal, mas o restante desse periódico se perdeu com o tempo e esse é o último número do *O Annapolis*, disponível para pesquisa no Museu Histórico ABC.

- O Combatente 30 de setembro de 1933.

Esta edição de *O Combatente* noticiou a construção da nova capital do estado de Goiás. O jornal chama a atenção para o clima e a geografia da região onde a nova capital seria construída,

Quer o jovem governador um local aberto a todas as iniciativas, horizontes largos, que convidem a empreendimentos de vulto, clima fresco, fácil acesso á via ferrea... (p. 3).

Os aspectos ambientais foram apontados como um dos motivos que levaram à transferência da capital da cidade de Goyaz para Goiânia.

Nos anos de 1930, a política desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas podia ser visualizada na construção da nova capital do estado de Goiás. Goiânia, para os goianos, era a síntese do progresso, da inserção de Goiás na dinâmica econômica nacional. Ao mesmo tempo, a transferência da capital significava a diminuição do poder político das antigas oligarquias goianas (CHAUL, 2001). Pedro Ludovico Teixeira foi o político goiano que liderou e conduziu o processo de transferência da capital e da condução de um novo grupo político ao poder estadual.

Os meses que antecederam a transferência da capital foram cercados de debates a respeito da pertinência da construção de uma nova capital para o estado e do local que receberia a sede administrativa do estado.

Anápolis, assim como outras cidades goianas, mostrou disposição para sediar a nova capital.

No que tange à transferência da capital de Goiás, dois periódicos anapolinos pesquisados no Museu Histórico de Anápolis trataram da transferência da capital.

O primeiro foi o *Correio de Annapolis*. O jornal do dia 05 de maio de 1929 trouxe uma grande matéria sobre a transferência da capital. O segundo foi *O Combatente* do dia 30 de setembro de 1933.

Os dois periódicos deram ênfase aos aspectos ambientais. Entretanto, o enfoque dado aos fatores ambientais não estava relacionado a uma preocupação ecológica ou mesmo a uma consciência ecológica. Pelo contrário, os fatores naturais foram colocados a serviço dos

interesses de grupos políticos e econômicos do estado, no sentido de defender a mudança da capital.

O Correio de Anápolis destacou a posição geográfica e a temperatura da cidade de Anápolis, além da sua localização em relação à futura capital do Brasil. Esse periódico exalta as qualidades naturais do município. São exatamente os atributos naturais da cidade que conduziriam Anápolis ao tão sonhado progresso. O ambiente natural, portanto, seria uma ponte para o crescimento econômico, político e social.

Essa situação é corroborada pelo O Combatente. Segundo esse jornal, o local escolhido para a construção da nova capital, tinha horizontes largos, “que convidem a empreendimentos de vulto, clima fresco, e fácil acesso á via ferrea... (p. 2).

Não há como negar que os fatores naturais circulavam pelos jornais anapolinos desde as primeiras décadas do século XX. Notícias e artigos relacionados à saúde, imigração e colonização, questões urbanas e agricultura podem ser encontradas nos jornais editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930. Contudo, percebe-se que a presença de questões ambientais estava permeada por uma ideologia progressista e desenvolvimentista tão presente na sociedade daquele período. Os recursos naturais eram algo a ser explorados, e essa exploração era vista como algo positivo. Deixar de utilizar os recursos naturais, era ficar condenado ao atraso. Não encontramos nos periódicos pesquisados nenhuma notícia ou artigo que demonstrasse consciência ambiental ou preocupação com a preservação ambiental ou mesmo um modelo parecido com o que hoje chamamos de sustentabilidade. A ideia de progresso e a busca pelo desenvolvimento era a grande preocupação da população anapolina nos anos que nos propusemos pesquisar. A necessidade e o sonho de colocar Anápolis na rota do desenvolvimento se sobrepunha a qualquer tipo de consciência ambiental.

Se considerarmos que o homem é filho do seu tempo, entendemos que naquele tempo as preocupações do homem anapolino era encontrar nos recursos naturais um caminho para o crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho de pesquisa procurou-se analisar a presença de questões ambientais nos jornais editados na cidade de Anápolis nos anos de 1920 e 1930, a partir dos aportes teóricos da História Ambiental.

A dissertação buscou contemplar três vertentes: a História Ambiental como uma contribuição da História à emergência da problemática ambiental, um breve olhar sobre a história de Anápolis e, por fim, a presença das questões ambientais nos jornais anapolinos dos anos de 1920 e 1930.

O trabalho de pesquisa foi realizado junto aos jornais disponíveis no Museu Histórico de Anápolis. Foi imprescindível o trabalho de investigação no Museu Histórico pois, não encontramos em outras instituições visitadas (prefeitura, câmara dos vereadores e colégios antigos da cidade) periódicos do período que propusemos a investigar.

Embora a maior parte dos jornais disponíveis para pesquisa estivessem em mal estado de conservação, foi possível realizar a leitura e a coleta de dados para pesquisa.

Após a leitura dos jornais disponíveis no museu, selecionamos para a análise apenas os periódicos que continham questões relacionadas ao meio ambiente.

Os jornais analisados foram: Correio de Anápolis, Anápolis, O Verbo, X, O Combatente e O Operário. Porém, os jornais Correio de Anápolis e Anápolis foram os que mais forneceram materiais para pesquisa. O Combatente apresentou apenas uma menção a questão ambiental.

Nos jornais O Verbo, X, O Grêmio e O Operário não encontramos referências as questões ambientais.

Das cinco categorias analisadas no estudo que ora se apresenta, uma se destacou: a que se referia à agricultura.

Por ser o progresso e a busca pelo crescimento econômico um ideal muito presente na mentalidade dos anapolinos nas primeiras décadas do século XX, o enfoque dado à agricultura seguiu um viés desenvolvimentista. De acordo com essa mentalidade desenvolvimentista e progressista, os recursos naturais são apresentados como algo que deveria estar a serviço do crescimento econômico do município. A não utilização desses recursos naturais era praticamente um crime contra a cidade.

Em vários artigos selecionados e apresentados no terceiro capítulo, percebe-se a importância que a imprensa anapolina atribuía ao progresso. Por diversas vezes a palavra progresso é citada e sempre com uma conotação positiva.

Observou-se que, de fato, as questões ambientais circularam nas páginas dos jornais pesquisados. O que não encontramos foi o envolvimento da população em geral com essas questões. Não há registro de movimento, mobilização ou manifestação ligada a um tipo de consciência ambiental. Na hipótese de que, nos anos pesquisados, a população tenha reagido a um ou outro problema de cunho ambiental, isso não foi registrado pela imprensa da época.

Constatou-se ainda, por meio dos jornais, que as autoridades do município viam no avanço técnico e na introdução de novas formas e manejo de cultivo, um caminho para se sair do atraso econômico. Portanto, a vinda dos imigrantes, o incentivo de novas culturas como, por exemplo, a do trigo e a criação de campos experimentais de novas culturas são soluções propostas para avanço econômico da região.

A derrubada do Cerrado para a abertura de novas áreas cultiváveis é por assim dizer uma atitude louvável tanto por parte do agricultor, que nessa perspectiva é visto como um empreendedor, como por parte da administração pública. É nesse sentido que as questões ambientais interferiam no desenvolvimento do município. A utilização do mundo natural era um caminho certo para o progresso.

Levando-se em conta o que foi observado e, em virtude do que foi mencionado conclui-se que as concepções de meio ambiente presentes nas páginas dos jornais estavam de acordo com a mentalidade nacional que, a saber, priorizava a busca pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico.

Portanto, é provável que os anapolinos que fizeram parte da história da cidade ao longo dos primeiros anos do século XX, não apresentassem a preocupação com a preservação do ambiente natural ou mesmo com a destruição ambiental já que o foco em questão era o desenvolvimento e o crescimento da cidade.

Somos levados a acreditar que os homens e as mulheres anapolinos não atribuíram à natureza os mesmos valores que atribuímos agora. As questões emergentes da época, acabaram por definir o tipo de relação e o tipo de concepção que os anapolinos desenvolveram em relação à natureza, bem como a relação homem-natureza.

Este trabalho limitou-se a pesquisar os jornais dos anos de 1920 e 1930. Recomenda-se uma pesquisa ligada a História Ambiental nos jornais disponíveis no Museu Histórico de Anápolis com o intuito de se mensurar a evolução da consciência ambiental dos anapolinos. Podem-se realizar estudos nos documentos oficiais da cidade a fim de se compreender como se deu ao longo do tempo a relação homem-natureza. A realização de futuros trabalhos com os jornais, as revistas e os documentos presentes no Museu Histórico de

Anápolis é uma forma de se preservar a identidade do povo anapolino e promover nas gerações futuras noções de cidadania e de respeito à natureza.

Esta pesquisa poderá ser utilizada como instrumento que oriente e auxilie a preservação da memória do povo anapolino, fornecendo dados, informações e ao mesmo tempo chamando a atenção para a necessidade de preservação dos registros escritos que contem a história de Anápolis.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. São Paulo: Pioneira, 1996.

ALVES, Alda Judith Mazzotti. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira. 1996.

ARRAIS, Cristiano Alencar. **A Escola Metódica e o Conhecimento Histórico como Problema**.<http://www.catalao.ufg.br/historia/boletimenblemas/Sumario/sumariov1n2/05.pdf> (acessado em 05/08/2010).

AZEREDO FILHO, Francisco Lopes de. **Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis 1937-1938**. São Paulo: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1938.

BERNARDES, GenildaDarc; CHAVES, Guedes. Projetos de pesquisa: revisando o tema. In: **Educação e Mudança**. Nº. 3. Anápolis, janeiro/junho-1999. p. 113-199.

BIRARDI, Angela. CASTELANI, Gláucia Rodrigues. BELATTO, Luiz Fernando B. O Positivismo.**Os Annales e a Nova História**. Annales. Rft – 57KB.

BLAINÉY Geoffrey. **Uma breve história do mundo**. São Paulo, Ed. Fundamento Educacional, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin .**“Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra “** São Paulo, Companhia das letras, 1993.

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou o ofício do historiador**.Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **História e Historiadores: textos reunidos por Ettienne Bloch**. São Paulo: Teorema, 1998.

BORGES, Humberto Cripim. **História de Anápolis**. 2ª edição. Goiânia: Editora do CERNE, 1975.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 2ª edição. rev. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos; 17.

Brasiana da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2001.

BRAUDEL, Fernand 2002. Geohistória. IN: **Entre passado e futuro**. Nº 1. São Paulo: Maio, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª edição. São Paulo: 2009.

BURKE, Peter. “**A escrita da história: novas perspectivas**”. São Paulo, UNESP, 1992

BURKE, Peter. **A Escola dos annales, 1929 - 1989**. São Paulo: UNESP, 2003.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: **A Escrita da História, Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMARGO, Paulo Roberto de. As contradições entre as concepções de progresso e vida na modernidade. **Psicologia: Teoria e Prática** 1999, 1 (1) : 43-49.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Tradução de João Maia. 6ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

COLINGWOOD, R. G. **A ideia de História**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1973.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.

DICLEMENTE, Maria Auxiliadora. **A Influência da vegetação como elemento modificador do conforto térmico da ambiência urbana da cidade de Anápolis-Go**. Anápolis: Dissertação de Mestrado – UniEvangélica. 2009

DINIZ, Luis Lopes Filho. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: IBPEX, 2009 (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia, 6).

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental e o choque das civilizações**. In Ambiente e Sociedade, Ano III, n5, 2ª Semestre, 1999.

_____. **A História Ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 3ª edição. São Paulo: Presença, 1989.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis: sua vida, seu povo**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1981.

FREITAS, Revalino A. **Anápolis, Passado e Presente**. Voga, Anápolis, 1995.

_____. **Conhecendo Anápolis**. Anápolis, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2002.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e região numa "constelação" de conceitos. In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L. L.; SILVA, M. (org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções**. 21ª edição. Paz e Terra, São Paulo 2007

_____. **A era do capital**. Paz e Terra. 13ª edição, Rio de Janeiro 2007

_____. **A era dos impérios**. 8ª edição, Paz e Terra. São Paulo, 2003

_____. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras 2008.

_____. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFFMANN, Valmir Emil. **Estratégia e Ecologia**: Um Estudo de Caso. Revista Produção. Belo Horizonte, 1999. Vol8, Nº 2, p. 187-200.

IANNONE, Roberto Antonio. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Moderna, 1992.

Imprensa contestadora. O jornal como documento. **O papel do jornal na História**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

Jornal Correio de Annápolis. **Primeiros anos do século XX – 10 de Março de 1929** / 21 e 28 de Abril de 1929./ 05 Maio de 1929, 14 de abril de 1929, 09 de junho de 1935, 05 de maio de 1929.

Jornal Le Figaro. 20 de fevereiro de 1909.

Jornal O Annapolis-1920 – 1930.(24 de novembro de 1935, 25 de março de 1929, 07 de abril de 1929, 05 de maio de 1935, 23 de junho de 1935, 07 de julho de 1935, 28 de julho de 1935, 08 de dezembro de 1935, 22 de março de 1936, 23 de junho de 1935, 21 de julho de 1935, 12 de maio de 1935, 09 de junho de 1935, 30 de junho de 1935, 29 de setembro de 1935, 10 de Novembro de 1935, 22 de março de 1936.

Jornal O Combatente – 30 de setembro de 1931.

Jornal O Grêmio – 04 de dezembro de 1935.

Jornal O Operário – 15 de março de 1933.

Jornal O Verbo – 15 de setembro 1931.

Jornal o X-30 de setembro de 1931.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **História Nova**. Martins Fontes. São Paulo, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia**: Um guia teórico e metodológico horizontes antropológicos, porto alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LUNA, Sergio Vasconcelos. **Planejamento de Pesquisa** – uma introdução. Elementos para uma Análise Metodológica. São Paulo: Editora PUC-USP/EDUC, 2007.

LUZ, Janes Socorro da. **A especialização da atividade comercial atacadista: o setor atacadista-transportador moderno de Anápolis-GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia).

LUZ, Janes Socorro da. A Inserção de Anápolis/GO no Contexto da Dinâmica Regional. **Revista Anápolis Digital**, Vol11, nº1. Anápolis, 2010. (acessado em 12/12/2010).

MARINETTI, Fillippo Tommaso. **Manifesto Futurista**.
<http://www.entrelinhas.hvejournal.com/53219.html> (acessado em 20/07/2010).

MARTINEZ. O sentido da devastação. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil. **Pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Sociedade e Natureza. In: MARTINEZ, Paulo Henrique. História Ambiental no Brasil: **pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. As fontes da História Ambiental. In: MARTINS, Marcos Lobato. In: **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

_____. Teoria e Método. In: MARTINS, Marcos Lobato. In: **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MARX, Karl. Marx. São Paulo: Abril Cultural. 1978. Coleção Pensadores.

MARX, Karl e Friedrich Engels, 1818-1883. **O Manifesto comunista**; Tradução Maria Lucia Camo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Coleção Leitura.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MORIN, Edgar. Articulação dos saberes. In: ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (org) **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MORRANA, Bruna. História e meio ambiente. **Análise da relação homem-natureza no entorno do Rio do Sal Aracaju –SE**. <http://webartigos.com> (acessado em 15/07/2010)

NASH, Roderick. 1982. **Wilderness and the American mind**. 3ªed. Cambridge. Yale University Press.

NEGRA, Carlos Alberto Serra. NEGRA, Elizabete Marinho Serra. **Manual de Trabalhos Monográficos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2004. p. 23-44.

O Anápolis. Disponível em: <http://www.oanapolis.com.br/pdf/7712/pag%2020.pdf>. Acesso em 31/07/2010.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da História Ambiental**. Disponível em: <http://www.antesqueanaturezamorra.blogspot.com>. Acesso em 27/07/2010.

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados 24, 2010.

PAULO, Roberto Pereira (org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001.

PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta – Sociedade de consumo e degradação ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PIETRAFESA, José Paulo. BORBA, Odiondes de Fátima, organizadores. **Do contexto ao texto: os desafios da linguagem científica**. Goiânia: Kelps, 2006.

POLONIAL, Jucelino. **Anápolis nos tempos da ferrovia**. Anápolis:AEE, 1995.

_____. **Ensaio sobre a história de Anápolis**. Anápolis: AEE, 2000.

_____. **Introdução à história política de Anápolis**. Anápolis: Kelps, 2007.

POLONIAL, Jucelino. M., FREITAS, Revalino A. **A formação econômica de Anápolis**. Anápolis: Mimeo, 1988.

REIS, José Alberione dos. Prolegômenos sobre teoria na arqueologia. **Revista Diálogos**. Vol. 06. p. 173-186, 2002.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas: Papiros, 1997.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem à Província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

_____. **Viagem as nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Vol. 2, 1937.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Editora Record, 2000.

SCHIAVINATTO, Iara. Henri Berr: a História como vida e valor. Anpuh. **Associação Nacional de História**. Vol. 13 nº 25 e 26. Memória, História e Historiografia.

_____. A História como vida e valor. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.13, Nº 25/26. Set. 92/Ago. 93. P. 105-120.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Arlete Mendes da. Anápolis e sua geografia: as múltiplas “centralidades” do município. **Caderno de Pesquisas**. Museu Histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”, Ano 1, nº.1. Anápolis, 2009.

SILVA, Liliana Deise. **Revolução Industrial na Inglaterra**. Em <http://www.webartigos.com> (acessado em 20/07/2010).

SILVA, Sandro Dutra. PIETRAFESA, José Paulo. **Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

SIRVINSKAS, Luiz Paulo. **Manual de direito ambiental** 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2005.

SMITH. Adam. **Riqueza das Nações**. Hemus. São Paulo, 2007.

SOFFIATI, A. **Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico** acerca da eco-história. (texto eletrônico), s/d.

TURRA NETO, Nécio. Em busca do lugar reencontrado. In: VESTENA, L. R. Et al. (org.). **Saberes geográficos: teorias e aplicações**. Guarapuava (PR): Unicentro, 2009, p. 112

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 2008, p. 12.

VIEIRA, Jane Eyre G.; Morais, Roberto Prado. A interdisciplinaridade na abordagem das questões ambientais. **Comunicação e Informação**, v.6, n 2, p. 31-47, jul./dez. 2003.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 4. n°8. 1991. p. 198-215.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: Para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**. Vol. V. n° 01. Jan./jul. 2003.